

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA

Camila dos Santos Dutra

**DO ISOLAMENTO AO PERTENCIMENTO: O caso do Conjunto
Habitacional Bem-Viver – Pindamonhangaba, SP**

TAUBATÉ

2018

**Ficha catalográfica elaborada pelo
SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas / UNITAU**

D978d Dutra, Camila dos Santos
Do isolamento ao pertencimento: o caso do Conjunto Habitacional
Bem- Viver e Pindamonhangaba./ Camila dos Santos Dutra. - 2018.
86f. : il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté, Departamento de
Arquitetura e Urbanismo.
Orientação: Profa. Me. Anne Ketherine Zanetti Matarazzo,
Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

1. Biofilia. 2. Topofilia. 3. Identidade. I. Título.

CDD – 728

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA

**DO ISOLAMENTO AO PERTENCIMENTO: O CASO DO CONJUNTO
HABITACIONAL BEM-VIVER – PINDAMONHANGABA, SP**

Camila dos Santos Dutra

Nº RA 888509719

Trabalho de Graduação elaborado como requisito parcial para Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, do Departamento de Arquitetura da Universidade de Taubaté, sob orientação da Professora Me. Anne Ketherine Zanetti Matarazzo.

UNITAU
Taubaté, SP
2018

Gratidão aos meus pais, que sempre acreditaram e investiram em mim. Nada como o amor de vocês para me fazer acreditar todos os dias que meus sonhos são possíveis, pois sempre me ensinaram a ter força para materializá-los.

Gratidão àqueles que por perto estiveram e se mantiveram nessa jornada incomum que é o processo do TCC: Jonathan Faria e Amanda Lopes, nada disso seria possível sem vocês. Obrigada pelo carinho, pelo amor e, principalmente, pela paciência.

Gratidão àqueles que, mesmo indiretamente, ajudaram a me formar na pessoa que sou hoje: minha irmã Lais Dutra, meu querido amigo José Victor.

Gratidão a todos os professores que me mostraram como ser sensível à arquitetura, ao urbanismo e ao ser humano.

Gratidão à minha querida amiga e orientadora Anne Matarazzo, pois nossas “orientaterapias” sempre foram muito mais do que orientação pedagógica... Eram orientações de vida. Obrigada por tudo.

Gratidão a mim mesma. Por não desistir em nenhum momento do que eu acredito, de não fugir das minhas responsabilidades, de não fugir de quem eu sou. O tema desse TCC significa muito para mim, e embora não tenha saído exatamente do jeito que eu gostaria, eu fui fiel a mim mesma o tempo inteiro.

Gratidão pela minha sobrinha, Rafaela, moradora do Conjunto Habitacional Bem-Viver, que no verão dos seus 5 anos de idade, me deu todas as respostas que eu precisava sobre o tema desse projeto. Quem eu sou hoje e quem eu pretendo ser no futuro é por você.

RESUMO

Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de elaborar um projeto urbanístico-paisagístico que permita desenvolver o sentimento de pertencimento aos moradores do Conjunto Habitacional “Bem Viver” localizado no bairro Araretama, em Pindamonhangaba. Para tal proposta, foi necessário entender a relação dos indivíduos enquanto seres integrais, portanto, emotivos, sentimentais, com memórias, identidade e cultura. E, a partir disso, compreender a relação do habitar residencial e qual a relação e a conectividade deste com os demais espaços nas diversas escalas, utilizando como parâmetros a Topofilia e a Biofilia.

Palavras-chave: Sentimento de pertencimento. Biofilia. Topofilia. Identidade. Habitar. Intervenção Urbana.

ABSTRACT

This work was developed with the purpose of elaborating an urbanistic-landscape project that managed to develop the feeling of belonging to the residents of the "Bem Viver" housing complex located in the district of Araretama, in Pindamonhangaba. For this proposal, it was necessary to understand the relationship of different human beings, such as, for example, emotional, sentimental, with memories, identity and culture. From this, refers to a residential housing relationship and a destination relationship to the most important needs, using as parameters to Topofilia and Biofilia.

Keywords: Sense of belonging. Biophilia. Topophilia. Identity. Dwell. Urban Intervention.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Referências às escalas humanas

Figura 2 – Foto aérea do conjunto de torres e a maquete física do que o arquiteto Yamasaki havia idealizado para Pruitt-Igoe.

Figura 3 - Sequência de imagens da implosão com dinamites de uma parte do conjunto habitacional.

Figura 4 – Palestras realizadas com a participação da opinião dos alunos.

Figura 5 - Maquetes feitas com as propostas dos alunos.

Figura 6 - Fotos da entrada.

Figura 7 - Fotos dos caminhos e dos canteiros feitos.

Figura 8 - Fotos do espaço comum criado.

Figura 9 - Cidadania nas ruas: “Promoção do Direito à Cidade”.

Figura 10 - Eixos estratégicos abordados na apresentação em slides mencionado.

Figura 11 - Eixo “Cultura de Direitos Humanos”.

Figura 12 - Eixo “Ocupação do Espaço Público pela Cidadania”.

Figura 13 - Eixo “Participação Social”.

Figura 14 - Mulheres na intervenção na Praça da República, 2013

Figura 15 - Intervenções nos muros e o grupo Folklórico Kantuta Bolívia realizando performance e crianças participando da intervenção que abordava sobre agricultura biodinâmica na praça.

Figura 16 – Fotografias do Local

Figura 17 – Apropriação do espaço dos espaços

Figura 18 – Fotos dos plantios na horta

Figura 19 – Fotos dos plantios

Figura 20 - Mapa de localização do Conjunto Habitacional

Figura 21 – Áreas de Vulnerabilidade Social em Pindamonhangaba.

Figura 22 - Delimitação do Conjunto Habitacional Bem-Viver

Figura 23 – Topografia do Conjunto Habitacional Bem-viver

Figura 24 – Localização do Rio Una e do córrego Araretama no bairro.

Figura 25 – Localização na ZM (Zona Mista) do Conjunto Habitacional

Figura 26 – Localização da AIS e AIA no Mapa de Instrumentos de Política Urbana

Figura 27 – Zona de Interesse Ambiental margeando o Conjunto Habitacional

Figura 28 – Vias de acesso ao Conjunto Habitacional

Figura 29– Caracterização do uso de solo

Figura 30 – Mapeamento dos Pontos de Interesse

Figura 31 – Mapa do mesmo local em 2006, 2008, 2011, 2012, 2014, 2016 e março de 2017.

Figura 32 – Localização dos registros fotográficos

Figura 33 – 1 – UBS, 2 – Creche, 3 – Escola

Figura 34 – Fotografias dos Quiosques: 4, 12, 17, 22, 27, 31

Figura 35 – Quadras esportivas, fotos número 7, 8, 19, 25 e 30.

Figura 36 - Foto número 32

Figura 37 – Mapeamento das manifestações espontâneas e indicação de equipamentos urbanos

Figura 38 – Manifestação Espontânea de área de bicicletário improvisado e as de entulho, fotos números 13, 14, 15 e 18.

Figura 39 – Manifestação espontânea de horas e plantações de mudas, imagens 11, 28, 29 e 33.

Figura 40 – Reunião de pessoas em área sombreada, imagem 5.

Figura 41 – Playgrounds e academias ao ar livre, fotos 4, 7, 12, 19, 21, e 26.

Figura 42 – Vistas contemplativas, imagens 17, 20 (são 3 do mesmo ponto de vista)

Figura 43 – Mapa de usos do Conjunto Habitacional Bem Viver.

Figura 44 – Mapa com as atividades do Foco 2

Figura 45 – Esquema da metodologia e suas escalas

Figura 46 – Mapa escala dos municípios

Figura 47 – Mapa das Áreas Prioritárias do Corredor Ecológico do Vale do Paraíba

Figura 48 – Mapa na escala dos bairros

Figura 49 – Referência visual

Figura 50 – Entorno do SESC

Figura 51 – Mapa de vias e acessos

Figura 52 – Mapa de espaços públicos e focos

Figura 53 – Mapa de propostas na escala do conjunto habitacional

Figura 54 – Mapa com pista de caminhada e a localização das galerias comerciais e de serviços

Figura 55 – Exemplo de disposição dos comércios e serviços nas Galerias

Figura 56 – Layouts remodelados dos projetos dos quiosques em galerias

Figura 57 – Mapa com as atividades da Praça pôr-do-sol e outros elementos

Figura 58 – Referência visual: escadaria

Figura 59– Vistas contemplativas

Figura 60 – Registro fotográfico de um dos miolos de bloco.

Figura 61 – Mapa com as atividades do Foco 2

Figura 62 – Mapa representativo dos Centros Comunitários

Figura 63 – Localização de onde seria implantada a cobertura para proteção – Playground, academia ao ar livre, quadras esportivas

Figura 64 - Mapa com as atividades do Foco 3

Figura 65 - Mapa de abrangência do parque linear

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. JUSTIFICATIVA	1
2. OBJETIVOS.....	4
2.1 Gerais	4
2.2 Específicos	4
3. METODOLOGIA.....	5
CAPÍTULO 1	7
1. O PRINCÍPIO – <i>O INDIVÍDUO</i>	7
2. O MEIO – <i>O MEIO EM QUE O INDIVÍDUO VIVE</i>	9
2.1 Conjuntos Habitacionais de Interesse Público.....	9
2.2 Espaço X Lugar	12
3. O NECESSÁRIO – <i>A RELAÇÃO PESSOA-AMBIENTE</i>	20
3.1 Escala Humana e a Percepção.....	21
3.2 Topofilia ou Topofobia?.....	23
3.3 Biofilia e a Educação Ambiental	25
3.5 Abordagens preliminares para projetar o espaço.....	31
CAPÍTULO 3	35
ESTUDOS DE CASO	35
1. Projeto Habitacional Pruitt-Igoe.....	35
2. Escola em Transformação Emef Anthonius Lute.....	39
VISITAS TÉCNICAS	48
1. Residencial Vila dos Idosos.....	48
2. Horta das Corujas.....	50
CAPÍTULO 4	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
ÁREA DE PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
1. Levantamentos preliminares	Erro! Indicador não definido.
2. Análise Perceptiva	Erro! Indicador não definido.
3. Diagnósticos inspirados no Método SWOT (FOFA).....	Erro! Indicador não definido.
4. Análises e Diagnósticos	Erro! Indicador não definido.
5. PROPOSTAS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
CONCLUSÃO.....	82

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICASERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.83

INTRODUÇÃO

O presente documento refere-se ao Trabalho de Graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Taubaté. Este capítulo pretende apresentar e justificar o tema, o qual se intitula “**DO ISOLAMENTO AO PERTENCIMENTO: O caso do Conjunto Habitacional Bem-Viver**”, introduzindo o leitor aos principais assuntos tratados, a fim de familiarizá-lo sobre o tema – bem como abordar a sua relevância. Serão descritos, também, os objetivos e a metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente trabalho.

1. JUSTIFICATIVA

“Pertencer a um lugar quer dizer ter uma base de apoio existencial em um sentido cotidiano concreto”. (Norberg-Schulz)

A imersão ao longo desses quase cinco anos no curso de Arquitetura e Urbanismo permitiu que fosse esclarecido um dos maiores problemas dos projetos arquitetônicos e do planejamento urbano atualmente – senão o maior deles: a falta de “Sentimento de Pertencimento”. Seja em um ambiente construído ou não construído, o ser humano está sempre, a todo tempo, conectado com o que o rodeia. O seu corpo e mente sentem e percebem. Por muitas vezes, inclusive, modifica este ambiente e é dessa interação e troca que existe uma ligação com aquele lugar. Assim, é preciso entender a influência da relação entre o indivíduo e o meio em que vive; entender a relação da pessoa com o espaço como uma criação de identidade e memória afetiva.

Para tanto, algumas questões devem ser levantadas: como a arquitetura e o urbanismo provocam esses estímulos de comportamento em determinados espaços? Quais são as condicionantes que direcionam o interesse e sentimento de pertencimento pelo espaço? Quais são os problemas causados pela falta desses sentimentos? Esses questionamentos podem nos guiar para um maior entendimento da relação pessoa-ambiente, e o papel da arquitetura nesta relação.

Se o sujeito sente que o espaço não lhe pertence e que não é controlado unicamente por ele, bem como não é claramente demarcável e identificável como sua propriedade, então este mesmo sujeito não se sente responsável pela manutenção e pelo cuidado deste espaço. Dessa forma, ele passa a degradá-lo, mesmo que inconscientemente ou indiretamente. A falta de elo, de interação, de habitabilidade, de topofilia, de biofilia, de memória e identidade, de se sentir importante, relevante, gera, então, o sentimento de

impotência, marginalização, isolamento, culminando, finalmente, à desconexão. O sujeito não se sente, portanto, pertencente àquele lugar.

Comentado [AM1]:

“A arquitetura pertence a poesia, e seu propósito é ajudar o homem a habitar (...) Isso acontece por meio de construções que reúnem as propriedades do lugar e as aproximam do homem. Logo, o ato fundamental da arquitetura é compreender a vocação do lugar.” (NOBERG-SCHULZ, 1976, p.459). Quando a arquitetura e o urbanismo perdem seus propósitos e se transfiguram em uma ferramenta completamente adversa daquela que seria, de atender às necessidades das pessoas e emoldurar as suas vidas, o arquiteto urbanista passa a ser, também, elemento compositivo dessa ferramenta, reverberando na forma de viver das pessoas de um determinado ambiente. Dessa forma, todo um ideal é lesionado.

“Enquanto satisfaz apenas às exigências técnicas e funcionais – não é ainda arquitetura; quando se perde em intenções meramente decorativas – tudo não passa de cenografia; mas quando – popular ou erudita – aquele que a idealizou para e hesita antes a simples escolha de espaçamento de pilar ou de relação entre altura e largura de um vão e se detém na procura obstinada da justa medida entre cheios e vazios, na fixação dos volumes e subordinação deles a uma lei e se demora atento ao jogo de materiais e seu valor expressivo – quando tudo isso se vai ao pouco somando, obedecendo aos mais severos preceitos técnicos e funcionais, mas também àquela intenção superior que seleciona, coordena e orienta em determinado sentido toda essa massa confusa contraditória de detalhes, transmitindo assim ao conjunto ritmo, expressão, unidade e clareza – o que confere à obra o seu caráter de permanência, isto é arquitetura.” (Lúcio costa apud LEMOS, 1980, pág.).

Justifica-se, portanto, a urgência de utilizar todas as ferramentas possíveis que façam com que as pessoas se reconectem com o ambiente em que elas vivem. Partindo dessas reflexões, surge o objeto de estudo deste trabalho, e a importância de o local de escolha para a abordagem. O local escolhido para a realização deste trabalho é o Conjunto Habitacional Bem-Viver, localizado na região oeste do município de Pindamonhangaba, uma área periférica e próximo a uma zona de interesse ambiental e conservação de várzea – e APPs (área de preservação permanente). O conjunto habitacional é composto por 48 edifícios contendo 4 andares e 8 apartamentos por andar, divididos entre 6 condomínios, totalizando 1.536 apartamentos. Foi inaugurado em fevereiro de 2018 e financiado pelo Programa Minha Casa, Minha Vida.

Um dos direitos sociais previstos na Constituição Federal do Brasil é o direito à moradia digna. Para concretizá-lo, a cooperação entre iniciativa privada e poder público é

crucial, porém, além disso, também é necessária a superação de diversas barreiras, dentre elas a necessidade de inovações e melhorias que gerem projetos que integrem a qualidade de compositiva e ambiental, interligando-os com a cidade, de modo que se proporcione a satisfação dos moradores.

Nesse sentido, um edifício pode ter diversas finalidades, porém o espaço comum é extremamente relevante na tarefa de proporcionar a supracitada satisfação dos moradores e para que a construção atinja a finalidade para a qual foi projetado. Verifica-se que o espaço comum muitas vezes é o primeiro e principal lugar onde a deterioração dos conjuntos construídos pelo poder público começa. Por isso, as áreas comuns também são de extrema importância para um estudo científico, demonstrando ser terreno profícuo para revisão no seu tratamento e, conseqüente, com a recuperação desse espaço. Alguns projetos habitacionais já demonstraram ser um desastre, pois o plano geral, incluindo as áreas verdes e de recreação, foram totalmente dissociados de todas as unidades, obtendo falta de segurança.

“Muito rapidamente haverá garrafas, vidros e lixo por toda parte. As caixas de correio serão vandalizadas. Corredores, hall de entrada, elevadores e escadas serão lugares perigosos para as pessoas passarem, estarão cobertos de grafite e sujos com lixo e dejetos humanos”. (Newman, 1972) Os espaços públicos ou áreas verdes do conjunto ficam logo vandalizados. Os apartamentos em si, embora modestos, são primorosamente tratados. (NEWMAN, 1996, p.18-25).

Por que há esta diferença brutal de comportamento dos moradores, se os espaços abertos também são parte do conjunto? Busca-se, portanto, evitar que este conjunto habitacional popular tome proporções de degradação irreversíveis por meio dos conceitos aqui abordados que, posteriormente, tomarão dimensão projetual.

As políticas públicas de habitação popular iniciaram-se no período Vargas (1930-1945), época em que surgiu um consenso de que a iniciativa privada não era capaz de enfrentar o problema do déficit habitacional e de que a intervenção do Estado se fazia necessária, tendo um papel de gestor e de mantenedor das condições dignas de moradia, se tornando símbolo da valorização do trabalhador e a afirmação de que a política habitacional de auxílio aos brasileiros dava resultados efetivos. A aquisição da casa própria e as alternativas de torná-la acessível eram questões comuns. O objetivo era viabilizar a casa própria para o trabalhador de baixa renda. Além disso, a crise de moradia atingiu também a classe média e houve a necessidade de novas soluções para os problemas habitacionais já existentes naquela época.

“...o objetivo dos governos desenvolvimentistas era estimular a criação de uma solução habitacional de baixo custo na periferia, visto ser ela conveniente para o modelo de capitalismo que se implantou no país a partir de 1930, por manter baixos os custos de reprodução da força de trabalho e viabilizar o investimento na industrialização do país”. (BONDUKI, 2004, p.12).

Isso é bem visível na situação do país, em que as populações de baixa renda são inseridas diretamente na periferia das cidades, devido a uma condição histórica e não a partir da visualização das reais necessidades dessa população. Essas casas, por vezes, não parecem ser uma oportunidade, mas uma maldição. O design é anônimo: esses projetos têm origem em um modelo de computador e são replicados em qualquer cidade. Ficamos surpresos quando as pessoas se enfileiram em suas “caixas”, não falam com vizinhos, não formam uma comunidade, não se sentem parte de nada, porque os forçamos a aceitar uma situação em que só lhes resta ir para casa e assistir à televisão. Não há uma análise da identidade, das tradições. A questão não é negação da importância de construir casas, pois é sim, necessário construir, mas qual o impacto dessa arquitetura na alma das pessoas? (BOTTON, 2008).

O arquiteto pode contribuir para criar um ambiente que ofereça muito mais oportunidades para que as pessoas deixem sua marca e identificações pessoais, que possa ser apropriado e anexado por todos como um lugar que realmente lhes “pertença”. (HETZBERGER, 1996, p.48)

2. OBJETIVOS

2.1 GERAIS

Este Trabalho de Graduação objetiva elaborar um projeto urbanístico-paisagístico que permita desenvolver o sentimento de pertencimento aos moradores do Conjunto Habitacional “Bem-Viver” localizado no bairro Araretama, em Pindamonhangaba.

2.2 ESPECÍFICOS

É importante elencar os tópicos que necessariamente deverão ser abordados para que seja satisfeito o objetivo geral, sendo eles:

- a) Entender e compreender a SWOT.;
- b) Pesquisar instrumentos/elementos que possam despertar o sentimento de pertencimento;
- c) Pesquisar e desenvolver projetos de áreas livres;

- d) Entender como os projetos urbanos e paisagísticos ocorrem nas diversas escalas;
- e) Entender a questão ambiental e sua relação com o ser humano;
- f) Pesquisar ferramentas que façam com que os moradores adquiram a topofilia e a biofilia e,
- g) Entender o papel da arquitetura e urbanismo no desenvolvimento do sentimento de pertencimento.

3. METODOLOGIA

Este Trabalho de Graduação foi estruturado, em um primeiro momento, a concentrar todo o embasamento teórico, organizando e estruturando os conceitos envolvidos. A metodologia utilizada foi a Pesquisa Mista Aplicada, envolvendo teoria e análises, culminando no processo projetual. A pesquisa foi inicialmente desenvolvida em campo a partir de uma observação participativa do local abordado neste trabalho bem como o seu entorno. Foi realizada também pesquisas documentais que englobassem leis e documentos necessários para respaldar as futuras diretrizes projetuais.

Já no campo do levantamento bibliográfico e revisão bibliográfica a respeito dos principais temas, destacaram-se os livros “Topofilia”, “Landscapes of Fear” e “Espaço e lugar: a perspectiva da experiência” do geógrafo Yi-Fu Tuan; “Cidades para Pessoas” do arquiteto urbanista dinamarquês Jan Gehl; “Biophilia” do entomologista e biólogo Edward Wilson e “O Direito à Cidade” do filósofo marxista e sociólogo francês Henri Lefebvre. Feitos os embasamentos teóricos foi possível desenvolver com clareza as análises a partir do método SWOT (ou F.O.F.A.) que permitiu o diagnóstico e, conseqüentemente, as diretrizes projetuais, propiciando o alcance dos objetivos deste trabalho de graduação.

“Basicamente, tudo se resume ao respeito pelas pessoas. Os pontos centrais são o respeito pelas pessoas, dignidade, entusiasmo pela vida e pela cidade como lugar de encontro. Nesses quesitos, não existem grandes diferenças entre os sonhos e desejos das pessoas nas várias partes do mundo.” (Jan Gehl)

CAPÍTULO 1

O objetivo desse capítulo é trazer, de forma cadenciada, os conceitos que embasam a relação do indivíduo com o lugar que habita e quais as ferramentas que os profissionais que projetam esses espaços podem utilizar para que as pessoas criem ou mantenham o vínculo e a conexão com o ambiente que vivem – seja ele construído ou não. Dessa forma, o ponto norteador é o próprio indivíduo, pois a partir da sua composição enquanto ser humano integral e complexo e, logicamente, inserido na sociedade, que vai expressar as suas necessidades e prioridades.

1. O PRINCÍPIO – *O Indivíduo*

1.1 Pertencer e o Sentimento de Pertencimento

Sentimento é “ato ou efeito de sentir; aptidão para a sensibilidade” de acordo com o dicionário Aurélio. É um estado afetivo, variante da emoção, da paixão, dos prazeres. Estado psíquico, decorrente do sentir. Segundo o existencialismo (termo aplicado a uma escola de filósofos dos séculos XIX e XX), o único meio para entrar em contato com a existência concreta e vivida, consiste no sentimento e emoção.

Para Russel Bertand, do Dicionário de Filosofia (1994), os conhecimentos sensíveis se fazem seguir prontamente à estados emotivos que podem ser os mais diversos, de satisfação uns, insatisfação outros. O sentimento se distingue basicamente da emoção, por estar revestido de um número maior de elementos intelectuais e racionais. No sentimento já existe alguma elaboração no sentido do entendimento e da compreensão.

O neurologista Damásio (1995), autor do livro “O Erro de Descartes” apresenta uma proposta baseada em pressupostos neurológicos. Ele distingue vários tipos de emoções:

Emoções primárias: deste grupo, fazem parte as emoções básicas ou elementares, como a alegria, a tristeza, o medo, o nojo, a raiva e a surpresa. São elas consideradas inatas ou “reflexas”, comuns a todos os seres humanos, independentemente de fatores sociais ou socioculturais.

Emoções secundárias ou sociais: culpa, vergonha, gratidão, simpatia, compaixão, inveja, o orgulho, desprezo, espanto. São essas mais complexas que as primárias,

dependem de fatores e variáveis socioculturais. Essas podem variar amplamente e radicalmente entre culturas e/ou sociedades.

Emoções de fundo: estão relacionadas com o bem-estar ou com o mal-estar interno. Estas são induzidas por estímulos internos, com origem em processos físicos ou mentais, levando o organismo a um estado de tensão ou relaxamento, fadiga ou energia.

Essas sensações são individuais. Ocorrem em cada ser humano de forma diferente e em um mesmo lugar causam sensações diversas, isso acontece através da percepção de cada um.

“Pertencer” é fazer parte, caber, enquanto “pertencimento” significa a ação de pertencer, sentimento de pertencimento, de acordo com o dicionário Aurélio, significa sentir pertencente a tal lugar e ao mesmo tempo sentir que esse lugar se faz pertencente.

Segundo o Dicionário de Direitos Humanos, “pertencimento”, ou o sentimento de pertencimento é a crença subjetiva numa origem comum que une distintos indivíduos. Os indivíduos pensam em si mesmos como membros de uma coletividade na qual símbolos expressam valores, medos e aspirações. Esse sentimento pode fazer destacar características culturais e raciais.

Esse sentimento de pertencimento pode ser reconhecido na forma como um grupo desenvolve sua atividade de produção, manutenção e aprofundamento das diferenças, cujo significado é dado por eles próprios em suas relações sociais. Quando a característica dessa comunidade é sentida subjetivamente como comum, que pode ser a ascendência comum, surge o sentimento de "pertinência", de pertencimento, ou seja, há uma comunidade de sentido.

“sonhamos com comunidade (...) com o comum e as realidades partilhadas que estão na base dela. Sonhamos com uma vida com os outros, com a segurança de lugar, familiaridade e cuidado.” (SILVERSTONE, 2002, p.182)

As formas de organização coletiva não decorreriam, assim, só de traços raciais, pois a pertinência é capaz de realizar a união entre pessoas de ascendência racial diferente, mas que partilham a crença não só numa origem comum como também num destino comum, estabelecendo um sentido de homogeneidade para os membros de uma comunidade e de heterogeneidade em face dos diferentes grupos.

A motivação social que justifica a comunidade está em um “sentimento subjetivo (afetivo ou tradicional) de partícipes de constituição de um todo”, enquanto o conceito de sociedade tinha sua motivação definida pela “compensação de interesses por motivos racionais (de fins ou valores), ou então numa união de interesses com idêntica motivação” (WEBER, 1973, p. 140). Max Weber, a partir do sentido de pertencimento, desenvolve uma compreensão da diversidade cultural. A diversidade cultural é reconhecida na medida em que se confronta uma "solidariedade étnica" com elementos estrangeiros, estabelecendo uma oposição, ou até mesmo, um desprezo pelo que é diferente, decorrendo desse o embate entre o "nós" e os "outros", o sentido de unidade grupal.

Segundo Weber, a comunidade se auto define e estabelece as suas fronteiras, bem como estabelece meios de diferenciação tanto interna como externa. Os costumes que essa comunidade é capaz de gerar podem garantir a sua sobrevivência e reprodução. Ele denomina-a de “comunidade política”, ou seja, está voltada para a ação, partilhando valores, costumes, uma memória comum, criando uma “comunidade de sentido”, independentemente de laços sanguíneos, na qual há um “sentimento de pertencimento”.

O fato de uma pessoa isolada sentir-se como individualidade não exclui que ela também se sinta unida a toda a humanidade. Na evolução humana ninguém tem o direito de sentir-se como individualidade caso não se sinta, ao mesmo tempo, membro de toda a humanidade. (STEINER, 1922).

2. O MEIO – *O meio em que o indivíduo vive*

2.1 Conjuntos Habitacionais de Interesse Público

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi criado em reação à crise mundial de 2008, iniciada nos Estados Unidos, em março de 2009, como uma alternativa para impactar a economia por meio de injeção de capital na indústria da construção. Como típica política anticíclica, o objetivo era estimular a criação de empregos e investimentos nesse setor (CARDOSO; ARAGÃO, 2013). Outro objetivo foi combater o histórico déficit habitacional brasileiro.

No entanto, esse programa vem ao longo dos anos sendo alvo de diversas críticas que abordam desde a segregação residencial até a falta de análise do perfil das famílias. A segregação residencial é um tema que precisa ser discutido a fim de se evitar a “periferização” desses conjuntos e seu distanciamento em relação a serviços e equipamentos urbanos

importantes. Esse distanciamento implica um longo deslocamento entre casa e trabalho, altamente prejudicial à qualidade de vida dessas pessoas.

O modo de produção de moradias populares para além dos limites da cidade tem consequências graves que acabam prejudicando a todos. Além de encarecer a extensão das infraestruturas urbanas, que precisam alcançar locais cada vez mais distantes, o afastamento entre os locais de trabalho, os equipamentos urbanos e as áreas de moradia aprofundam as segregações socioespaciais e encarecem os custos da mobilidade urbana. As longas viagens diárias entre a residência e os locais de trabalho ou de ensino congestionam as vias e os transportes coletivos, prejudicando a qualidade de vida coletiva. Ademais, o predomínio das opções sobre pneus – especialmente os automóveis que usam combustíveis fósseis e emitem gás carbônico – contribui para a poluição do ar, o aquecimento global e as mudanças climáticas, cujos efeitos já estão afetando milhões de pessoas no mundo inteiro. (ROLNIK; NAKANO, 2009).

Isso acontece porque, muitas vezes, o terreno mais barato é sinônimo de periferia. Ao conseguirem terrenos mais baratos, as incorporadoras aumentam sua margem de lucro, já que o preço de cada apartamento é fechado, independentemente de se construir em áreas centrais ou em áreas periféricas – ou seja, o valor pago pelo Estado às construtoras será o mesmo, independente do lugar onde se vai construir. Com isso, o novo morador é prejudicado, já que os gastos com seu deslocamento serão maiores. Além disso, há os problemas referentes à falta de lazer e serviços nas “não cidades”.

Dentro dessa lógica, as incorporadoras escolhem os terrenos mais baratos capazes de fornecer uma maior margem de lucro, considerando que elas geralmente trabalham com os tetos de financiamento como valores finais para imóveis ofertados no mercado. Com isso, o Programa estaria novamente gerando empreendimentos que imputem um “alto custo social”, pois tenderiam a se localizar em áreas com problemas de acessibilidade e carências na oferta de infraestrutura e serviços básicos no entorno imediato, custo que acaba sendo repassado para os moradores que precisam arcar com as despesas de deslocamento, inexistência de comércio nas proximidades ou falta de vagas no sistema escolar. (CARDOSO et al., 2013).

Há, ainda, a questão da identidade dos moradores com esses espaços. É sabido que a finalidade de muitos desses conjuntos habitacionais, inclusive do PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida), é abrigar pessoas que moravam em favelas ou em áreas de risco. Nessas comunidades, a relação das pessoas com os espaços de uso comum é muito forte, muitas

vezes os becos e vielas tornam-se áreas de convívio e lazer. Então, é importante criar essa relação que favoreça a integração social.

Isto significa dizer que esta população-alvo da nova política habitacional propagada pelo PMCMV, além de não ter tido alternativa de escolher seu próprio lar e de ter sido afastada de seu antigo bairro e dos vínculos socioespaciais que ali estabeleciam, foi reassentada de forma tal que não se levou em consideração e/ou foram oferecidos meios que viabilizassem a rápida integração ao novo local de moradia. (CARDOSO et al., 2013).

O espaço de uso comum é capaz de oferecer maior qualidade de vida aos moradores de habitação de interesse social, criando uma relação de convívio ao mesmo tempo em que pode oferecer serviços. “Os moradores que usam os pátios semiprivados dos blocos sentem-se mais satisfeitos com o tipo de moradia do que os que não usam, geralmente porque os espaços foram invadidos por construções irregulares” (LAY; REIS, 2010, p. 105).

É necessário um olhar mais apurado sobre as necessidades de cada espaço. E para isso é imprescindível a participação dos potenciais moradores no processo de projeto das habitações. Ou seja, fazer um projeto de área de lazer observando o que determinado grupo legítima como uma área de lazer, não simplesmente impondo equipamentos que para elas podem não fazer sentido.

“O espaço imediato em torno à residência – seja esta a casa individual, ou parte de um conjunto, sob a forma de apartamento dentro de edifício – completa, amplia, integra a residência num todo além de residencial. Todo que pode ser definido como supercasa. Que deixa de ser privado, para ser público. Solidário. Comunitário”. (Gilberto Freyre (1979). Oh de casa! Recife: IJNPS, 1979).

Hoje o PMCMV estabelece algumas normas para que os condomínios disponham de área de lazer e convivência. Segundo a Portaria nº 465, de 3 de outubro de 2011: Os empreendimentos na forma de condomínio, com mais de sessenta unidades habitacionais, deverão conter equipamentos de uso comum, no mínimo de 1% do valor da edificação e infraestrutura, obrigatoriamente na seguinte ordem:

- a) espaço coberto para uso comunitário
- b) espaço descoberto para lazer e recreação infantil
- c) quadra de esportes. (BRASIL, 2011)

No entanto, ao observarmos os empreendimentos percebe-se que essas áreas quase sempre são alocadas no recuo do terreno ou em áreas que “sobraram”, nos afastamentos dos prédios, onde não caberia um bloco de habitação. A alta densidade dos conjuntos é prejudicial à criação de boas áreas de convivência. Inclusive é possível observar que alguns moradores “criam” suas áreas de convivência no entorno de seus blocos. Acreditamos que com isso os projetistas devem prestar maior atenção no que são essas áreas de convivência para essas pessoas.

Após décadas de política habitacional impulsionada pelo Governo Federal, parece nítida a percepção dos fracassos dos programas públicos e também no mercado atual na incapacidade de gerar mecanismos para enfrentar o problema. Há uma necessidade de se reformular estratégias para atender a população de menor poder aquisitivo, afinal, o que se tem oferecido para essa parcela da população parece não atender as suas necessidades básicas, nem quantitativamente nem qualitativamente. (BONDUKI, 2008).

Segundo Abiko (1995), a habitação deve atender os princípios básicos de habitabilidade, segurança e salubridade, considerando que é o espaço ocupado pelo ser humano antes e após as jornadas de trabalho e que dá suporte a tarefas tais como: alimentação, descanso, atividades fisiológicas e convívio social. Além das atividades domésticas, nela pode compreender algumas atividades profissionais tais como comércios, prestação de serviços ou pequenos negócios.

2.2 Espaço X Lugar

A definição de espaço é bem ampla, na filosofia pré-socrática, por exemplo, o espaço já era debatido em confronto com a matéria, em suposições análogas do cheio e vazio, do ser ou não ser. Vários foram os conceitos, as doutrinas, os pensamentos elaborados acerca do espaço, por isso o foco será em como o espaço arquitetônico é percebido. Essa percepção está ligada ao corpo e seus sentidos.

O lugar é um espaço construído através da vida das pessoas, de como nele vivem, sentem e usam; pelo grupo de pessoas que nele habitam, a forma que trabalham e exploram o espaço. Criam-se histórias e memórias, deixando marcas de cada um, ou seja, cada espaço é construído e está sempre sendo renovado. Desta forma, se estabelece o sentimento de pertencimento e reforça-se a identidade individual. (BENEVIDES, 2014)

Segundo Norberg-schulz (1976), o “espaço” indica a organização tridimensional dos elementos que formam um lugar, e o “caráter” denota a atmosfera ferial que é a propriedade mais abrangente de um lugar. O caráter do lugar é uma função de tempo e muda de acordo com as situações meteorológicas, ele é determinado pela constituição material e imaterial do lugar.

A transformação de um espaço não será a partir de uma construção solitária, pois é justamente através da interação entre os diferentes lugares individuais que se constituirá o lugar da coletividade, lugares, portanto, coincidentes. “O que começa com o espaço indiferenciado transforma-se em lugar a medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (TUAN, 1977, p.6). Todavia este espaço não será, obrigatoriamente, apropriado de forma efetiva ou igualitária por todos, considerando que as possibilidades de acesso serão diferenciadas, resultando em diferentes formas de adaptação e, conseqüentemente, em diferentes lugares e sentimentos de pertencimento ou não a eles. De acordo com Ferrara (1999), os afazeres quotidianos efetuam o espaço. A cada vez que alguém decide o que fazer, e em que lugar, está contribuindo para a vitalidade do sistema de espaços e valores. Sendo assim quem pratica o espaço é também, de maneira sutil, aquele que o produz.

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida. (CARLOS, 1996, p.29).

2.2.1 Espaço Público, Espaço Comum

De uso muito recente no urbanismo, a noção de espaço público não foi até hoje objeto de definição rigorosa. Considera-se espaço público a parte não construída de uma cidade, de domínio público, destina a uso público (...). Com presença marcante no urbanismo operacional dos últimos quinze anos, os debates atuais acerca das formas e dos significados do espaço público no ambiente urbano não ainda muito dependentes de referências históricas e morfológicas (MERLIN, Pierre; CHORAY, Françoise, 2000 – Tradução livre)

De acordo com José Pedro Machado, em seu dicionário Etimológico, a palavra ‘público’ deriva do latim *publicus*, significando aquilo que diz respeito a todos. Público se refere ainda a tornar público, para publicar, do latim *publicare*. Essa definição presume uma

extensão do espaço comum e, assim, o fornecimento de um valor normativo àquilo que é acessível a todos, uma passagem do comum – das trocas, do mercado – ao público (Santos Filho, 2004). De acordo com Richard Sennet (1988, p.30), foi por volta de 1470 que a palavra “público” começou a aparecer em publicações com conotação de “bem comum na sociedade”.

Para Levy & Lussault (2003) os espaços públicos seriam apenas uma das expressões do espaço comum. Ambos abordam essa dicotomia entre espaço comum e espaço público embasado no fundamento de liberdade embutido no espaço público, conseqüentemente, tornando-o lugar da discussão e de deliberação e, obviamente, a condição para o desenho de um espaço político.

No Dicionário de Urbanismo, Celson Ferrari (2004), define o espaço público como sinônimo de logradouro público e espaço comum – “como qualquer área urbanizada inalienável, sem edificação e destinada ao uso comum ou especial dos munícipes, como praças, parque, ruas, jardins, largos, etc.” (FERRARI, 2004, p.219). Essa definição é generalista e deixa de lado abordagens imprescindíveis ao se abordar espaço público, referentes, principalmente, a apropriação e significação desses espaços.

O espaço público, apesar das inúmeras divergências em torno do seu conceito, é um retrato da vida urbana, assim como são as mudanças observadas nesses espaços: uma nova forma de viver o espaço público decorre de uma nova forma de viver a/cidade. Espaço público é termo de definição complexa em função das incontáveis abordagens e conceituações que permitem suas várias configurações e dinâmicas, é plural em sua essência. No entanto, é entendido aqui como um ponto de representação da vida cidadina, expressão da relação dialética entre o espaço concreto e as dinâmicas urbanas sejam elas políticas, sociais, econômicas ou culturais. Nas palavras de Carlos “o espaço é um produto do trabalho humano, logo, histórico e social, e por isso mesmo é uma vertente analítica a partir da qual se pode fazer a leitura do conjunto da sociedade” (CARLOS, 1996, p.39).

Os espaços livres públicos são divididos, segundo Carneiro e Mesquita (2000), em três categorias principais, de acordo com a função que exercem: 1) de equilíbrio ambiental, como as reservas ecológicas e os jardins botânicos; 2) de circulação, como as ruas, avenidas e estacionamentos; e 3) de convívio social, como praças, parques, faixas de praia, largos e quadras.

Lamas (2004), de modo mais específico, difere largos, ruas e praças. Praça seria o “lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes” (LAMAS, 2004, p.100). Já rua, seria “lugar de circulação” (LAMAS, 2004, p.102) e, terreiros e largos, “vazios ou alargamentos da estrutura urbana e que com o tempo foram apropriados e usados” (LAMAS, 2004, p.102).

Em um artigo sobre apropriações do espaço público, Mendonça (2007) aborda que a inserção de espaços públicos na malha urbana a partir do século XIX visava aliviar aspectos impostos pela industrialização. Ao longo do século 20, esses espaços públicos tiveram suas apropriações popularizadas. No estudo sobre os sistemas de espaços livres, Mendonça indica os parques e praças como os espaços comuns e os mais reivindicados ao poder público, mostra ainda uma mudança relevante na manutenção desses espaços, decaindo à medida que se afasta de bairros centrais ou de classes médias e altas. Ou seja, embora o espaço público esteja localizado no espaço urbano, essa distribuição não ocorre de forma homogênea, da mesma forma que não será homogênea a ligação entre as pessoas e esses espaços.

Trata-se, portanto, essencialmente de uma área onde se processa a mistura social. Diferentes segmentos, com diferentes expectativas e interesses, nutrem-se da co-presença, ultrapassando suas diversidades concretas e transcendendo o particularismo, em uma prática recorrente da civilidade e do diálogo (GOMES, 2002, p.163).

2.2.2 Espaço Civil

Segundo Bauman (2001), há muitos lugares nas cidades contemporâneas que são nomeadas como “espaços públicos”, no entanto, nem todas podem, necessariamente, serem chamadas de “espaço-civil”. Em função das interferências atuais, os “espaços públicos, mas não-civis” se revelam divididos em dois grupos, que se afastam “do modelo ideal do espaço civil em duras direções opostas, mas complementares” (BAUMAN, 2001, p.114). De certa forma eles esmorecem a permanência, são pouco convidativos ou até mesmo hostis. Algumas praças, de acordo com Bauman, são feitas para “serem admiradas e não visitadas”, são “imponentes e inacessíveis, e induzem quem quer que esteja perdido na vastidão do espaço a seguir seu exemplo e sentimento”. (BAUMAN, 2001, p.113). Ele ressalva, inclusive, que esses “espaços públicos, mas não-civis”, legitimados pelo consumo e pela busca por segurança são uma maneira já que as pessoas têm dificuldade de conviverem entre si.

O convívio é algo aprendido, cultivado e construído ao longo do tempo, no entanto, não é simples. Aquele que não aprende e não se sente amparado passa, então, a evitá-lo. E este é um processo que se retroalimenta: “quanto mais eficazes a tendência à homogeneização e o esforço para eliminar a diferença, tanto mais difícil sentir-se à vontade em presença de estranhos, tanto mais ameaçadora a diferença”. (BAUMAN, 2001, p. 123).

2.2.3 Espaço Disciplinar X Espaço Libertário

O termo “disciplina” diz respeito a uma modalidade de poder que se caracteriza por medir, corrigir, hierarquizar, quanto tornar possível um saber sobre o indivíduo. O que chama atenção aqui é a expressão “poder”:

“Quando definimos o exercício do poder como um modo de ação sobre a ação dos outros, quando o caracterizamos pelo “governo” dos homens uns pelos outros – no sentido mais extenso dessa palavra –, incluímos nele um elemento importante: o da liberdade. O poder não se exerce senão sobre ‘sujeitos livres’, e, na medida em que são ‘livres – entendemos por isso sujeitos/ individuais ou coletivos tem diante de si um campo de possibilidade ou diversas condutas –, diversas reações e diversos modos de comportamento podem ocorrer”. (FOUCAULT, 1980 apud NEGRI, 2015, p.47).

Configurando, dessa maneira, um adestramento social que acaba por criar as bases para uma sociedade disciplinar. Para Foucault, a normalização disciplinar controla o tempo em que os sujeitos devem realizar seus afazeres, circunscreve espaços a serem ocupados, estipula sequências e estruturação desses afazeres em função de objetivos específicos, levando à domesticação e à fiscalização infundável. (FOUCAULT, 1980).

Como contraponto desse ideal, temos o urbanista e “socialista utópico” francês Charles Fourier, grande crítico do capitalismo e economicismo da sua época, adversário da industrialização. Fourier propunha uma alternativa cooperativista entre os indivíduos, que ao mesmo tempo permitisse a realização livre das paixões e, produzisse, por fim, a harmonia necessária. Idealizando uma sociedade justa, propondo a criação de falanstérios, ou falanges – comunidades em que os proventos recebidos seriam divididos entre os colaboradores da falange e os capitalistas que nela investiram. Essas “ruas-galerias” permitiriam uma integração entre diversas partes da cidade – portanto, de classes – de modo harmônico. E com isso, Fourier antevê propostas subsequentes do que chamou de “socialismo libertário”. O socialismo libertário é um ideal contrário à existência de hierarquias sociais, devendo haver a igualdade e

liberdade social, desconstituindo as instituições autoritárias e que controlam os meios de produção.

Ao abordar os espaços libertários no âmbito da arquitetura e urbanismo, estes devem conferir, portanto, diversificações dos elementos compositivos tanto arquitetônicos quanto paisagísticos e urbanísticos. Embora o arquiteto tenha a intenção no ato de projetar de proporcionar liberdade dentro do espaço construído, ela em si não é exatamente pura em seu efeito libertador absoluto, afinal, a liberdade, é o ato em si: “A liberdade dos homens não é jamais assegurada pelas instituições ou leis que pretendem garanti-la. É por esta razão que quase todas as leis e instituições podem ser subvertidas. Não porque sejam ambíguas, mas simplesmente porque liberdade é aquilo que deve ser praticado.” (FOUCAULT, 1980). Essa liberdade no contexto do ambiente construído antevê uma autonomia plena do usuário naquele local seja para o uso – podendo ser das mais variáveis, ou seja, não se limitando ao que foi inicialmente planejado: às experiências sensoriais, comportamentais, emotivos, intelectuais, políticos, expressivos, criativos, de locomoção, de religião, de pensamentos, etc. afinal, são diversas as formas de manifestações dos indivíduos que, como ressaltado, libertador é o ato propriamente dito. A prática.

2.2.4 Identidade e Memória

Segundo o Dicionário Aurélio, a palavra identidade significa “1- Qualidade de idêntico. 2- Os caracteres próprios e exclusivos duma pessoa: nome, idade, estado, profissão, sexo, etc.” É toda a formação de um indivíduo resultante das interações sociais, culturais, políticas, geográficas, econômicas e/ou de outras naturezas que tornam único. (FERREIRA, 2008).

Edgar Morin, antropólogo, sociólogo e filósofo francês, através das suas pesquisas sobre identidade, expõe que a identidade do ser humano está ligada a identidade social. A cultura produz a identidade social e dessa forma, indivíduo e sociedades se complementam. A identidade cultural é um fator fundamental da relação entre o indivíduo e a sociedade, é através dela que ocorre a adaptação do homem ao seu ambiente. Sem a identidade cultural, não se tem a integração homem X sociedade. (MORIN, 2002)

A cultura constitui a herança social do ser humano; as culturas alimentam as identidades individuais e sociais no que elas têm de mais específico. Por isso, as culturas podem mostrar-se incompreensíveis ao olhar das outras culturas, incompreensíveis umas para as outras. (MORIN, 2002).

A identidade é exatamente a necessidade de posicionar-se ante o diverso, sobretudo ante o sólido visível em um contexto de instabilidades. Identidade-comunidade levam ao que Bauman chama de “necessidade de segurança” (2003). A igualdade não se confunde com a aniquilação da diferença, mas apenas acentua que o comum é igual para os que sendo diversos se identificam com esse mesmo comum. A pluralidade se mantém com a aceitação da diversidade, e não com sua supressão, um enfrentamento desde o comum, e não apesar dele.

Segundo Ulpiano Bezerra de Meneses (1984), a memória, como suporte fundamental da identidade, “é mecanismo de retenção de informação, conhecimento, experiência individual ou social, constituindo-se em um eixo de atribuições que articula, categoriza os aspectos multiformes de realidade, dando-lhes lógica e inteligibilidade”. A identidade cultural e a memória reforçam-se mutuamente.

A memória pode ser entendida como a capacidade de relacionar um evento atual com um evento passado do mesmo tipo, portanto como uma capacidade de evocar o passado através do presente (JAPIASSÚ, 1996).

A ligação entre memória e cidade passa sempre pela identidade, quer na identificação com o lugar (...), quer nas afirmações identitárias que são estabelecidas como respostas às imposições dos espaços coletivos pelos planos de urbanização. Essas afirmações identitárias podem ter efeito direto sobre as formas de sociabilidade (...). Elas podem provocar também apropriações particularizadas e plurais do espaço (JODELET, 2002, p.38)

A construção da memória tanto individual quanto coletiva fortalece o conceito de lugar de uma determinada imagem e o vínculo criado com esse lugar. Para os ambientes urbanos isso pode se refletir em atitudes positivas ao evocar o sentimento de pertença, ou pode estar associado negativamente e desencadear “formas de rejeição e desapropriação dos lugares” (JODELET, 2002, p.38), através da depredação desses espaços. Algumas patologias sociais podem agir como desencadeadoras dessas associações negativas, levando ou a uma simples “desvinculação” do lugar até a atitudes de rejeição como a deterioração desses lugares por atos de vandalismo.

Para Carlos (1996), “pertencer ao lugar” decorre da “relação cidadão X cidade” durante a construção e o reconhecimento da identidade. É durante esse processo de construção da identidade que os lugares vão sendo dotados de significado. Voltando a autora,

há um processo que vem sendo observado no sentido oposto, produzindo “neste fim de século um espaço baseado na não identidade e no não reconhecimento” (CARLOS, 1996, p.104). A autora observa, no entanto, de que a intenção não é utilizar o termo “não-lugar” como antítese de “lugar”, mas sim referendar a tendência crescente de produzir mercadorias em lugar de identidades. São espaços que atendem às tendências modernizadoras e globalizadoras e que reforçam a efemeridade da relação entre as pessoas e esses lugares.

3. O NECESSÁRIO – *A relação pessoa-ambiente*

O profissional responsável pelo projeto de determinado espaço livre público deve saber que a paisagem é uma expressão morfológica das diferentes formas de ocupação, ou seja, ela é o resultado de um processo social de ocupação e gestão de um território (AMORIM; TABGARI, 2006)

O sujeito, na sua urgência de sentir pertencente a algum lugar ou a alguma coisa, mostra que isso faz parte da composição de sua identidade, e, acreditando que essa formação de identidade e do ser é empírico, esse sentimento de pertencer depende de experiências anteriores, e se foram boas ou ruins. O sentimento de pertencimento influencia de que forma na percepção arquitetônica e urbana? Aperceber-se pertencente ocorre a partir do momento em que há uma identificação com o lugar.

“[...] termo Realidade se refere a tudo que existe, em oposição ao que é mera possibilidade, ilusão, imaginação e mera idealização.

Empírico refere-se à experiência. Chama-se realidade empírica tudo aquilo que existe e pode ser conhecido através da experiência. Por sua vez, experiência é o conhecimento que nos é transmitido pelos sentidos e pela consciência. Fala-se de experiência externa para indicar o que se conhece por meio dos sentidos corpóreos, externos. Já a experiência interna indica o conhecimento de estados e processos internos obtidos através da consciência. Denomina-se introspecção à ação de conhecer, pela experiência interna, o que se passa dentro de nós.” (OKAMOTO apud RUDIO, 2002, p.18)

A relação do corpo com o espaço se interliga a partir da interação. O corpo integra-se ao espaço. O corpo é uma extensão da arquitetura, ela não vive só, precisa ser vivenciada, experimentada. A arquitetura e o urbano são grandes fontes para serem usadas como meio para entender essa relação. Através da percepção o indivíduo organiza e interpreta suas sensações, que atribui significados e valores ao meio. Dessa forma, torna espaços preferidos em lugares construídos.

A percepção fornece ao indivíduo a capacidade de relacionar-se com seu entorno, percebendo o ambiente externo a partir dos sentidos fundamentais (visão, audição, olfato, tato, paladar), porém é por meio da cognição que a informação é processada, selecionada e armazenada, de acordo com o interesse e a necessidade do indivíduo, além de adquirir um significado (LIMA, 2003 apud ZIEMBOWICZ et al., 2009).

Jan Gehl, no livro “Life between building”, trouxe essa discussão ao afirmar que há uma conexão importante entre o planejamento físico e a apropriação do espaço – que é

um dos fatores a estimular o senso de pertencimento. Para ele, as características e qualidades do ambiente físico podem influenciar a quantidade e a variedade de atividades desenvolvidas nos espaços livres públicos, o que ele chamou de “atividades ao ar livre”.

Dessa maneira, os arquitetos e os planejadores podem afetar as possibilidades de encontro das pessoas, criando espaços agradáveis, convidativos e, sobretudo, mais condizentes com as necessidades e vontades da população e, por isso, com maior potencial de apropriação. Sendo assim, espaços projetados tornam-se lugares que projetam comportamentos. A arquitetura, ao projetar e construir espaços habitados ao longo do tempo, contribuindo para a construção da identidade humana, é através dela que são obtidos traços da história, conexões com o passado, a integração com o presente, deixando registrados muitos dos aspectos da vida. Para que o indivíduo se sinta pertencente ao lugar ele tem que ser capaz de orientar-se, saber onde está, se identificar com o meio e saber como ele está inserido. A identificação, portanto, é a base do sentimento de pertencer.

O arquiteto pode contribuir para criar um ambiente que ofereça muito mais oportunidades para que as pessoas deixem suas marcas e identificações pessoais, que possa ser apropriado e anexado por todos como um lugar que realmente lhes pertença (...) cada componente espacial será usado mais intensamente (o que valoriza o espaço, ao mesmo em que se espera que os usuários demonstrem suas intenções. (HERTZBERGER, 1996, p.47).

O segredo é dar aos espaços públicos uma forma tal que a comunidade se sinta pessoalmente responsável por eles, fazendo com que cada membro da comunidade contribua à sua maneira para um ambiente com o qual possa se relacionar e se identificar (...). Os serviços prestados pelos departamentos de Obras Públicas Municipais são vistos, por aqueles em cujo benefício esses departamentos foram criados, como uma abstração opressiva; é como se as obras públicas fossem uma imposição vinda de cima; o homem comum sente que “não tem nada a ver com ele”, e, deste modo, o sistema produz um sentimento generalizado de alienação. (HERTZBERGER, 1996, p. 45).

3.1 Escala Humana e a Percepção

A percepção humana é limitada, “os objetos que percebemos são proporcionais ao tamanho do nosso corpo, à acuidade e amplitude do nosso aparelho perceptivo” (TUAN, 1974, p. 16-17). E nessa mesma linha de pensamento, Carlos delimita o lugar como sendo “o espaço possível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do

corpo” (CARLOS, 1996, p.20). São os usos e as apropriação que definem o lugar, são os lugares que representam o cotidiano das pessoas – o modo de vida perpetuado naquele espaço, que, por sua vez representa dinâmicas e práticas vão além da escala do lugar. “O espaço é construído em função de um tempo e de uma lógica que impõe comportamentos, modos de uso, o tempo e a duração do uso” (CARLOS, 1996, p.26).

Acreditando então na necessidade de relativizar as escalas para enfatizar a vivência, a percepção da imagem de uma cidade precisa de segmentação por sua escala macro, pois ainda que se conheça a cidade por completo não se consegue gerar uma imagem dela por inteira, experimentá-la ou senti-la como um todo. Sendo assim, primeiro o espaço precisa ser fragmentado, o que o indivíduo faz gerando imagens mentais; em seguida, ele seleciona as imagens que funcionem como amostragem de um espaço e sugiram o próprio modo de sua percepção; por último, escolhe uma dominante para esse espaço. O processo é repetido na medida em que se conhece novos espaços e assim ele monta a leitura das imagens as quais representarão a cidade. (FERRARA, 1993/1999).

“(…) a percepção urbana não é um dado, não se manifesta como uma certeza, mas é um processo de possibilidade. Altera-se conforme as características socioculturais e informativas (repertório) do morador da cidade e submete-se às características físicas, econômicas e de infraestrutura do próprio espaço urbano.” (FERRARA, 1999, p.107)

Castello (2007), ao propor uma definição de lugar inserida dentro da arquitetura e urbanismo, não defende a construção ideal, mas sim de que o conceito decorre de uma conexão estreita com a “percepção do lugar”, consequência de “uma qualificação que se atribui ao espaço através da percepção de suas potencialidades, objetivas e subjetivas (físicas e psicológicas) para a realização de experiências existenciais” (CASTELLO, 2007, p. 116).

O termo percepção é oriundo do latim *percipio*, que por sua vez é derivado de apoio, cujo significado é “agarrar”, prender, tomar com ou nas mãos”, ligando-se, desta forma, ao tato, contato (CHAUÍ, 1989). Percepção é o que conecta o homem com o seu entorno, é com ela que se organiza as informações recebidas, por meio da estimulação sensorial, resultando, a partir disso, consciência e a criação de um significado. Perceber é estar ante a algo que é apresentado, e não simplesmente vendo com os olhos, mas empregando outros sentidos sensoriais e incitando o sistema cognitivo.

A percepção é claramente mais do que o processo no qual os estímulos vencem os sentidos, é o início do processamento de informações, a interpretação dos estímulos

aos quais se presta a tenção de acordo com a conformação mental, existente, que são as atitudes, experiência e motivação. (BAKER, 2005)

A percepção é, portanto, individual. A interpretação se modifica de indivíduo para indivíduo dependendo de suas experiências vividas e da sua cultura, influenciando na maneira que o estímulo será percebido e interpretado para, em seguida, ser reagido. Assim, a percepção focaliza seletivamente alguns estímulos selecionando-os segundo critérios pessoais, cujas sensações recebidas pelos estímulos são elaboradas em termos de conteúdos emocionais e intelectuais.

Temos a sensação do ambiente pelos estímulos desse meio, sem se ter consciência disso. Pela mente seletiva, diante do bombardeio de estímulos, são selecionados os aspectos de interesse ou que tenham chamado atenção, e só aí que ocorre a percepção (imagem) e a consciência (pensamento, sentimento), resultando em uma resposta que conduz a comportamento. (OKAMOTO, 2002).

Tuan (1980) superpõe os significados de valor, atitude, visão de mundo e percepção. Percepção como seleção e registro de certos fenômenos; as atitudes como formação, ao longo do tempo, de um acúmulo de percepções que implicam valores formados; a visão do mundo como experiência conceitualizada. A qualidade da percepção determina a qualidade da ação humana sobre o meio ambiente e, se ele se sentirá pertencente àquele lugar, o tornando “habitado”.

Habitar é um suporte existencial do ser. Todo espaço realmente habitado traz a essência da noção de casa. (BACHELARD, 1993). Do ponto de vista do “sentimento de pertencimento”, o pertencer está relacionado a uma relação estreita de lugar ocupado, habitado. Norgerg-Schulz (1976) reforça, “lugar é o mais do que uma localização geográfica (...) O lugar é a concreta manifestação do habitar humano”, portanto, lugar é aquilo que tenha elementos suficientes que possa trazer ao indivíduo algum significado, sentimento, simbologia.

3.2 Topofilia ou Topofobia?

Apresentando estudos e resultados sobre a relação do homem e o ambiente em que vive, temos a área da Psicologia Ambiental, que mostra que apenas a partir da década de 1990, os estudos relacionados ao apego tornaram-se mais constantes, com o laço afetivo entre a pessoa e um local aparecendo mais frequentemente como objeto de estudo. Apesar de

alguns aspectos dessa relação terem sido pouco explorados, os existentes apontam para sua importância na vida do indivíduo (GIULIANI, 2004).

“Como resultado da experiência, do senso comum e de conhecimentos gerais, é possível afirmar que o afeto relacionado a lugares existe e é de uma natureza que, embora não totalmente explícita e definida (...) é percebido como um dos fatores importantes que às vezes auxiliam e às vezes obstruem nosso equilíbrio, nosso bem-estar material e espiritual.” (GIULIANI, 2004, s.p.).

Na geografia os estudos sobre o lugar percorrem um caminho mais longo. Para Tuan (1974/1977), é ao assumir importância emocional na experiência humana que um espaço passa a ser lugar. Define, portanto, lugar a partir de um contraponto com espaço; com o lugar derivando do espaço através de um processo de significação: “o que começa com o espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (TUAN, 1977, p.6).

Conectando o que já foi citado anteriormente, para o autor, os dois conceitos (lugar e espaço) são indissociáveis, para que se entenda um, é necessário conhecer o outro: “a partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa” (TUAN, 1977, p.6). Ser lugar depende da criação de um vínculo, de um laço afetivo, entre a pessoa e o ambiente, diferindo profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. Assim, a resposta ao meio ambiente pode ser, num primeiro momento, puramente estética; em outro momento pode variar do efêmero prazer causado por uma vista até a sensação de beleza, subitamente revelada. A resposta também pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, a água, a terra. Porém, mais permanentes e mais difíceis de expressar são os sentimentos que temos para com um lugar, que pode ser o lar, o local de trabalho ou o locus de alguma experiência especial. (TUAN, 1977).

É óbvio ululante que ao nos relacionarmos com o meio que nos cerca desenvolvemos gostos e preferências, atitudes e valores. Há paisagens e lugares que nos trazem sensações de conforto, há outros que nos incitam a sentir medo e angústia. No primeiro caso chamamos de topofilia, como já discutido anteriormente; no segundo, Relph (1979) identifica como sendo experiências topofóbicas, ou seja, aquelas que não são agradáveis e nos causam temor e repulsão. O próprio Tuan (1980) dedicou atenção a esse aspecto quando publicou a obra intitulada *Landscapes of Fear*. No entanto, entender a interação homem-natureza requer que tenhamos não apenas o conhecimento da topofilia e topofobia, mas, mais do que isso, é

necessário compreender a biofilia, expressa por Wilson em 1979, quando escreveu um artigo sobre preservação no New York Times.

3.3 Biofilia e a Educação Ambiental

Wilson, em 1984, criou a obra intitulada Biophilia, discutindo não apenas a relação dos indivíduos com a natureza, mas os interesses sociais e econômicos envolvidos, avança e propõe soluções para as principais dificuldades que enfrentamos mesmo com todo o avanço científico e tecnológico. Dada a nossa natureza biológica, explica Wilson, a biofilia é a afetividade emocional inata dos seres humanos para com as demais espécies da Terra. Assim, para Wilson a biofilia retrata “a tendência inata de se afiliar e tirar profunda satisfação de outros organismos - específicos, certas espécies em que nos fixamos, certos habitats que reconhecemos como domiciliários e certos ambientes e que reconhecemos como habitação ideal” (WILSON, 1993, p. 32 - tradução livre).

Com muita propriedade ele ressalta que estas emoções são ativadas quando interagimos com outras espécies ou ambientes naturais, podendo ir de um polo oposto ao outro: atração à aversão, admiração à indiferença, da paz à ansiedade. São reações geneticamente inerentes todas as espécies, embora nos seres humanos, por razões claras, são pouco manifestadas na vida cotidiana.

“Cidade Biofílica é aquela que reconhece, resgata e promove a (re)conexão do Humano com a Natureza.” (WILSON, 1993)

Os sentimentos biofílicos são mais evidentes ou não, dependendo dos três graus de altruísmo apresentados por Wilson que conduzem a respostas diferentes. O primeiro é o antropocentrismo, pautado na máxima: nada tem importância, a não ser o que afeta a humanidade. O segundo é definido como empatocentrismo, em que se julga que os direitos intrínsecos devem ser estendidos a cavalos, cães, chimpanzés e outros animais inteligentes com os quais sentimos certo grau de empatia. Por último, o biocentrismo, segundo o qual todos os organismos possuem direitos intrínsecos, como o direito à vida. Ao contrário do que pode parecer, os três níveis não são excludentes; na vida real, muitas vezes coincidem. Em emergências, podem ser apresentados na seguinte ordem de prioridades: primeiro o homem, depois os animais inteligentes e, por último, as outras formas de vida. (WILSON, 2002).

Não há mais dúvidas (a partir de testes psicológicos) de que as pessoas preferem um ambiente natural para viver. Elas querem ter um ambiente substancialmente modificado para a sua habitação – e que forneça comida e proteção. No entanto, depois de saciado isso e dada uma escolha, a vasta maioria das pessoas – permitiu-se desenvolver livremente em suas preferências psicológicas e para onde vão e o que experimentam – preferem o acesso a um ambiente natural. Claramente isso é algo muito profundo e muito misterioso na psique humana, e muito importante para o bem-estar humano. (WILSON, 1993, p.38 – tradução livre).

Wilson aborda que existem períodos sensíveis durante a infância e a adolescência em que é muito fácil aprender coisas novas e desenvolver preferências e antipatias; assim, estágios críticos da aquisição da biofilia foram levantados pelos psicólogos em estudos do desenvolvimento mental na infância e adolescência. Até os 6 anos de idade as crianças tendem a ser egoístas, egocêntricas e dominadoras em suas relações com os animais e a natureza; muitas se mostram indiferentes ou temerosas em relação à maioria dos animais. Entre 6 e 9 anos, o interesse por animais selvagens aumenta e mostram reconhecer que os animais podem sofrer e sentir dor. O conhecimento e o interesse pela natureza aumentam rapidamente e, finalmente, entre os 13 e 17 anos a maioria dos jovens adquire sentimentos de responsabilidade moral em relação ao bem-estar dos animais e a conservação das espécies. (WILSON, 1993). Compreender como as crianças valorizam e percebem os diferentes ambientes é de suma importância, visto que, no futuro, serão importantes denotar uma ética, reverência, respeito e um cuidado especial com o meio natural que nos cerca.

[...] educar é construir, é libertar o homem do determinismo, passando a reconhecer o papel da História e onde a questão da identidade cultural, tanto em sua dimensão individual, como em relação à classe dos educandos, é essencial à prática pedagógica proposta. Sem respeitar essa identidade, sem autonomia, sem levar em conta as experiências vividas pelos educandos antes de chegar à escola, o processo será inoperante, somente meras palavras despidas de significação real (FREIRE, 1996, p. 28-33)

Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo,

essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999). A Educação Ambiental está intimamente ligada ao indivíduo como ser social, portanto é importante a percepção individual como elemento da prática ou disseminação da Educação Ambiental sob os olhares de cada ator do espaço social. Para Sauv  (2005), a Educa o Ambiental não   uma “forma” de educa o”, não   “ferramenta” para resolu o de problemas ou de gestão do meio ambiente.   uma dimensão essencial da educa o fundamental, base do desenvolvimento pessoal e social, rela o com o meio em que vivemos, com essa “casa de vida” compartilhada. Visa introduzir dinâmicas sociais em redes mais amplas de solidariedade, promovendo abordagem colaborativa e crítica das realidades socioambientais. O objeto da Educa o Ambiental   a nossa rela o com o meio ambiente.

Segundo Marques e Dias (2014), pensar em Educa o Ambiental essencialmente teórica, utilizando-se da capacidade intelectual, mas esquecer-se da prática das interrela es sociais, da participa o, da intera o e, portanto, da mudança de hábitos e/ou comportamentos, seria situ -la como disciplina isolada, tão são como acúmulo de saber. Para que isso ocorra,   preciso refletir a Educa o Ambiental com maior critério e tratá-la como processo educacional que deve ser aprendido, construído e sistematizado, considerando-se a totalidade do ser humano.

A espécie humana, desde a sua origem, buscou formas de influir no meio ambiente e de transformá-lo no sentido de atender às suas necessidades, mesmo que em certas ocasiões essa transforma o tenha se mostrado desfavorável (NUNES, 2009). A Educa o Ambiental   uma resposta   preocupa o da sociedade com o futuro da vida, embora, atualmente, seja um instrumento no processo de mudança dos comportamentos, a fim de despertar as pessoas para os problemas que os modelos de desenvolvimento econ mico dos séculos passados causaram e ainda afetam direta ou indiretamente a qualidade de vida – procurando trocar comportamentos degradadores por relacionamentos harm nicos entre homem e meio ambiente –, portanto,   processo complexo, que requer mudança de intelecto conjuntamente com mudança de hábitos. Isto porque entende-se que o saber isolado, fragmentado, buscado por meio de paradigmas a que estamos acostumados, não   capaz de prover tudo o que implica esse processo educacional, razão pela qual a interdisciplinaridade faz sentido (MARQUES; DIAS, 2014).

A educa o ambiental por ser interdisciplinar; por lidar com a realidade, por adotar uma abordagem que considera todos os aspectos que compõem a educa o –

socioculturais, científico-tecnológicos, éticos, e ecológicos - pode e deve ser o agente otimizador de novos processos educativos, por ser catalisadora de uma educação para uma cidadania consciente (DIAS, 2004).

3.4 CIDADES PARA PESSOAS

Caminhar, parar, sentar, ouvir e falar – um bom lugar para começar

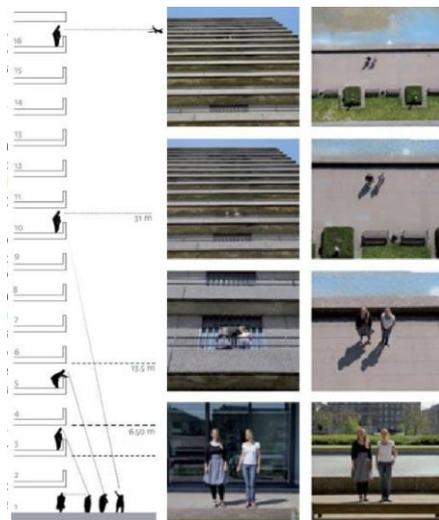
O ponto inicial é simples: atividades humanas universais. As cidades devem propiciar boas condições para que as pessoas caminhem, parem, sentem-se, olhem, ouçam, falem. Se tais atividades básicas, ligadas aos sentidos e ao aparelho motor humano, puderem ocorrer em boas condições, essas e outras atividades relacionadas deverão ser capazes de se desdobrar em todas as combinações possíveis na paisagem humana. De todas as ferramentas de planejamento urbano disponíveis, a mais importante é a escala menor. (GEHL, 2014, p.118)

É necessário convidar as pessoas a caminhar, afinal, melhorar as condições para os pedestres e para a cidade leva essencialmente a novos padrões de uso e mais vitalidade no espaço urbano. O planejamento físico pode influenciar imensamente o padrão de uso em regiões e áreas urbanas específicas. O fato de as pessoas serem atraídas para caminhar e permanecer no espaço da cidade é muito mais uma questão de se trabalhar cuidadosamente com a dimensão humana e lançar um convite tentador. (GEHL, 2014).

A escala humana

Para estimular o tráfego de pedestres e de bicicletas e realizar o sonho de cidades vidas, seguras, sustentáveis e saudáveis, é necessário começar pelo perfeito conhecimento da escala humana. Compreender a escala do corpo humano é importante se quisermos trabalhar de forma objetiva e adequada com ela, assim como abordar a interação entre a escala do pequeno e do lento e outras escalas também em funcionamento. (GEHL, 2014).

Figura 1 – Referências às escalas humanas



Fonte: Livro Cidades para Pessoas.

O corpo humano possui dimensões e capacidades físicas de locomoção que muitas vezes são esquecidas em projetos de prédios e espaços públicos. Uma cidade precisa ser feita para ser contemplada a pé, a 5km/h. Uma escala muito grande ou muito rápida destrói a relação das pessoas com os espaços públicos. Além disso, “a experiência de conforto e bem-estar nas cidades está intimamente ligada ao modo de estrutura urbana e o espaço da cidade se harmonizar com o corpo humano, seus sentidos, dimensões espaciais e escalas correspondentes. Se não houver bons espaços e boas escalas humanas, não existirão as qualidades urbanas cruciais” (GEHL, 2014, p.162)

As atividades necessárias, opcionais e sociais

As atividades necessárias ou essenciais são aquelas obrigatórias no dia-a-dia dos indivíduos, e são praticamente independentes do ambiente físico, pois as pessoas não têm escolha na hora de exercer esse tipo de função. Essa atividade pode ser mais confortável ou não, dependendo da qualidade do espaço. Passar por um local arborizado e bem cuidado é diferente de passar por uma área suja e escura; as opcionais são as realizadas quando existe a vontade de fazê-las, a exemplo do próprio caminhar. Para que elas aconteçam, é preciso que as condições externas, o tempo e o ambiente, sejam convidativos para isso, é preciso provocar a vontade de estar ali; as sociais, são aquelas que dependem da presença de outras pessoas no

mesmo espaço. São resultantes das outras duas atividades e ocorrem espontaneamente, por exemplo, quando um indivíduo passa pelo espaço para realizar determinada atividade como ir para a escola (atividade necessária) ou fazer uma caminhada (atividade opcional), e encontra com um amigo no meio do caminho, parando e conversando (atividade social). Nesse sentido a atividade passa então de opcional para social. Essas atividades dependem da qualidade do ambiente físico, pois quanto mais atividades opcionais ocorrem naquele lugar, maior é o tempo de permanência da pessoa no local, maiores são as probabilidades de encontro e, portanto, maior é a possibilidade de ocorrerem atividades sociais. (GEHL, 2014).

Espaços de transição suave

Os espaços de transição suave em frente às residências têm um impacto crucial na gama de atividades ao ar livre. É interessante que os recuos frontais, nos quais a proximidade com a residência, o espaço, as plantas e um bom clima local podem ser combinados no contato com o entorno. “Quanto mais convidativo e de mais fácil utilização for o espaço da cidade ou a zona de transição, mais viva será a cidade. Em quase todas as situações, um metro quadrado ao lado de casa é mais útil e mais utilizado do que dez metros quadrados virando a esquina”. (GEHL, 2014, p.87)

Os elementos de passagem contribuem para a experiência espacial e para a consciência do espaço individual como lugar. “Assim como as paredes de uma casa protegem as atividades e transmitem uma sensação de bem-estar, os espaços de transição da cidade oferecem um sentido de organização, conforto e segurança.” (GEHL, 2013, p. 75) Esses elementos e espaços de transição ao longo dos andares térreos oferecem oportunidades para sentar ou simplesmente permanecer. “Se os térreos forem agradáveis, suaves e, em especial, ocupados por usuários, os pedestres estarão cercados por atividade humana. Mesmo à noite, quando pouca coisa acontece nos recuos frontais, o mobiliário urbano, as flores, as bicicletas estacionadas e os brinquedos esquecidos constituem-se em testemunho reconfortante da vida e da proximidade com outras pessoas” (GEHL, 2013, p.99)

Arte no espaço urbano

No decorrer da história, a arte fez contribuições valiosas para a qualidade do espaço urbano, através de monumentos, esculturas, fontes, detalhes de construções e decoração. A arte comunica beleza, monumentalidade, memória de eventos importantes, comentários sobre a vida em sociedade, os concidadãos e a vida urbana, junto com surpresas e humor. Agora, como

sempre, o espaço urbano pode atender a uma função relevante como uma interface entre arte e gente. (GEHL, 2014, p.179)

A política urbana com ênfase em instalações e obras temporárias dá uma contribuição valiosa para uma seleção atrativa de experiências e imprevisibilidade. Junto às muitas ruas, diferentes artistas decoram os espaços com intensidade, fantasia, política e humor, mas somente por um período limitado, sendo uma forma de intervenção. Desta forma, há sempre algo novo para se olhar, surpreendendo as pessoas e as fazendo descobrirem mais sobre o local que moram e sobre a vida contemporânea. (GEHL, 2014)

3.5 Abordagens preliminares para projetar o espaço

3.5.1 10 Estratégias para promover mudança a partir da participação social

O livro “Designing for Social Change” (Projetando para a mudança social) de Andrew Shea, serviu de inspiração para as abordagens da COURB (Instituto de Urbanismo Coletivo) – instituto que busca “conectar governos, comunidades, e outros agentes locais, através da elaboração e execução de planos, projetos e programas voltados ao desenvolvimento urbano, social e econômico das cidades” –, trazendo indicações de como trabalhar colaborativamente de forma efetiva. Apesar de Shea entender que sugerir estratégias específicas pode não ser muito realista, já que cada comunidade tem sua particularidade, ele ainda assim acredita que tais sugestões podem ajudar a identificar os desafios, guiar o processo, identificar e resolver problemas neste tipo de trabalho. Se faz necessário elencar de forma integral essas 10 ações conforme está descrito na matéria da COURB:

1. Aproximar-se da comunidade com que está trabalhando

Trabalhos com comunidades exigem integração e compreensão. Dedicar tempo para conhecer as pessoas que estarão trabalhando, conhecer os líderes comunitários e incentivá-los a serem parceiros no projeto aumentará o entendimento sobre suas necessidades. Preparar-se para perder um pouco do controle sobre seu processo de trabalho e deixar as ideias da comunidade direcionarem as decisões também é importante.

2. Construir relações de confiança

Para se conectar e criar um vínculo de confiança com os membros da comunidade, é importante construir relações pessoais e parcerias de trabalho autênticas. Algo que pode ajudar é tentar satisfazer rapidamente alguma necessidade emergencial da

comunidade. Aproximar-se de suas atividades diárias, demonstrar com atitudes que há respeito de verdade.

3. Prometer apenas o que poderá cumprir

A transparência e clareza na comunicação é fundamental em projetos comunitários. É normal, ao se envolver com uma comunidade, querer ajudar ao máximo, mas não é importante não tentar resolver todos os problemas de uma só vez. É preciso estimar precisamente o tempo e os recursos que você tem a oferecer no momento; e buscar respeitar o prazo final do projeto e o orçamento previsto. Soluções reais são melhores que promessas utópicas.

4. Priorizar o processo

Ser paciente e evitar soluções rápidas, que não representam a comunidade e são elaboradas com pouco engajamento de seus membros. Explicar a todos que o processo colaborativo pode demandar mais tempo e levar a resultados inesperados, mas certamente irá criar soluções mais eficientes às necessidades específicas da comunidade.

5. Enfrentar as polêmicas

Em projetos comunitários, as soluções adotadas devem representar a todos. Com a ajuda de grupos menores da comunidade, é preciso ouvir a percepção dos moradores, identificar reações negativas e positivas e aprender com elas para melhorar o trabalho. É importante manter um diálogo aberto com os membros, e verificar se as ideias do grupo respondem às questões polêmicas e os representam.

6. Identificar as potencialidades da comunidade

Ao invés de apontar as problemáticas da comunidade, focar em suas potencialidades contribuirá para aumentar a autoestima de seus membros e estabelecer um laço emocional positivo. Identificar habilidades e talentos e incorporá-los no trabalho. A comunidade se torna mais confiante e independente ao ver que é capaz de satisfazer suas próprias necessidades.

7. Utilizar recursos locais

Encontrar maneiras de incorporar os recursos existentes da própria comunidade em seu trabalho, observando quais materiais são comuns e utilizando

infraestruturas existentes. Soluções de baixo custo contribuem para a sustentabilidade financeira e a utilização de matéria prima local reduz o impacto ambiental do projeto.

8. Trabalhar considerando a voz da comunidade

Um trabalho comunitário deve se conectar à identidade local. Buscar inspiração nas cores, tipografia, e outros elementos que se destacam na comunidade fará com que ela se identifique mais facilmente com o resultado. É preciso considerar as linguagens locais, as normas culturais dos membros ao longo do processo. Promover o engajamento a partir de ferramentas acessíveis fará com que questões de escolaridade, habilidade ou comunicação não limitem a participação.

9. Incentivar a comunidade a se apropriar do projeto

Empoderar a comunidade fazendo com que se aproprie dos métodos e ferramentas de projeto. A comunidade deve estar presente desde o início, para que possa aprender em todas as etapas, possam desenvolver senso de pertencimento e se orgulharem do resultado alcançado com o auxílio da sua participação.

10. Promover o engajamento contínuo

Consolidar a parceria com a comunidade, mantendo contato após finalizar o trabalho. Um projeto participativo de sucesso promoverá uma independência dos membros, mas continuar os apoiando e mantendo um contato frequente com os líderes comunitários poderá resultar em futuras novas colaborações. Trabalhos desenvolvidos de maneira colaborativa fazem com que os cidadãos passem de expectadores a protagonistas na tomada de decisão. Unir seus desejos e visões por um propósito coletivo comum pode produzir resultados que além de efetivos, orgulham e emocionam os diversos atores envolvidos. Para construir cidades mais democráticas, é preciso desenvolver práticas projetuais inclusivas.

3.5.2 S.W.O.T.

A análise SWOT (ou FOFA) consiste em organizar uma listagem das forças (Strengths), fraquezas (Weaknesses), oportunidades (Opportunities) e ameaças (Threats) apontados ou não pelos usuários do espaço, formando a sigla SWOT em inglês. (NUCCI, 2012; CHAVES 2013) “A análise procura utilizar os pontos fortes como alternativas para as oportunidades e como eles podem aniquilar as ameaças. O mesmo é feito com os pontos fracos, onde se tenta delinear formas de combater estes com as oportunidades e como eles podem não

ser potencializados por meio das ameaças (OLHATS, 2012 apud NUCCI 2012 p. 69)” Depois de cruzadas as informações, são traçadas estratégias baseadas nos dados. Essas estratégias serão utilizadas para enriquecer os debates no planejamento do espaço e para delinear as diretrizes projetuais desse trabalho.

CAPÍTULO 3

Este capítulo será dedicado aos Estudos de Caso abordados e as Visitas Técnicas realizadas neste trabalho. Foram designados levando em consideração uma maior similaridade com o rumo dos objetivos a serem desenvolvidos neste trabalho. Por fim de cada estudo de caso e visita técnica, serão evidenciados quais os principais elementos sondados, ponderando sempre que os elementos ressaltados podem vir a ser referência direta e uma diretriz relevante no processo.

Estudos de Caso

1. Projeto Habitacional Pruitt-Igoe

Localização: St. Louis, Missouri – Estados Unidos da América

Autor do projeto: Minoru Yamasaki

Área: 230.000 m²

Ano do projeto: 1954 / **Ano de demolição:** 1972-1973.

Pruitt-Igoe foi simbolicamente representado pela morte de toda uma era de projetos modernistas que buscavam, de forma racional, acabar com os males da pobreza e deterioração urbana. Concebido como um verdadeiro triunfo no auge da concepção modernista, o projeto habitacional passou por diversas turbulências até que, em 1972, foi ao chão. Deixando verdadeiras lições importantes sobre uma construção de tamanha dimensão e importância social. Inclusive, o crítico da arquitetura Charles Jencks declarou: "A arquitetura moderna morreu em St. Louis, Missouri, em 15 de julho de 1972, às 15h32."

A idealização de projetos similares ao Pruitt-Igoe, foi uma resposta direta à evolução das populações urbanas após a Segunda Guerra Mundial. A cidade de Saint Louis sofria uma crise causada pelo crescimento descontrolado pelo qual havia passado nos anos 30 e 40. A migração de outras cidades e estados e a falta de políticas públicas fizeram com que crescessem periferias nos arredores da cidade e seu crescimento ameaçava atingir o centro, fazendo despencar o valor do solo. Em 1948 a prefeitura e o governo do estado decidiram tomar atitudes para combater esse processo, e em 1950 foi aprovado o projeto da prefeitura, com verba do Estado, que previa a demolição das favelas que se aproximavam da área central da cidade e sua venda para a iniciativa privada a baixos preços, de modo a assegurar a ocupação pelas atividades comerciais e pela classe média; e a construção de novos conjuntos habitacionais densos e verticais, de modo a acomodar a imensa população pobre da cidade em pouco espaço.

Figura 2 – Foto aérea do conjunto de torres e a maquete física do que o arquiteto Yamasaki havia idealizado para Pruitt-Igoe.



Fonte: The Pruitt Igoe Myth

O conjunto consistia em 33 torres modulares de apartamentos de 11 andares, com acomodações para até 10.000 residentes em 2.870 apartamentos. Os edifícios eram estruturas longas, estreitas com as janelas abrangendo 25 metros de comprimento. Os elevadores foram projetados para melhorar tanto a eficiência funcional e de custo e por isso então, eles paravam a cada três pavimentos, enquanto as escadas forneciam acesso aos pisos imediatamente acima e abaixo. A combinação dos dois pretendia reproduzir a vida da comunidade nas calçadas em uma edificação, em que crianças e adultos poderiam se reunir em segurança.

Pela imagem acima, é possível ver os vários elementos projetuais que Yamasaki propôs que nunca foram concretizados: unidades baixas dispersas entre suas contrapartes maiores, parques infantis, banheiros no piso térreo e paisagismo. Esses itens foram considerados muito caros pela Administração Federal de Habitação e, portanto, cortados do projeto. Os equipamentos de lazer não foram instalados, os estacionamentos eram insuficientes, as áreas de lazer não tinham atrativos, e não havia qualquer preocupação com o conforto ambiental – que fez com que muitos dos apartamentos fossem mal ventilados, e, portanto, insalubres. Essa ênfase constante na economia acabou por insinuar os tempos conturbados que o futuro prometia.

Infelizmente, enquanto a política federal havia derrubado a segregação legal, as atitudes de muitos americanos – incluindo muitos daqueles que viviam em St. Louis – ainda não tinham alcançado. Em função do grande racismo da época, a integração dos apartamentos

Pruitt e Igoe resultou na maioria dos residentes brancos abandonando-o, juntamente com os negros residentes que poderiam pagar habitações unifamiliares em outro lugar. Os únicos inquilinos que restaram eram aqueles que realmente não podiam se dar ao luxo de ir a qualquer outro lugar.

O isolamento do local com relação ao centro da cidade, a falta de manutenção, de assistência e até mesmo erros de projeto levaram o Pruitt-Igoe – então aparentemente um conjunto promissor – um processo de acelerado declínio. Em 1957, 9% do complexo permanecia vago; nos anos 60, esse número subiu para 16%, e depois aumentou para 65% em 1970. Enquanto o governo federal havia fornecido os fundos para construir Pruitt-Igoe, sua manutenção deveria ser apoiada diretamente pelos aluguéis dos inquilinos. Com os apartamentos ocupados quase exclusivamente por residentes de baixa renda, muitos deles sobrevivendo com auxílios do governo, havia pouco dinheiro para manter as 33 torres, que, posteriormente, caíram em ruína. A situação tornou-se um ciclo vicioso: a falta de manutenção expulsou mais inquilinos, drenando o orçamento já apertado e fazendo com que os edifícios se tornassem cada vez mais abandonados, repelindo ainda mais inquilinos.

Neste contexto, Pruitt-Igoe tornou-se um viveiro de atividades criminosas, local que a marginalidade ocupou os apartamentos abandonados, tornando o complexo em um ponto de tráfico de drogas. As galerias e escadarias destinadas a proporcionar espaços comunitários seguros acabaram dominadas por gangues, eram passagens traiçoeiras em que muitos moradores foram assediados ou até mesmo assaltados, inclusive, nos elevadores. A reputação do complexo se deteriorou de forma tão absurda que alguns trabalhadores de manutenção e entrega se recusavam a entrar nele. Até houve um pedido em 1958 para financiar uma reforma no conjunto, optaram por instalar algumas comodidades projetadas por Yamasaki, mas nenhuma se dirigiu aos problemas sociais e fiscais mais profundos que fizeram com que Pruitt-Igoe mergulhasse na miséria.

Figura 3 - Sequência de imagens da implosão com dinamites de uma parte do conjunto habitacional.



Fonte: <http://www.pruitt-igoe.com>

A imagem acima explicita que, finalmente, em 1972, o governo percebeu que Pruitt-Igoe não tinha mais salvação. Ao longo dos anos seguintes, as 33 torres foram demolidas, deixando para trás um vasto deserto urbano no tecido de St. Louis que, até hoje, ainda não foi preenchido. Quando a ordem de demolição se interpôs, dezessete edifícios estavam abandonados e devidamente lacrados e apenas 600 moradores haviam restado, muito longe dos 10.000 inicialmente previstos para preencher o complexo.

Uma floresta cresceu desde então no terreno onde as 33 torres uma vez estiveram, disfarçando a fenda física que deixaram após sua destruição nos anos 70. Entretanto, seu legado não é tão facilmente disfarçado, e quem quer que seja culpado por sua ruína, o nome Pruitt-Igoe permanece sinônimo de fracasso de toda uma filosofia de projeto. Em uma entrevista para *Architectural Review*, Minoru Yamasaki disse simplesmente de Pruitt-Igoe: “É um projeto que eu gostaria de não ter feito.”

A falência desse projeto, abriu um debate – que ainda se mantém atual – sobre os cuidados que o Estado deve ter em suas políticas públicas urbanas, especialmente aquelas que tratam de equacionar o problema da moradia. O contexto específico da época, obviamente, foi fundamental para o fracasso do projeto. Chega a ser injusto colocar toda a culpa pelo fracasso de Pruitt-Igoe apenas em seu projeto arquitetônico, como também seria exonerá-lo completamente. Foi a combinação de escolhas projetuais infelizes, o racismo profundamente

arraigado e a política habitacional mal estruturada, que não oferecia mais do que a moradia àquelas pessoas, produzindo um verdadeiro fiasco de vinte anos que foi o Conjunto Pruitt-Igoe.

Portanto, o Conjunto Pruitt-Igoe é exemplo da congregação de problemas estruturais, sociais e pontuais que levaram ao fracasso do projeto, tendo em vista que a construção jamais pode ser considerada bem-sucedida de um modo geral. Além disso, demonstra como deve-se levar em conta pontos para além da arquitetura, como localização, contexto social, necessidades específicas da população que irá ocupá-lo, sob pena de pequenos problemas se acumularem com problemas maiores e culminarem numa situação insustentável.

2. Escola em Transformação Emef Anthonius Lute

Localização: Escola Municipal de Ensino Fundamental Anthonius Lute, Cariacica/ES

Projeto da transformação: Urb-i: Urban Ideas

Projeto “Uma Lição de Mobilidade”: 99 Taxis, Urb-i e Red OCARA Urbana

Arquiteta responsável: Milena Souza

Ano do projeto: 2018

Apoio: Prefeitura de Cariacica, direção da EMEF Anthonius Lute, voluntários

A ideia – Cariacica é uma cidade com cerca de 400 mil habitantes nos arredores de Vitória, Espírito Santo. Foi escolhida pela empresa 99 Taxis de aplicativo de táxi, para iniciar o projeto “Uma lição de mobilidade”. A proposta era levar um pouco de conhecimento sobre o assunto para os alunos de uma escola pública e realizar uma transformação no interior da unidade. Em parceria com a red.OCARA Urbana, a Urb-i ficou responsável pela capacitação de professores, palestras e oficinas sobre espaços públicos com os alunos.

Como era – A Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Anthonius Lute tinha um espaço interno com problemas de circulação e conflito entre carros e pessoas (crianças, na maioria). Faltavam bancos, áreas sombreadas e mesas para a hora do almoço. O piso logo na entrada da escola era de terra – quando estava seca, a poeira sujava tudo e quando chovia, formava lama e poças d’água. Sem lixeiras pelo pátio, muitas crianças jogavam o lixo no chão. As áreas atrás da quadra dos prédios eram usadas para depósito ou para queimar o mato cortado.

O processo – A primeira etapa do trabalho, antes do início do ano letivo de 2018, foi uma palestra com professores e a direção da escola. Foi abordado sobre o caminho

escolar e identificaram exemplos de espaços públicos bons ou que precisam de melhoria. Também foi necessário entender a rotina da escola e para isso elaboraram uma pesquisa impressa com os pais e outra interativa com os mais de 600 alunos. Logo nos primeiros dias de aula, os estudantes de 07 a 14 anos responderam às perguntas sobre como e com quem vão à escola, o que veem pelo caminho e o que gostariam de ver. Ao longo de três semanas, eles assistiram a palestras e fizeram oficinas com os profissionais da 99, Urb-i e redOCARA. Em sala de aula as atividades eram lideradas pelos professores.

Figura 4 – Palestras realizadas com a participação da opinião dos alunos.



Fonte: Urb-i

Propostas – Com o conhecimento aprendido, todos os alunos se envolveram no processo de transformação. Cada sala de aula apresentou um projeto de melhoria, na forma de desenho ou maquete. Foram várias propostas cheias de cor e boas ideias para um novo espaço público. Eles pensaram em melhorias na mobilidade interna e externa da escola. Pediram faixas de pedestres na rua, alargamento de calçadas e ônibus escolar. Bancos, jogos, novas cores e áreas sombreadas foram alguns dos desejos para o espaço de dentro. Uma banca examinadora selecionou a proposta mais adequada, mas a escolha foi muito difícil, já que todos os participantes apresentaram ótimos conceitos. A Urb-i utilizou as sugestões dadas pelos próprios alunos e professores para desenhar o projeto de intervenção.

Figura 5 - Maquetes feitas com as propostas dos alunos.



Fonte: Urb-i

Como ficou – Em apenas duas semanas o projeto deveria estar executado e pronto para a inauguração. A arquiteta Milena Souza acompanhou tudo de perto. Foram contratados fornecedores da própria região, que se engajaram na melhoria da escola. Também foi realizado um mutirão com a participação de jovens e de pessoas da comunidade.

Figura 6 - Fotos da entrada.



Fonte: Urb-i

Eliminou-se o conflito carro X pedestre que havia em uma das entradas e foi implantado um novo piso de bloquetes de concreto. Foi construído um novo portão apenas para os carros no fundo da escola e as vagas dos veículos foram limitadas.

Figura 7 - Fotos dos caminhos e dos canteiros feitos.



Fonte: Urb-i

Utilizou-se pneus para delimitar as novas áreas de canteiro e de circulação das pessoas e distribuíram bancos pelas áreas comuns e criou-se uma horta em um local antes abandonado.

Figura 8 - Fotos do espaço comum criado.



Fonte: Urb-i

O sucesso do projeto demonstra a possibilidade da iniciativa privada e o poder público unirem esforços em prol da sociedade. Muito se fala na ineficiência do poder público na efetivação de suas atribuições, e o projeto demonstra a contribuição que diversos setores da sociedade podem oferecer, resultando em uma parceria positiva. Também é necessário ressaltar a necessidade de incentivar nas crianças o sentimento de pertencimento, para que se integrem ao ambiente e não o degradem. Muitas vezes a participação das crianças leva a uma percepção

que não seria possível, pois não é possível aferir as necessidades de um grupo apenas observando-o de fora, oportunizar a inclusão delas e que elas opinem de modo efetivo pode se mostrar extremamente profícuo.

3. Plano de Ocupação do Espaço Público pela Cidadania

Localização: São Paulo - SP

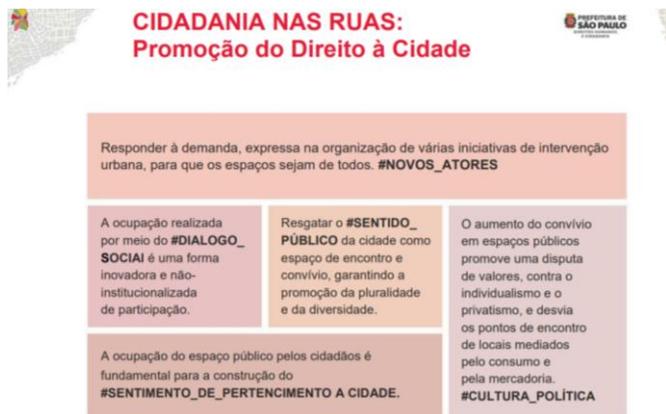
Autor do projeto: Prefeitura de São Paulo

Ano do projeto: 2013-2016 – Mandato Prefeito Fernando Haddad

O documento do Plano de Ocupação do Espaço Público pela Cidadania aborda a promoção das liberdades e o exercício da cidadania e a reivindicação do direito à cidade tendo o espaço público como lugar de encontro e convivência a partir de ações de ocupação e intervenção urbana com as mais variadas linguagens e formatos promovidos pela sociedade civil. A partir disso, visa promover sobretudo o sentimento de pertencimento à cidade bem como fortalecer os direitos humanos, através de uma política que fortalece a dimensão humana no espaço urbano da cidade e coloca a cidadania nas ruas na agenda municipal das políticas públicas.

O público alvo são as crianças e os adolescentes, a juventude, os idosos, a comunidade LGBT, migrantes, e a população em situação de rua. Os temas abordados visavam a Educação em Direitos Humanos, o Direito à Moradia e Verdade, o Trabalho Decente e a Políticas sobre Drogas e Participação Social. Todos estes itens busca a conexão de públicos e temas em torno da mobilização e da territorialização da política de direitos humanos e de participação social na cidade de São Paulo.

Figura 9 - Cidadania nas ruas: “Promoção do Direito à Cidade”.



Fonte: Prefeitura de São Paulo.

É possível acessar, no próprio site da prefeitura, o Plano apresentado em forma de slides, abordando mais detalhadamente as diretrizes idealizadas para a promoção dos itens descritos acima. As intervenções obedecem a três eixos estratégicos de ação para a implementação da política:

Figura 10 - Eixos estratégicos abordados na apresentação em slides mencionado.

EIXOS ESTRATÉGICOS		
CULTURA DE DIREITOS HUMANOS	OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	PARTICIPAÇÃO SOCIAL
O espaço público é o lugar do encontro dos diferentes e da explicitação dos conflitos, por isso é uma arena fundamental para a criação de valores e práticas que enfrentem a cultura de violações e promovam os direitos humanos.	A construção de políticas públicas que recuperem a dimensão humana do espaço urbano é essencial para a promoção da cidadania. Afinal, cidadão é aquele que se sente parte da cidade.	As diversas linguagens de intervenção urbana devem ser compreendidas como práxis coletiva de articulação e participação, são canais não-tradicionais e institucionalizados de diálogo social.

Fonte: Prefeitura de São Paulo.

Para alcançar esses objetivos abordados nos 3 eixos, o Plano concatena, de forma mais objetiva, o que fazer (ação), onde fazer (território) e quem são os responsáveis – dentre eles: a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SMDU), Secretaria Municipal das

Subprefeituras (SMSP) e a Secretaria de Estado da Saúde (SES), como podemos ver no conjunto de slides a seguir:

Figura 11 - Eixo “Cultura de Direitos Humanos”.

CULTURA DE DIREITOS HUMANOS

1.1 Circuito de Intervenções Urbanas para a Cidadania

Objetivo
Desenvolver experiências de intervenção urbana em territórios simbólicos e de referência para os direitos humanos a fim de promover a ressignificação do espaço público, estimular o convívio para o exercício da cidadania, em áreas simbólicas para os públicos e temas dos direitos humanos e em articulação com os programas de requalificação do centro e de bairro.

Ações

- 1 - Identificar e mobilizar atores locais
- 2 - Mapear demandas territoriais
- 3 - Realizar diálogos sociais
- 4 - Implantar projetos pilotos

Parceiros: Coordenações finalísticas da SMDHC, SMDU, SMSP e SES

1.1 Circuito de Intervenções Urbanas para a Cidadania Intersecretarialidade

Ação	Entrega	Território	Responsável
• Apoiar a execução da Meta 72 de Requalificação do Centro	Articulação dos Coletores de intervenção urbana para participação no projeto Centro Diálogo Aberto e realização de Diálogos Sociais.	Vale do Anhangabaú, Largo São Francisco, Palácio do Colégio, Largo Paissandu e Rua 23 de Março.	SPU, Turismo, SMDU e SMDHC
• Apoiar a execução da Meta 73 de instalação dos Pontos Digitais	Realização de atividades nos pontos que receberam wi-fi livre.	Supra-regional	SES e SMDHC
• Apoiar a execução da Meta 74 de instalação dos pontos de iluminação pública	Identificação de áreas com maior vulnerabilidade nos indicadores de direitos humanos que necessitam de iluminação.	Supra-regional	SES e SMDHC
• Apoiar a execução da Meta 76 de Requalificação de Espaços e Melhoria de Barrios	Identificação de pontos de referência e simbólicos para os públicos e temas dos direitos humanos passíveis de receber reformas.	Supra-regional	SMSP e SMDHC
• Apoiar a articulação dos Territórios CEUS	Mapeamento e articulação de atores locais a fim de avaliar o processo de integração entre os equipamentos (Bases) e as realidades do entorno (Ruas).	CEU Parque Novo Mundo	SMDU e SMDHC
• Apoiar ações de Operação Espaço Aberto	Mapeamento de equipamentos públicos ou não e organização de rotas de visita para os públicos atendidos.	Luz, Parque Dom Pedro	SMS, SMDOS e SMDHC

1.1 Circuito de Intervenções Urbanas para a Cidadania Transversalidade

Ação	Território	Responsável
• Desenvolver projeto para a criação de Centros de Educação em Direitos Humanos (Meta 63)	CEU Pina Marinho, CEU São Rafael, CEU Casabianca e CEU Jardim Paulista	Coordenação de Educação em Direitos Humanos
• Estimular atividades juvenis nas linguagens do hip-hop, funk e skate (Meta 62)	Territórios Juventude Viva	Coordenação de Políticas para a Juventude
• Realizar mapeamento de logradouros passíveis de alteração no nome e construção de 4 memoriais para o direito à memória e à verdade	Itapuera, Vila Formosa, Araçá e Perus	Coordenação de Direito à Memória e à Verdade
• Realizar atividades de combate à homofobia em espaços públicos (Meta 61)	Largo do Arouche e Praça da República	Coordenação de Políticas para LGBT
• Regularizar feiras culturais e valorizar festividades migrantes (Meta 65)	Praça da Kantuta e Rua Coimbra	Coordenação de Políticas para Migrantes
• Construir monumento em respeito à população em situação de rua (Meta 12)	Praça da Sé	Coordenação de Políticas para a População em Situação de Rua
• Realizar atividades para o enfrentamento à exploração sexual infanto-juvenil	Vila Maria	Coordenação de Políticas para Criança e Adolescente

1.2 Edital Cidadania nas Ruas

Objetivo
Publicar edital de fomento a propostas de intervenção urbana realizadas por atores sociais organizados ou não, de modo a potencializar e incentivar iniciativas de ocupação do espaço público. Serão priorizados projetos que deixem legados físicos nos espaços e que tenham interface com os públicos e temas da SMDHC.

Ações

- 1 - Publicar edital anual, que contemple ao menos 30 projetos
- 2 - Realizar atividades de formação em processos participativos, para os contemplados

Parceiros: SMC, SMSP e SMDU

Fonte: Prefeitura de São Paulo.

Figura 12 - Eixo “Ocupação do Espaço Público pela Cidadania”.

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PELA CIDADANIA

2.1 Caderno Explicativo Ocupação do Espaço Público pela Cidadania

Objetivo
Sistematizar, publicar e revisar permanentemente os procedimentos e protocolos para uso dos espaços públicos abertos, a fim de democratizar as informações

Ações

- 1 - Produzir caderno explicativo
- 2 - Realizar debates para revisão dos marcos legais
- 3 - Criar mecanismos para a promoção de iniciativas de intervenção urbana

Parceiros: SMSP, SMDU, SMPED, Subprefeitura da Sé, demais órgãos envolvidos

2.2 Cartografia Simbólica dos Direitos Humanos e da Cidadania

Objetivo
Identificar lugares simbólicos da cidade para as lutas de direitos humanos e dos movimentos sociais. Criando um retrato que não se constitui apenas pelos monumentos tradicionais, mas que identifique momentos e lugares que simbolizam as lutas populares do centro à periferia

Ações

- 1 - Pesquisar e georreferenciar lugares simbólicos
- 2 - Produzir e publicar mapa da cartografia simbólica dos direitos humanos
- 3 - Realizar pesquisa dos logradouros com nomes de integrantes e apoiadores de regimes ditatoriais, os quais são passíveis de alteração

Parceiros: SMDU, SMC e SMSP

2.3 Articulação dos Núcleos de Direitos Humanos

Objetivo
Estruturar os Núcleos de Direitos Humanos nas Subprefeituras, com vistas a descentralização da política municipal de direitos humanos e participação social

Ações

- 1 - Integrar os NDHs à estratégia do Plano de Ocupação do Espaço Público pela Cidadania
- 2 - Mobilizar e formar lideranças locais
- 3 - Disponibilizar infraestrutura e equipamentos
- 4 - Consolidar os NDHs como pontos de convergência entre sociedade civil e governo para a consolidação da rede de direitos humanos

Parceiros: SMSP e Subprefeituras

Fonte: Prefeitura de São Paulo.

Figura 13 - Eixo “Participação Social”.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL	3.2 Diálogos Sociais
<p>3.1 Plataforma Colaborativa Digital Cidadania nas Ruas</p> <p>Objetivo Estabelecer canal de comunicação e colaboração virtual, de modo a dinamizar a relação entre o Poder Público e a Sociedade Civil e facilitar a constituição de redes.</p> <p>Ações 1 - Produzir uma plataforma colaborativa que permita a identificação de atores, espaços, ações e linguagens de intervenção urbana.</p> <p>Parceiros SMDU e SMC.</p>	<p>Objetivo Construir e sistematizar metodologias e tecnologias sociais de diálogo para a promoção da participação social.</p> <p>Ações 1 - Realizar diálogos para formulação e monitoramento de políticas públicas temáticas da SMDHC, como mecanismo de controle social 2 - Realizar diálogos para estabelecer soluções coletivas para o uso do espaço público, como mecanismo de mediação de conflitos e interesses 3 - Realizar diálogos para a promoção e ampliação da reflexão sobre direitos humanos e cidadania, por meio de debates e seminários</p> <p>Parceiros SMDU, SMC e demais Secretarias.</p>

Fonte: Prefeitura de São Paulo.

No decorrer do período em que houve o plano, ocorreram alguns eventos que estavam idealizados dentro do Plano, podemos mencionar a intervenção urbana do coletivo teatral “Os crespos” com as “Mães de Maio” que aconteceu em 2013, com uma performance que envolveu mulheres negras que ocuparam o local para falar sobre sua afetividade, assuntos privados, porém, discutidos em praça pública, no caso, a praça da República em São Paulo.

Figura 14 - Mulheres na intervenção na Praça da República, 2013



Fonte: Centro Cultural Virtual.

Outro evento que vale mencionar é o da Praça Kantuta, que ocorreu em 2015. A praça recebe dezenas de barracas e cerca de 2 mil visitantes à procura da feira organizada pela comunidade boliviana, na região do Pari. A feira, que começou em 2001, na Praça Padre

Bento, acontece na Kantuta desde 2002, entre as ruas Pedro Vicente, Carnot e das Olarias. Nas semanas de junho de 2015, novas intervenções somaram-se à movimentação já conhecida, ressignificando o espaço e recriando as possibilidades de relação entre os habitantes deste pequeno universo boliviano em São Paulo. As ações, que envolveram oficinas de arte, pintura dos muros, construção de mobiliário e rodas de conversa, fazem parte do projeto Cidadania nas Ruas da Kantuta – Casa Latina.

Figura 15 - Intervenções nos muros e o grupo Folklórico Kantuta Bolivia realizando performance e crianças participando da intervenção que abordava sobre agricultura biodinâmica na praça.



Fonte: Centro Cultural Virtual.

O Plano de Ocupação do Espaço Público pela Cidadania mostra a importância do planejamento para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento, principalmente nas camadas mais vulneráveis da sociedade que são, via de regra, isolados e/ou excluídos do acesso aos ambientes públicos. O Plano do modo como apresentado (dividido em o que fazer, onde fazer e quem são os responsáveis) acaba por demonstrar a necessidade de ações afirmativas, indo além da mera entrega ou reforma de construções, mas uma atuação que possibilite a integração das pessoas com o ambiente por ela pensado. É nesse contexto que o Plano é um exemplo de como ações de responsabilidade do Poder Público podem levar a uma ocupação

satisfativa dos espaços públicos, atingindo o objetivo primordial da arquitetura, a utilização dos espaços por parte das pessoas e o sentimento de que pertence àquele ambiente.

Visitas Técnicas

1. Residencial Vila dos Idosos

O Residencial Vila dos Idosos fica localizado na esquina da Av. Pedroso da Silveira com a Av. Carlos de Campos, no bairro do Pari, região central da capital. A construção é um projeto da Secretaria de Habitação e COHAB, foi inaugurado em 2007 e calcula-se que sejam 8 mil metros de área construída. Ali vivem 175 moradores, alocados em 4 pavimentos com 145 apartamentos, alguns para solteiros, outro para casal, estes com quarto, sala, cozinha e banheiro, aqueles com sala, cozinha e banheiro (quitinetes). Há ainda 16 quitinetes e 9 apartamentos no térreo projetados para maior acessibilidade para pessoas com dificuldades de locomoção.

O projeto demorou longo tempo em tramitação, levando 12 anos para sair do papel e ser concluído. A construção do projeto muito se deveu em função da pressão do Grupo de Articulação para Moradia de Idosos na Capital (GARMIC), que pleiteou – e ainda pleiteia – moradias e condições para os idosos na cidade de São Paulo. O conjunto habitacional é exclusivo para pessoas com mais de 60 anos, para idosos que recebem aposentadoria de até 3 salários mínimos e pagam 10% de seu rendimento como aluguel e 35 reais como condomínio.

O empreendimento é descrito, tanto na divulgação pelo governo do Município, quanto pelas lideranças locais (espécies de síndicos) como um projeto de locação social, ou seja, leva-se em consideração os rendimentos de cada morador para o cálculo do aluguel.

Figura 16 – Fotografias do Local



Fonte: Autora, 2018

O condomínio foi construído em forma de U, tendo em seu centro um grande espelho d'água e um gramado, três salões de festas, um campo de bocha, horta comunitária, portaria. No meio da construção se localiza a biblioteca Adelpha Figueiredo.

Os largos corredores e as salas de estar, além da grande área aberta no térreo, com espaço para circulação, tornam-se espaços de convívio comum. Inclusive, a construção com visão ampla de halls de entrada, sugerem que a ideia era a integração do conjunto com o meio externo. Contudo, os 4 pavimentos foram cercados com grades, tornando-o algo separado da rua e da biblioteca, com portaria na entrada, criando pontos de estrangulamento no conjunto, já que o espaço parece ter sido pensado para ser aberto e permitir a circulação, tanto de dentro para fora, quanto no fluxo inverso. As portas de entrada de cada apartamento são marcadas por recuos em sua fachada, com a visível proposta de acolhimento, apropriação por parte de cada morador, com a espécie de uma “varanda”, o que funciona, já que alguns colocam plantas ou banquinhos para observar o movimento.

Figura 17 – Apropriação do espaço dos espaços



Fonte: Autora, 2018

Ressalta-se que há grupos de apoio com acompanhamento psicológico e desenvolvimento de atividade complementares, que são totalmente facultativas, ficando a cargo dos idosos participar ou não. No pavimento térreo, existem pequenos consultórios médicos, vinculados às Unidades Básicas de Saúde, que realizam atendimento aos idosos. Há, também, seguranças na portaria do prédio.

O conjunto fica perto de diversas áreas de comércio, devido à localização, sendo inclusive próximo à Marginal Tietê, o que faz com que os idosos tenham acesso aos mais

diversos tipos de comércio sem ter que se deslocar muito. Observa-se que passam muitos ônibus pelo local, tornando-o de fácil acessibilidade pelo transporte público, apesar de não muito próximo de nenhum metrô ou trem. Em contato rápido com alguns moradores, a localização do conjunto propicia que eles possam sair, fazer compras e ter sua própria independência, algo muito valorizado pelos idosos.

Em uma visão geral, nota-se que a construção consegue, através de elementos arquitetônicos, criar um sentido de apropriação nos moradores, incentivando-os a cuidar dos jardins, de plantas (muitas vezes alocadas por eles próprios), a interagir com outros moradores e a ocupar os espaços pensados como espaços comuns. Também a localização permite que o grau de satisfação dos moradores seja maior, já que permite o acesso e conexão com o mundo externo sem que precisem utilizar meios motorizados de transporte.

2. Horta das Corujas

A Horta das Corujas se localiza em frente à esquina da Avenida das Corujas com a Rua Juranda, dentro da Praça Ibarruri, na região da Vila Madalena, mais conhecida pela vida noturna na cidade de São Paulo. A Horta, como seus próprios idealizadores definem, é uma proposta para incentivar o convívio social e a educação ambiental.

A iniciativa encontra antecedentes nos Estados Unidos nos anos 1970 e 1980, com o movimento de contracultura, que propõe a apropriação do espaço urbano através de diversas medidas e maior interação com a natureza, sendo a agricultura urbana extremamente condizente com esses ideais.

Figura 18 – Fotos dos plantios na horta



Fonte: Autora, 2018

A Horta tem como principal idealizadora a jornalista Claudia Visoni, que faz parte do grupo “Hortelões Urbanos”. Ela interage com o público através de um grupo no Facebook e organiza escalas para regas (tendo inclusive um quadro em que cada dia da semana

uma pessoa é responsável pela tarefa) e mutirões em que são feitas as tarefas mais pesadas, como plantio, limpeza, organização e demais reparos que se façam necessários. A ideia é que qualquer um possa participar, tanto que o referido grupo na rede social fica aberto para novos participantes e, também, para que possam ser tiradas dúvidas. Os próprios idealizadores não gostam da ideia de chama-los de organizadores, considerando que todos os voluntários trabalham na Horta, porém assim serão chamados por falta de uma nomenclatura melhor.

Figura 19 – Fotos dos plantios



Fonte: Autora, 2018

A área plantada é toda cercada, mas os organizadores esclarecem que o objetivo é impedir o acesso de cães, por ser um local de plantio de alimentos, com possível degradação por parte dos animais. Assim, apesar de haver um portão e um cercado, não há trancas e qualquer um pode entrar. As regras estão espalhadas em plaquinhas em locais estratégicos e incluem pedidos aos visitantes para:

- não danificar as mudas e canteiros
- não mexer nas ferramentas que foram doados e são para uso em mutirão
- não entrar com cães
- não plantar mudas por conta própria, seguindo o planejamento do local

A Horta funciona com autorização da subprefeitura de Pinheiros, nos moldes da Lei Municipal 16.212/2015 que trata da gestão participativa de praças públicas por meio de comitês de moradores, em conjunto com as Subprefeituras, e inclui em seu texto as hortas comunitárias. Apesar de ter sido criada em 2012, a iniciativa já contava com o apoio da subprefeitura de Pinheiros (que doou terras e composto orgânico para que se pudesse começar

a horta) além de organizações civis e, claro, dos voluntários. A água utilizada na Horta é captada na própria Horta, em uma cacimba cavada pelos próprios voluntários e que brota água própria para a rega de hortaliças, conforme análise da CETESB. Ressalte-se que muito próximo, na mesma praça, há um córrego, cuja água, porém, não é utilizada para a rega, pois não é própria para isso. Alguns moradores e visitantes reclamam, inclusive, da degradação do córrego através do despejo de tinta, material de construção e outros poluentes.

A horta possui, entre outras, os frutos e hortaliças: abacaxi, acelga, alface, alecrim, berinjela, beterraba, boldo, cebolinha, chuchu, feijão, hortelã, manjeriço, milho, orégano, rabanete, tomate, salsa. Não há o uso de agrotóxicos qualquer produto químico na horta.

Também são realizados eventos educativos, escolas visitam a Horta e, acompanhados, ensinam as crianças como é feito o plantio e cuidado.

Os organizadores também relatam que as vezes algumas mudas e plantas são degradadas, com recolhimento de plantas sem o devido cuidado ou então aparentemente vandalizados.

Na área externa da Horta, a praça é bastante ampla e não foi verificada grande movimentação de pessoas (talvez pela visita técnica ter sido realizada numa segunda-feira). Há uma trilha para bicicletas, um parquinho, o já citado córrego e alguns canteiros e árvores.

A visita à horta demonstrou como a integração do espaço pode ser feita através da criação de vínculos simples com o meio ambiente e como o aproveitamento de espaços sem uso pode ser feito pelos próprios moradores, tendo em vista que a maioria dos voluntários são moradores dos arredores da praça, tornando mais saudável a relação das pessoas com o ambiente e também sua utilização.

CAPÍTULO 4

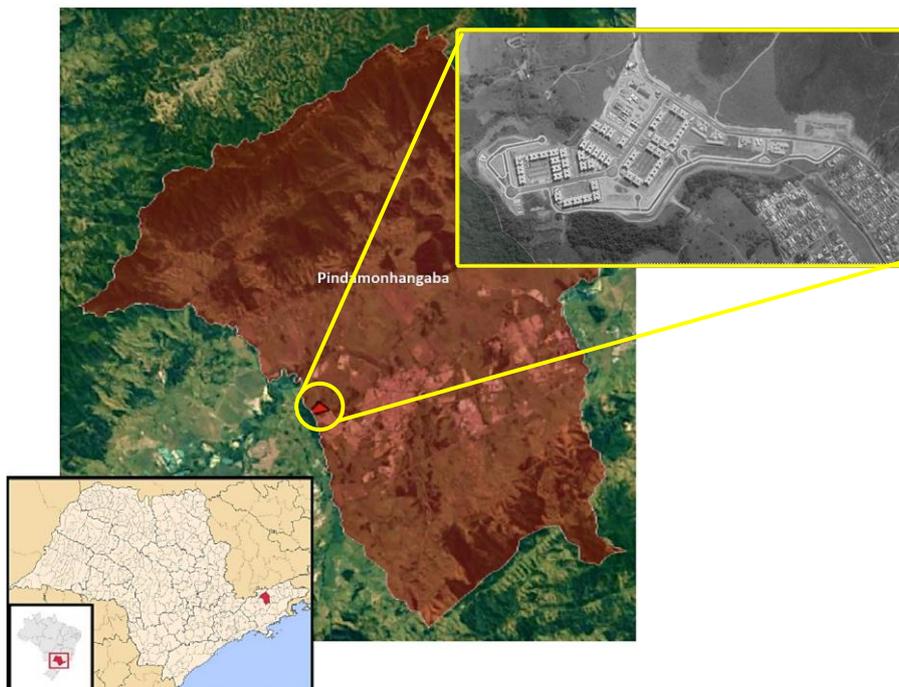
ÁREA DE PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

1. Levantamentos preliminares

1.1 Localização

O município de Pindamonhangaba está situado na região central do Vale do Paraíba Paulista, região leste do Estado de São Paulo. É cortada pela Rodovia Presidente Dutra que liga as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, distando de cada uma delas, respectivamente, 140 Km e 260 Km. O Município tem ao norte a Serra da Mantiqueira e ao sul a Serra do Quebra Cangalha – contraforte da Serra do Mar e apresenta hidrografia variada, sendo constituída por um rio principal: Rio Paraíba do Sul e afluentes, como os rios Una, Piracuama, Ribeirão Capituba, Ribeirão do Curtume, Ribeirão dos Surdos, Ribeirão da Galega, Ribeirão da Ponte Alta, Ribeirão Grande e Ribeirão da Água Preta. Pindamonhangaba tem aproximadamente 164 mil habitantes (estimativa IBGE 2017), clima Subtropical Úmido com inverno seco com baixa pluviosidade e os ventos circulam predominantemente nas direções NE (nordeste), SO (sudeste), E (leste), em qualquer época do ano, isto é, o vento sopra no corredor formado pelas duas serras. (Fonte: IBGE)

Figura 20 - Mapa de localização do Conjunto Habitacional Bem-Viver



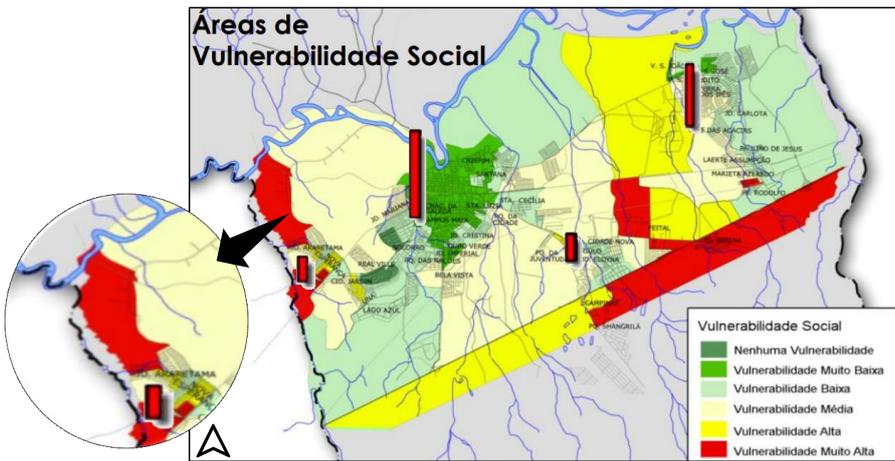
Fonte: Google Earth; Google Maps / Adaptado, 2018

O Conjunto Habitacional Bem-Viver fica localizado no Bairro Arareta, no extremo oeste de Pindamonhangaba, próximo à Rodovia Amador Bueno, Rodovia Presidente Dutra e ao Shopping Pátio Pinda. Possui 461.000 m² e a entrega oficial do empreendimento foi em fevereiro de 2018, porém a sua concepção se iniciou em 2012, resultado de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba o Governo do Estado de São Paulo e Governo Federal, por meio do Ministério das Cidades.

De acordo com o diagnóstico feito a partir do PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social em Pindamonhangaba no ano de 2010, o Conjunto Habitacional se encontra em uma área de Vulnerabilidade Social Alta. O que significa que esta é uma área em que os usuários estão sob uma condição de fragilidade material ou moral diante de riscos produzidos pelo contexto econômico-social, estando relacionado, portanto, a processos de exclusão social, discriminação e violação de direitos desses indivíduos ou grupos, em

decorrência do seu nível de renda, educação, saúde e, principalmente, neste caso, de localização geográfica.

Figura 21 – Áreas de Vulnerabilidade Social em Pindamonhangaba.



Fonte: Prefeitura de Pindamonhangaba / Adaptado, 2018

1.2 Topografia

Inicialmente, houve a tentativa de buscar a topografia do local de intervenção na Prefeitura de Pindamonhangaba e na Secretaria de Habitação, no entanto, a escala entre os níveis não era compatível com a dimensão da abordagem do conjunto habitacional, não permitindo uma análise mais clara. Desta forma, as curvas de nível foram levantadas a partir do programa Global Mapper, um software de geoprocessamento que permitiu que fossem feitos os contornos em intervalos de 5 em 5 metros.

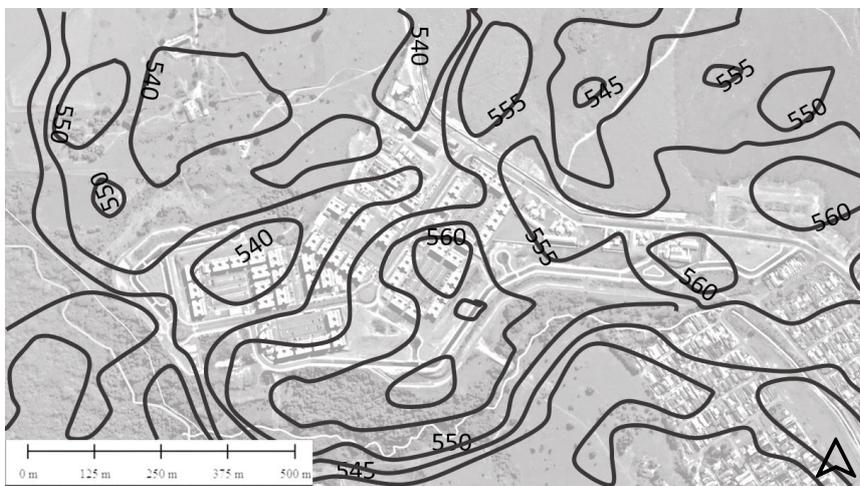
Figura 22 - Delimitação do Conjunto Habitacional Bem-Viver



Fonte: Google Earth / Adaptado, 2018

Observou-se que não há grandes desníveis no bairro, tendo uma diferença de apenas 10 metros entre a parte mais baixa (555) e a mais alta (565) na área construída, e de 30 metros no contexto geral.

Figura 23 – Topografia do Conjunto Habitacional Bem-viver

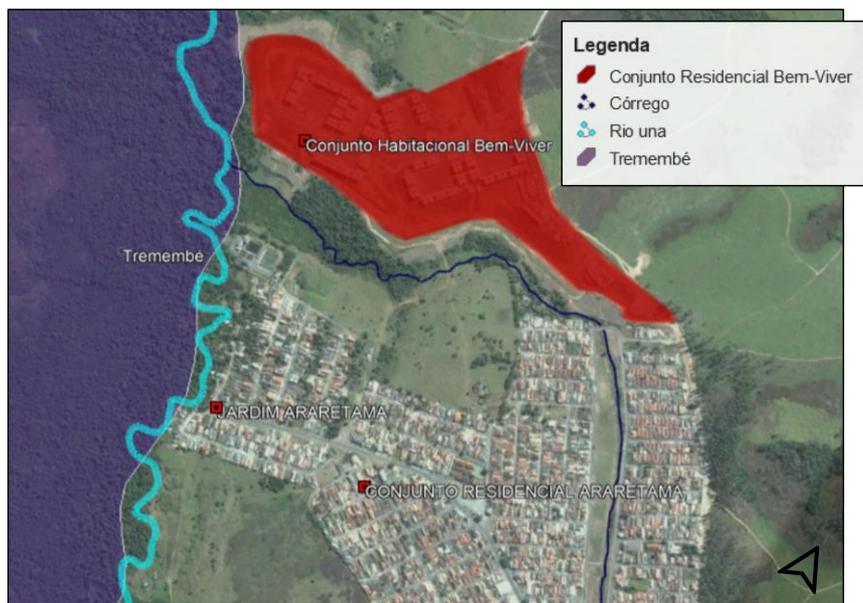


Fonte: Global Mapper

1.3 Hidrografia

A partir dos primeiros levantamentos, pode-se constatar que o Rio Una margeia a zona oeste do bairro e, há também o Córrego do Araretama, estes dois corpos d'água e suas margens são Áreas de Preservação Permanente (Lei 12.651, 2012).

Figura 24 – Localização do Rio Una e do córrego Araretama no bairro.



Fonte: Google Earth / Adaptado, 2018

1.4 Legislação

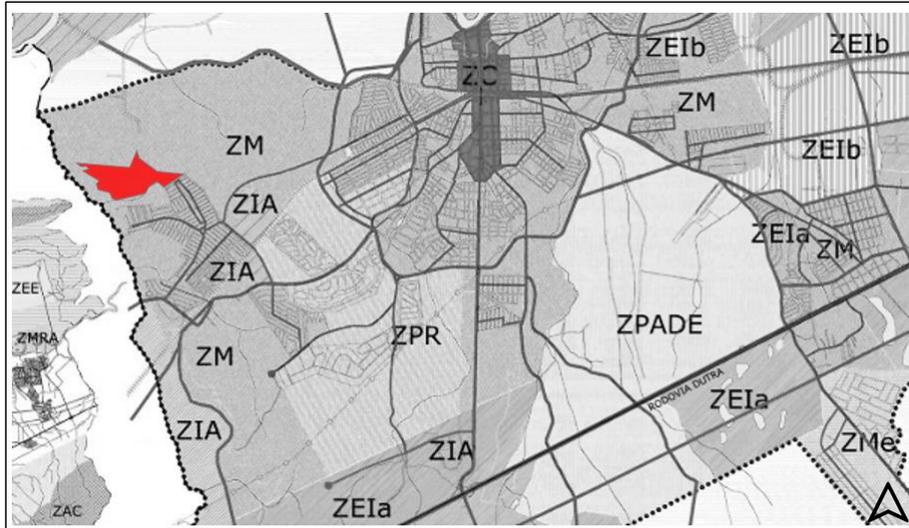
Segundo o Plano Diretor vigente do Município de Taubaté (Lei Complementar nº 03 de 10 de outubro de 2006), o Conjunto Habitacional Bem-viver está localizado na Zona Mista.

Art. 85. A Zona Mista – ZM, contempla áreas com uso residencial e de média densidade, além do comércio e serviço compatíveis com uso residencial. O Coeficiente de Aproveitamento é de 3,0 básico e 4,0 máximo, mediante outorga onerosa a ser regulamentada.

Parágrafo Único: O Coeficiente Mínimo estabelecerá o aproveitamento abaixo do qual considera-se que a propriedade não cumpre a sua função social.

(Trecho da Lei Complementar nº 03 de 10 de outubro de 2006)

Figura 25 – Localização na ZM (Zona Mista) do Conjunto Habitacional



Fonte: Prefeitura de Pindamonhangaba / Adaptado, 2018

O “Capítulo VI: Áreas programáticas” do documento de Lei Complementar, consta citado o Mapa de Instrumentos de Política Urbana, e nele é possível ver que o Conjunto Habitacional está localizado em uma AIS – “Área de Interesse social” e, no seu entorno, uma AIA – “Área de Interesse Ambiental”.

Art. 137. São consideradas áreas programáticas aquelas situadas tanto na Macrozona Urbana, como na Macrozona Rural, que serão objeto de políticas específicas visando à estruturação ou requalificação das mesmas através de investimentos públicos e privados propiciando regularização fundiária, urbanística e ambiental, onde couber.

Art. 138. Estas áreas, conforme indicadas no Mapa de Instrumentos de Política Urbana – Anexo 6, compreenderão as seguintes finalidades:

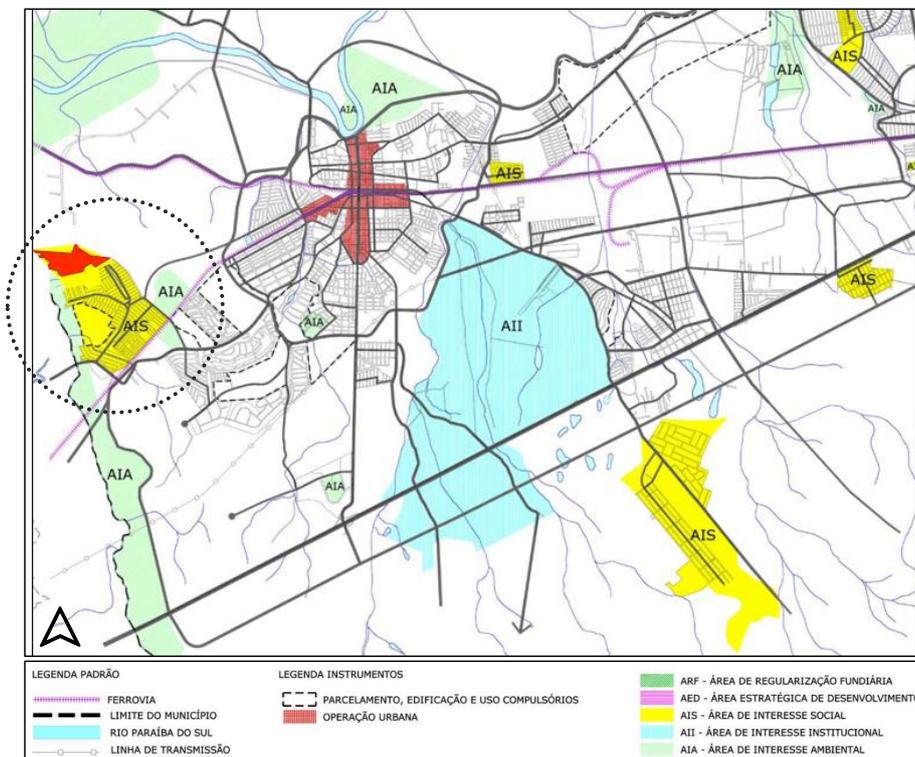
Áreas de Interesse Social – AIS: Para regularizar ou reurbanizar aglomerados habitacionais urbanos, a AIS prevista no Plano Diretor Participativo deverá ser regulamentada por Lei Complementar.

Áreas de Interesse Ambiental – AIA: Busca preservar áreas de interesse ambiental, através do poder público ou da propriedade privada, podendo estar acopladas a outros instrumentos previstos.

(Trecho da Lei Complementar nº 03 de 10 de outubro de 2006)

Figura 26 – Localização da AIS e AIA no Mapa de Instrumentos de Política

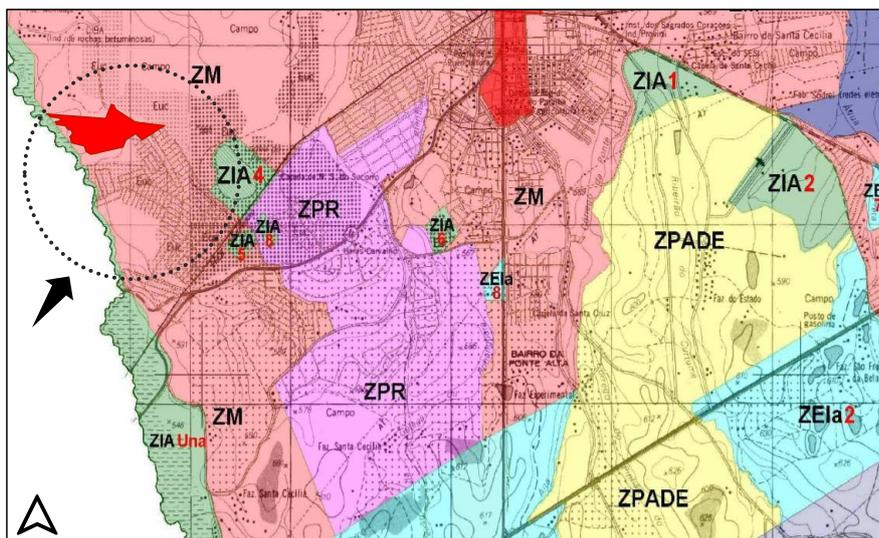
Urbana



Fonte: Prefeitura de Pindamonhangaba / Adaptado, 2018

Além disso, a ZIA – Zona de Interesse Ambiental, margeia a lateral esquerda do Conjunto Habitacional, que de acordo com a Lei Complementar: “A Zona de Interesse Ambiental – ZIA, corresponde às áreas onde haja interesse na proteção ambiental e no uso sustentável. O coeficiente de Aproveitamento Básico e Máximo é de 0,1.” Como é possível ver na figura a seguir.

Figura 27 – Zona de Interesse Ambiental margeando o Conjunto Habitacional



Fonte: Prefeitura de Pindamonhangaba / Adaptado, 2018

No Novo Código Florestal encontramos a Lei nº 12.651 de maio de 2012 que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e, portanto, sobre as APPs – Áreas de Preservação Permanente.

Art. 10-A. Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.

(Trecho Lei nº 12.651 de maio de 2012)

O Artigo 3º, parágrafo II expõe:

Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

(Trecho Lei nº 12.651 de maio de 2012)

Na seção I “Da delimitação das Áreas de Preservação Permanente” localizada no Capítulo II dessa lei, o Artigo 4º define o que é considerado APP em zonas rurais ou urbanas:

Art. 4o Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de

a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:

a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;

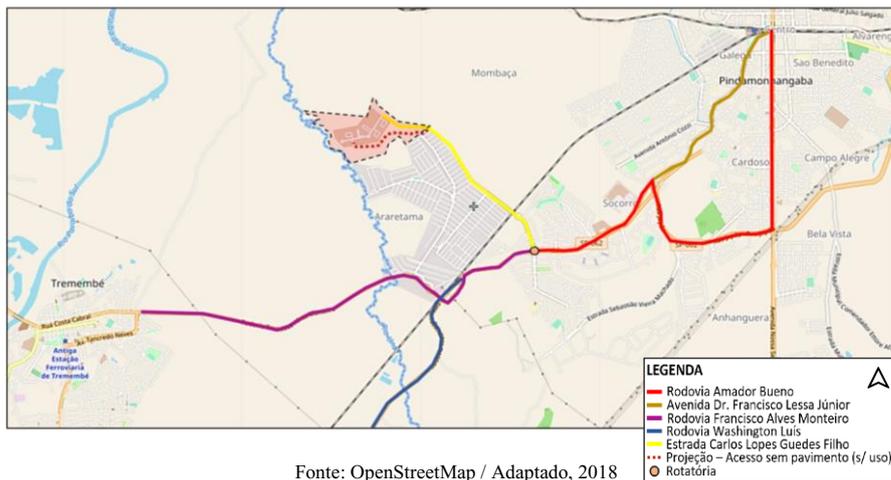
b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas.

(Trecho Lei nº 12.651 de maio de 2012)

1.5 Acessos

As opções de acesso ao Conjunto Habitacional são poucas, pois o principal acesso se dá pela Estrada Carlos Lopes Guedes Filho. Para chegar nessa estrada, o ponto nodal necessário de passagem é uma rotatória, a partir dela se ramificam as Rodovias Amador Bueno e Washington Luís e a Avenida Doutor Francisco Lessa Junior. Partindo do Centro de Tremembé, a opção de percurso é a Rodovia Francisco Alves Monteiro.

Figura 28 – Vias de acesso ao Conjunto Habitacional



Fonte: OpenStreetMap / Adaptado, 2018

1.6 Uso do Solo

De acordo com a área de intervenção, a caracterização do uso de solo foi feita apenas no entorno próximo ao Conjunto Habitacional. Percebe-se que no entorno mais próximo do conjunto tem somente 3 equipamentos urbanos relevantes, sendo eles 2 escolas e 1 UBS (Unidade Básica de Saúde).

Figura 29– Caracterização do uso de solo

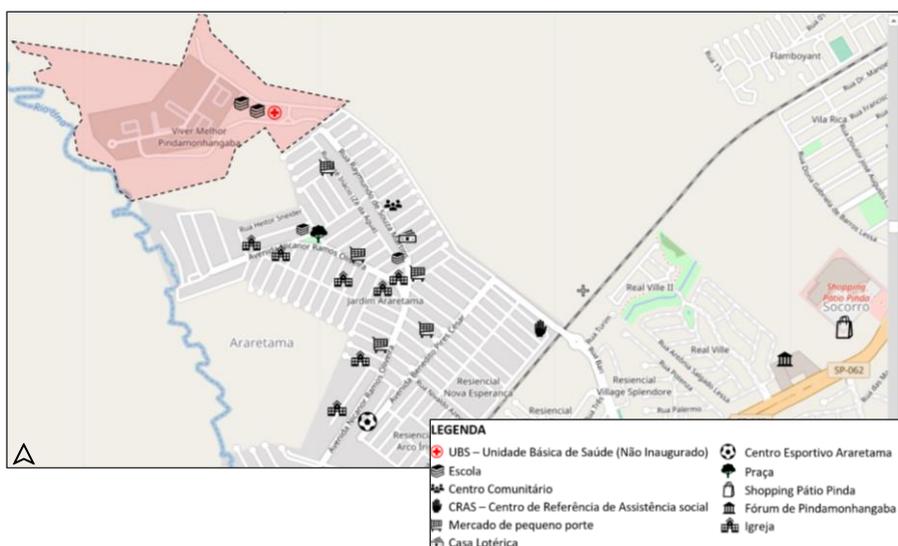


Fonte: Google Earth / Adaptado, 2018

1.7 Mapeamento dos Pontos de Interesse

Primeiramente foi feito o mapeamento dos pontos de interesse no perímetro (escala da inserção) utilizando imagens de satélite (Google Earth) e visitas técnicas ao Conjunto Habitacional e ao Bairro Araretama, analisando os fluxos para uma visão mais ampla dos acessos à área e vias mais movimentadas e equipamentos significativos, levando em conta os serviços, as instituições, e edificações de apoio no entorno, proporcionando uma visão do grau de carência de determinados equipamentos. Posteriormente, foi realizado também o levantamento dos pontos de interesse na escala de implantação juntamente com outras pontuações.

Figura 30 – Mapeamento dos Pontos de Interesse



Fonte: OpenStreetMap / Adaptado, 2018

Foram levantadas informações sobre o tempo e a distância para acessar alguns pontos de interesse expostos na figura, como por exemplo: O mercado mais próximo do conjunto habitacional fica a 1,6km de distância; a Casa Lotérica a 1,5km e o Centro Comunitário a 1,3km, levando 22, 21, e 18 minutos andando, respectivamente. Há de se notar que não há bancos próximos, sendo necessário ir até o centro da cidade, demorando entre 30-35 minutos, como já citado acima.

2. Análise Perceptiva

Utilizando os conceitos adquiridos no embasamento teórico exposto neste trabalho, foram feitas algumas visitas técnicas ao local de intervenção – o Conjunto Habitacional Bem Viver – nos dias 9 e 20 de maio de 2018. Este levantamento objetivou perceber o real estado e o atual uso dos espaços urbanos, gerando uma análise que possibilita a identificação das potencialidades do local (aqui chamado de “vocações”) e dos problemas existentes, realizando, a partir disso, as diretrizes projetuais.

Na escala da implantação, buscou-se, além do levantamento das áreas urbanas comuns, analisar os fluxos, os acessos, os marcos, o sistema viário, as manifestações espontâneas, e o que mais fosse considerado relevante para entender como as propostas de intervenção associadas à contribuição da população poderia contribuir para a melhora desses espaços no conjunto.

Primeiramente, se faz necessário a o registro da modificação da área do conjunto habitacional ao longo do tempo para que haja uma compreensão melhor da implantação atual.

Figura 31 – Mapa do mesmo local em 2006, 2008, 2011, 2012, 2014, 2016 e março de 2017.



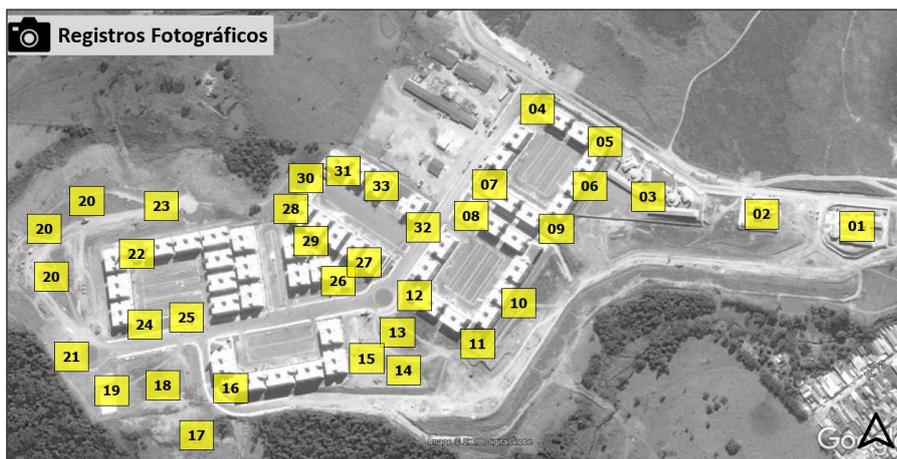


Fonte: Google Earth

De acordo com os registros mostrados, é possível perceber que, depois de 2006, houve uma plantação intensa de eucaliptos, a qual se findou entre 2011 e 2012 – ano este que foi aprovado o projeto do Conjunto Habitacional Bem Viver. Não há imagem de Satélite de 2018 e, como já citado, não foi possível adquirir a planta de implantação do conjunto e, justamente pela falta dessas bases, é que o levantamento in loco se fez bastante essencial.

Nessas visitas, foi realizado um levantamento fotográfico da área. A figura a seguir ilustra a localização, por numeração no mapa, de onde foram tiradas as fotos.

Figura 32 – Localização dos registros fotográficos



Fonte: Google Earth / Adaptado, 2018

Na Estrada principal que dá acesso ao Conjunto, estão localizados a UBS (Unidade Básica de Saúde) que ainda não foi inaugurado; a Creche (Centro Municipal de Educação Infantil) e a Escola Estadual Demétrio Ivahy Badaró – que abrange apenas até o 5º ano do ensino. Vans da Prefeitura fornecem transporte gratuito para essas escolas para crianças de até 12 anos, a partir dessa idade teria que fazer o cartão de vale transporte para pagar meia passagem.

Figura 33 – 1 – UBS, 2 – Creche, 3 – Escola





Fonte: Autora, 2018

Observou-se nos quiosques – fotos 4, 12, 17, 22, 27 e 31 – que não havia ninguém os utilizando nos dias das visitas, haviam apenas as crianças brincando no playground em caixa de areia que, em alguns casos, ficam próximos aos quiosques. De acordo com alguns moradores, dificilmente alguém realmente os utiliza, eles simplesmente “não têm vontade” e acreditam que faltam mobiliários fixos como lugar para sentar, churrasqueira, pia, etc. O que dificulta realizar algum evento nesses locais. Os quiosques contam com um balcão, algumas tomadas, banheiros feminino e masculino, e D.M.L (depósitos de materiais de limpeza).

Figura 34 – Fotografias dos Quiosques: 4, 12, 17, 22, 27, 31





Fonte: Autora, 2018

Espalhadas em quase todos os conjuntos de blocos, tem-se as quadras esportivas – como é possível vê-las nas fotos de número 7, 8, 9, 19, 25, 30. Foi perceptível a diferença de uso entre uma em que tinha sombreamento e as que não tinha, embora as visitas técnicas tenham sido realizadas em uma época de temperaturas amenas do ano, os moradores preferem os locais com sombras, o que talvez indique que a implantação dessas quadras gera uma sensação de desconforto, podendo ser devido à diversos fatores como, por exemplo, ofuscamento, sensação térmica elevada em função da tipologia do pavimento, etc. À noite, quando não há mais sol, o uso de algumas dessas quadras aumenta, como ocorre na referente número 8. Muito em função, inclusive, das atividades noturnas que a rua principal tem, como alguns carrinhos de pipoca, lanche, churros e até pães, como mostra na imagem 32, em um final de tarde. Em uma das análises seguintes, esse tipo de movimentação é chamado de “manifestações espontâneas”.

Figura 35 – Quadras esportivas, fotos número 7, 8, 19, 25 e 30.



Fonte: Autora, 2018

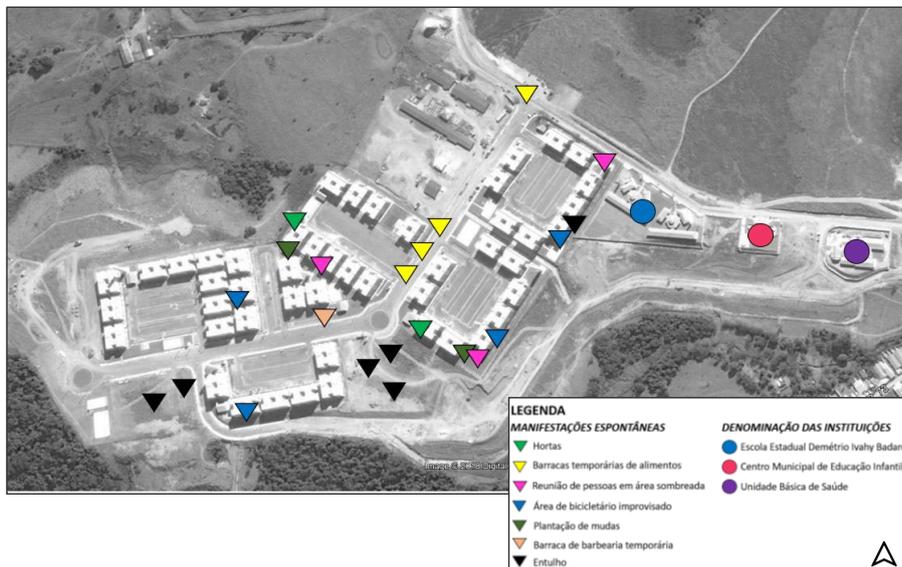
Algumas atividades de vendas de alimentos acontecendo na Figura 36 de foto número 32.



Fonte: Autora, 2018

Outras manifestações espontâneas foram registradas, podendo ser positivas ou negativas. Embora não tenha sido possível registrar todas as manifestações nos dias das visitas, algumas delas foram mapeadas a fim de permitir a realização da percepção de que alguns moradores se apropriaram de alguns espaços de forma positiva, conforme figura a seguir.

Figura 37 – Mapeamento das manifestações espontâneas e indicação de equipamentos urbanos



Fonte: Google Earth / Adaptado, 2018

As negativas são, principalmente, os entulhos jogados nos espaços residuais entre os blocos. Os bicicletários improvisados também foram considerados negativos uma vez que, em uma cidade que se utiliza amplamente o transporte por bicicleta, neste conjunto habitacional não foi projetado nenhuma para atender essas pessoas.

Figura 38 – Manifestação Espontânea de área de bicicletário improvisado e
as de entulho, fotos números 13, 14, 15 e 18.



Fonte: Autora, 2018



Fonte: Autora, 2018

Já das que podem ser consideradas positivas, tem-se hortas verticais nos
gradis e plantações de mudas tanto fora do edifício quanto dentro de alguns pátios internos.

Figura 39 – Manifestação espontânea de horas e plantações de mudas, imagens 11, 28, 29 e 33.



Fonte: Autora, 2018



Fonte: Autora, 2018

Alguns lugares sombreados promovem o encontro dos moradores, o que pode ser entendido como ponto positivo de acordo com esse ponto de vista, porém, no mesmo dia da visita técnica, outros espaços públicos/comuns que foram projetados para recreação, lazer e esporte, estavam vazios. O que pode indicar que estes lugares poderiam ter sido melhor estudados a fim de promover a sociabilidade comunitária.

Figura 40 – Reunião de pessoas em área sombreada, imagem 5.



Fonte: Autora, 2018

Outras manifestações como as barracas temporárias de alimentos e até de serviços (barbearia), demonstram que, ao mesmo tempo que há movimentação dos moradores gerando encontros e urbanidade, tem-se o outro lado da questão, pois estes comércios e serviços móveis estão ali muito provavelmente em função da falta da existência desses setores no entorno do conjunto habitacional. O que indica, na verdade, um dos pontos mais problemáticos da localização em que estão inseridos esses moradores.

Além das quadras esportivas, também temos os playgrounds e as academias ao ar livre (equipamentos de ginástica), que embora sejam bastantes locais, notou-se que dependendo da localização, havia pouco ou nenhum uso. Algumas das fotos já foram apresentadas anteriormente para avaliação de outros critérios, é importante entender que muitos desses espaços projetados tentaram se conectar com outros, embora com pouco sucesso.

Figura 41 – Playgrounds e academias ao ar livre, fotos 4, 7, 12, 19, 21, e 26.



Fonte: Autora, 2018

Para completar essa parte da análise perceptiva, alguns registros foram feitos a partir de algumas localidades do conjunto habitacional que promoveram uma vista agradável, de contemplação. De alguns lugares é possível ver as matas nativas protegidas bem como as montanhas.

Figura 42 – Vistas contemplativas, imagens 17, 20 (são 3 do mesmo ponto de vista).



Fonte: Autora, 2018

3. Diagnósticos inspirados no Método SWOT (FOFA)

Essa etapa inspirou-se na metodologia SWOT, também conhecida como FOFA (Pontos fortes, Oportunidades, Pontos fracos e Ameaças), para identificação de prioridades em relação às intervenções que poderão ser realizadas – no caso, as “Oportunidades” mostram as possíveis diretrizes. No entanto, aqui não foi utilizada a forma de quadro em função da extensão das pontuações feitas, porém, as análises seguem uma cadência lógica, de fácil compreensão: Pontos Fortes (Potencialidades, Vocações); Pontos Fracos (Problemáticas).

O mapa a seguir expõe a caracterização do Conjunto Habitacional quanto aos usos dos espaços urbanos no seu entorno. A partir da análise perceptiva e dos outros elementos levantamentos quanto à inserção do conjunto, estes juntamente com a caracterização, permitirá diagnosticar as problemáticas e as potencialidades.

Figura 43 – Mapa de usos do Conjunto Habitacional Bem Viver.



MÉTODO SWOT

Essa etapa baseou-se na metodologia SWOT, também conhecida como FOFA (Pontos fortes, Oportunidades, Pontos fracos e Ameaças), para identificação de prioridades em relação às intervenções que poderão ser realizadas – no caso, as “Oportunidades” mostram as possíveis diretrizes. As análises seguem uma cadência lógica, de fácil compreensão:



LEGENDA

- | | | | | | | | |
|--|------------|--|--------------------|--|------------------------------|--|---|
| | Área verde | | Quadra Esportiva | | Equipamentos de ginástica | | Pátio Interno dos Edifícios |
| | Playground | | Solo exposto | | Playground em caixa de areia | | Ponto de ônibus |
| | Quiosques | | Área em construção | | Local de acesso à garagem | | Pontos de Iluminação nos espaços de lazer |
| | | | | | Trajeto Ciclovía | | |

ESC: 1:5.000

Fig. 44 – Mapa com as atividades do Foco 2

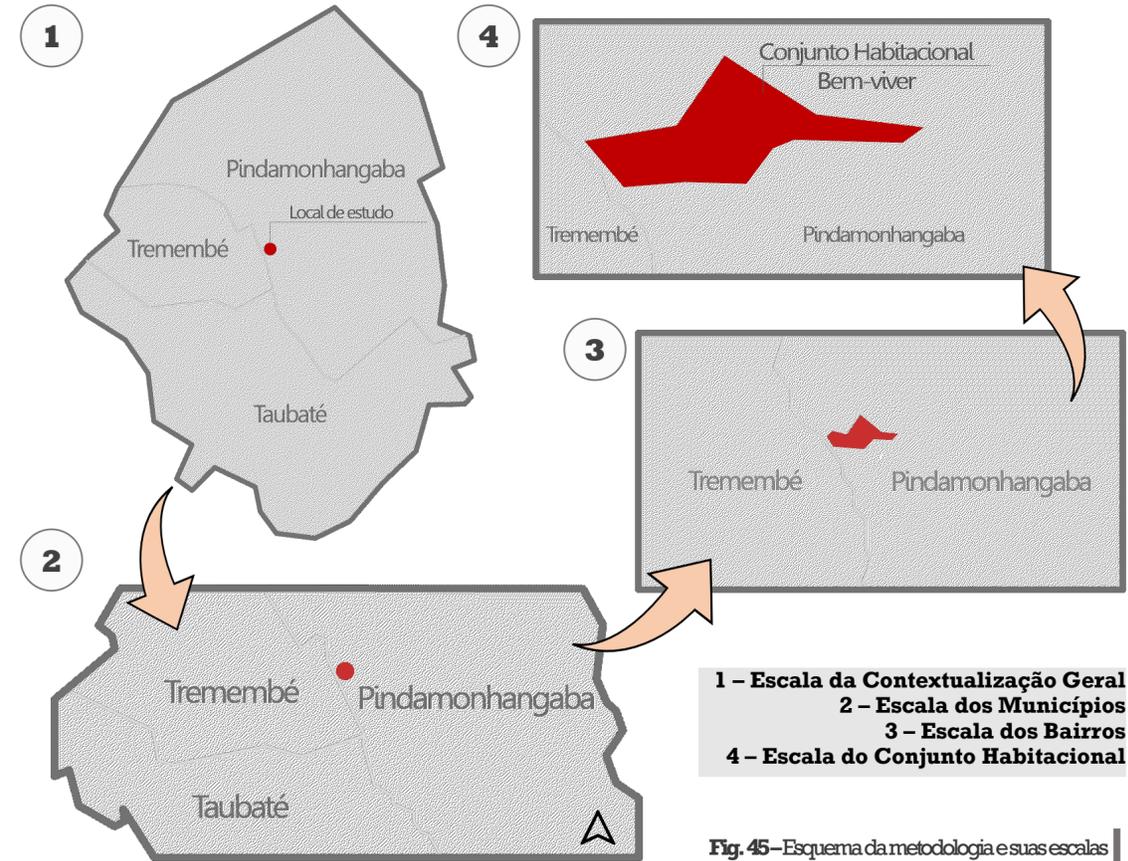
PONTOS FORTES (Potencialidades, Vocações);
PONTOS FRACOS (Problemáticas).

A Figura 44 expõe a caracterização do Conjunto Habitacional quanto aos usos dos espaços urbanos no seu entorno. A partir da análise perceptiva e dos outros elementos levantamentos quanto à inserção do conjunto, estes juntamente com a caracterização, permitirá diagnosticar os Pontos Fortes, Fracos e as Ameaças, culminando nas Diretrizes Gerais – como podemos ver na tabela abaixo.

PONTO DE PARTIDA

Inicialmente, ao escolher o tema deste trabalho, o Conjunto Habitacional Bem-Viver foi pensado de forma individual, ou seja, levando em conta o loteamento em que o conjunto de blocos residenciais se encontra e os loteamentos mais próximos.

No decorrer do desenvolvimento do trabalho, foi se tornando perceptível a grande influência que outros elementos em outras escalas teria no conjunto, pois este está inserido não apenas em um bairro localizado no limite do município, mas sim em um contexto de isolamento que abrange diversas escalas.



1 – Escala da Contextualização Geral
2 – Escala dos Municípios
3 – Escala dos Bairros
4 – Escala do Conjunto Habitacional

Fig. 45 – Esquema da metodologia e suas escalas

PONTOS FORTES

PONTOS FRACOS

AMEAÇAS

DIRETRIZES GERAIS

moradia e lazer



- 1) Oportunidade de moradia de baixo custo;
- 2) Residencial recém- inaugurado;
- 3) Pluralidades de atividades nos espaços comuns: quiosques, quadras esportivas, playgrounds, academias ao ar livre, etc;
- 4) Possibilidade de caminhada e ciclismo dentro do conjunto.

- 1) Conjunto inserido de forma isolada em relação à cidade – no extremo oeste do município;
- 2) Os espaços públicos/comuns não foram planejados levando em consideração fatores importantes da identidade e do comportamento dos moradores;
- 3) fachadas não-atrativas;
- 4) “projetos-carimbo”, em que não são analisados critérios inerentes à qualidade de conforto subjetivos dos moradores como, por exemplo, fatores reforçadores da habitabilidade, da cultura, da memória, do histórico, etc.

- 1) Faltar fiscalização do poder público sobre o controle dos moradores inicialmente contemplados ocasionando a perda do sentido social;
- 2) Abandono em massa das moradias;
- 3) Desenvolvimento de tráfico de entorpecentes e violência;
- 4) Desestímulo habitacional e cultural;
- 5) Desincentivo da apropriação dos espaços.

- 1) Estimular o uso habitacional, atividades culturais e de lazer incentivando a pluralidade de usos para que os moradores se apropriem dos espaços;
- 2) Resgatar os espaços públicos para gerar a apropriação e o despertar coletivo;
- 3) Espaços livres para promover debates, oficinas dinâmicas e trabalhos coletivos que possibilitem a mudança político-social dos moradores a partir do despertar colaborativo e de comunidade;
- 4) Implantar espaços comunitários que promovam cooperação – a exemplo das hortas comunitárias.

mobilidade



- 1) Há transporte público que atenda o conjunto;
- 2) Há trechos com ciclofaixas;
- 3) Fornecimento gratuito do poder público de transporte por Vans para crianças de até 12 anos que estudem nas escolas do conjunto.

- 1) Liberação da moradia para os contemplados sem antes inaugurar a Unidade Básica de Saúde;
- 2) Embora haja transporte público, há uma espera de pelo menos 20 minutos entre os ônibus, além disso, são 30 a 35 minutos de percurso para chegar no centro da cidade;
- 4) Trajetos desinteressantes quanto a critérios urbanos e paisagísticos;

- 1) Degradação das vias pedonais e de ciclistas.

ambiental



- 1) Paisagem diversificada, exuberante e próxima à mata nativa;
- 2) potencial contemplativo;
- 3) Há uma considerável quantidade de áreas permeáveis;
- 4) Áreas verdes nos pátios internos dos edifícios;
- 5) Interesse dos próprios moradores em promover manifestações espontâneas de plantações;
- 6) Corpos d’água não muito poluídos.

- 1) Não há nenhuma abordagem com os moradores sobre educação ambiental;
- 2) Áreas de solo exposto;
- 3) Não há uma preocupação efetiva com as APPs;
- 4) Os próprios moradores jogam entulho no entorno do conjunto;
- 5) Pouco sombreamento e atrativos nos percursos fora dos blocos do conjunto.

- 1) Desconexão dos moradores com o ambiente, anulando qualquer possibilidade de sentimento de pertencimento (topofilia e biofilia);
- 2) Desenvolvimento de topofobia e biofilia;
- 3) Abandono em massa das moradias.

- 1) Utilizar de ferramentas urbano paisagísticos que desenvolva despertando a topofilia;
- 2) Preservar APPs (Áreas de Proteção Permanentes) e APAs (Área de Proteção Ambiental);
- 3) Garantir a qualidade e conservação ambiental por meio da educação ambiental e oficinas de teor ecológico a fim de gerar o sentimento biofilico;
- 4) Definir espaços para reciclagens.

equipamentos e infraestrutura



- 1) O conjunto fica próximo a 2 escolas e uma Unidade Básica de Saúde;
- 2) Equipamentos novos (recém-inaugurados);
- 3) Mobiliários urbanos novos;
- 4) O poder público recolhe periodicamente os lixos e entulhos;
- 5) calçamento em todo o trecho inserido no conjunto.

- 1) Inauguração do conjunto antes da finalização de determinadas obras urbanas como, por exemplo, o calçamento e a pavimentação;
- 2) Não há serviços, comércios e instituições (além da UBS e das 2 escolas) que sejam acessíveis por caminhada;

- 1) Degradação dos equipamentos e áreas públicas;
- 2) Irregularidades pela falta de planejamento que delimitem áreas para o desenvolvimento de comércios e serviços;

- 1) Transformar espaços subutilizados para usos institucionais – criação de espaços comunitários, educativos e culturais;;
- 2) Definir áreas que possam contemplar equipamentos urbanos públicos para atendimento dos moradores e que, também neste caso, apresentem distâncias confortáveis para caminhada;

ESCALA DOS MUNICÍPIOS

Para abordar as propostas que buscam promover o “pertencimento” dos moradores do local, foi necessário pensar no Conjunto não somente enquanto uma inserção isolada em um bairro, mas sim em uma inserção isolada e também vulnerável em amplo sentido, tanto geograficamente, quanto socialmente, economicamente e culturalmente.

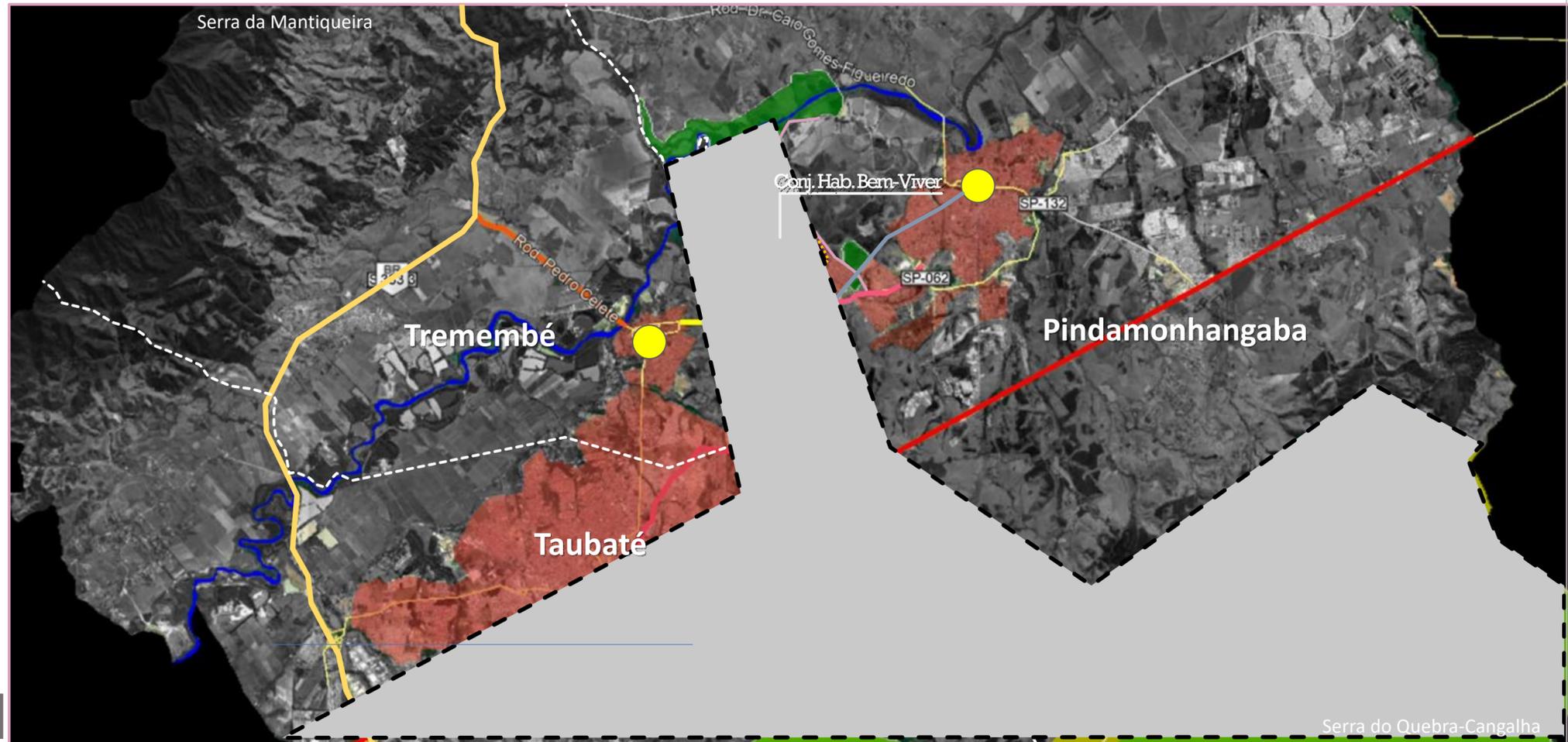
Para essa compreensão, foi necessário perceber a inserção do bairro em relação aos municípios no entorno imediato, sendo eles Tremembé e Taubaté. Posteriormente, a compreensão da inserção da localização do Conjunto no Bairro Araretama e sua relação com os outros bairros próximos e, por fim, a relação do Conjunto em relação aos loteamentos próximos. Em todas essas escalas existiram componentes determinantes e delineadores das diretrizes projetuais como, por exemplo, os corpos d’água, os maciços vegetativos, as áreas de Proteção Ambiental e as de Proteção Permanente e as próprias definições relevantes encontradas nos Planos Diretores de cada município.

O esquema na Figura 46 mostra as conectividades geradas a partir das diretrizes projetuais. Localizado entre duas grandes APAs (Área de Proteção Ambiental) – sendo elas a da Serra da Mantiqueira e o da Serra do Quebra-Cangalha – o Corredor Ecológico bem como as ZIAs (Zonas de Interesse Ambiental) formam um eixo forte de conexão ambiental, visto que nessas áreas também passam o Rio Una que desemboca no Rio Paraíba do Sul, surgindo a necessidade então de direcionamentos para a manutenção e preservação desse contexto.

Portanto, em suma, as diretrizes se baseiam no fundamento de preservar e recuperar as áreas de proteção ambiental, visando a requalificação das margens do Rio Una e Rio Paraíba do Sul. Logo, para concretização disso, as propostas são:

- Recomposição da vegetação e recuperação da mata ciliar
- Recuperação das Áreas degradadas
- Reconstituição do ecossistema
- Tratamento das águas
- Recomposição dos aspectos morfológicos

Fig. 46 – Mapa escala dos municípios



Sem escala Fig. 46 – Mapa de conectividades



LEGENDA

- Limites Municipais
- Rio Paraíba do Sul
- Rio Una
- Centro dos Municípios
- APP do Rio Una
- Manchas Urbanas
- APA Municipal da Serra do Quebra-Cangalha
- APA Federal da Serra do Quebra-Cangalha
- ZIA Municipal - Pindamonhangaba
- Área Prioritária decreto 01/2014 – Corredor Ecológico

O CORREDOR ECOLÓGICO DO VALE DO PARAÍBA

Os Corredores Ecológicos são definidos no SNUC (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) como porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquelas das unidades individuais.

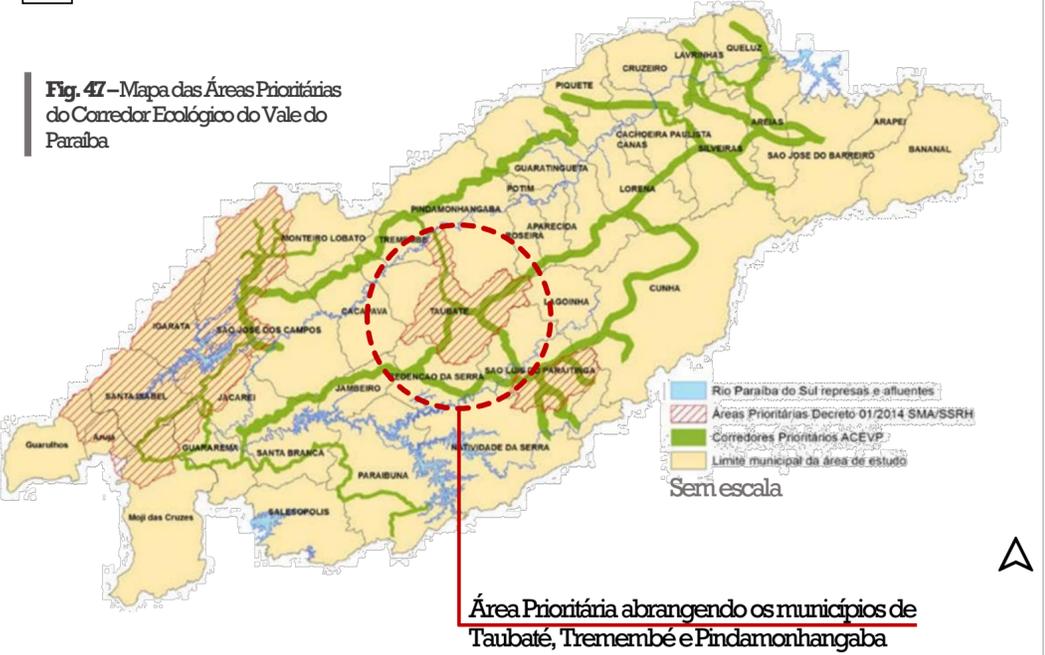
De acordo com os autores do Corredor Ecológico descrevem em seu sítio eletrônico que a iniciativa surgiu, em 2006, com o objetivo de recompor a Mata Atlântica e preservar os aspectos culturais da região. Por meio de parcerias empresariais, governamentais e não-governamentais, ela tem por objetivo reconectar mais de 150 mil hectares de floresta na porção paulista da bacia do Rio Paraíba do Sul. A meta é reconexão das áreas florestais em conjunto com programas direcionados ao fortalecimento social, econômico, cultural e educacional dos habitantes do Vale. A aspiração do CORREDOR ECOLÓGICO é contribuir para o desenvolvimento do Vale do Rio Paraíba do Sul por meio de planejamento e intervenções na paisagem que ampliem a oferta de serviços ecossistêmicos integrados ligados à água e à biodiversidade, com a conscientização da sociedade para o valor do patrimônio ambiental da região.

A Figura 47 indica a delimitação dos corredores ecológicos prioritários e áreas de interesses ambientais, destacando-se o local em foco deste trabalho.

ACESSOS

- Rodovia Presidente Dutra
- Rodovia Pedro Celeste
- Rod. Floriano Rodrigues Pinheiro
- Rod. Amador Bueno da Veiga
- Avenida Mario Nogueira da Silva
- Rod. Francisco Alves Monteiro
- Estr. Carlos Lopes Guedes Filho
Principal acesso ao Conjunto habitacional

Fig. 47 – Mapa das Áreas Prioritárias do Corredor Ecológico do Vale do Paraíba



Área Prioritária abrangendo os municípios de Taubaté, Tremembé e Pindamonhangaba

ESC: 1:80.000

ESCALA DOS BAIRROS

O objetivo de abordar essa escala mais aproximada é mostrar os bairros que se localizam no entorno imediato do Bairro Araretama – no qual está inserido o Conjunto Habitacional Bem-Viver e suas conectividades. Os bairros designados são o Padre Eterno em Tremembé e Mombaça e Socorro em Pindamonhangaba. Para conseguir promover essa conexão, uma das alternativas foi levantar os percursos espontâneos já existentes, porém não estruturados, que pudesse ser qualificado para receber pedestres, ciclistas e automóveis, podendo ser identificada na legenda como “Via estruturada”, essa proposta busca permitir uma conexão direta entre os bairros localizados em Pindamonhangaba com o bairro de Tremembé. Segue o programa:

- Via estruturada**
- Implantação de uma caixa de via para veículos
 - Ciclovias
 - Arborização
 - Calçamento
 - Pontos de parada de descanso
 - Sinalização

Já as “Vias de expansão” foram designadas dessa maneira em função da percepção de que essas vias se localizam em uma área passível de crescimento urbano, prevendo, portanto, a expansão e servindo de elementos estruturadores diante dessa possibilidade. O programa segue o mesmo do item anterior.

Foi delineado diretrizes também para o principal acesso ao Conjunto que se dá pela Estrada Carlos Lopes Guedes Filho, norteando a sua requalificação, pois, diferentemente das outras vias citadas acima, esta já apresenta asfalto, calçamento e ciclofaixa, no entanto, não apresenta arborização e nem pontos de parada de descanso. Segue o programa:

- Requalificação do acesso principal**
- Pontos de ônibus modulares
 - Ciclovias com barreiras de proteção
 - Pontos de Iluminação
 - Alargamento das calçadas com bloquetes intertravados drenantes
 - Travessias elevadas seguras

Ainda abordando os acessos, idealizou-se a implantação de trechos no estilo “Boulevard” tendo um caráter paisagístico destacado com arborização margeando as ruas, além de ruas serem compartilhadas, promovendo a compatibilização entre modais. A Figura 49 serve como referência visual da idealização dessa diretriz projetual:



Compreendida a intensão desse item, segue o programa:

- Nivelção faixa de rolamento e calçada
- Tratamento das superfícies
- Balizas
- Sinalizações verticais e horizontais
- Iluminação de pedestres
- Pontos de ônibus modulares
- Mobiliários urbanos
- Arborização e jardins comunitários
- Estacionamento
- Artes públicas
- Estacionamento de bicicletas

Fig. 49 – Referência visual

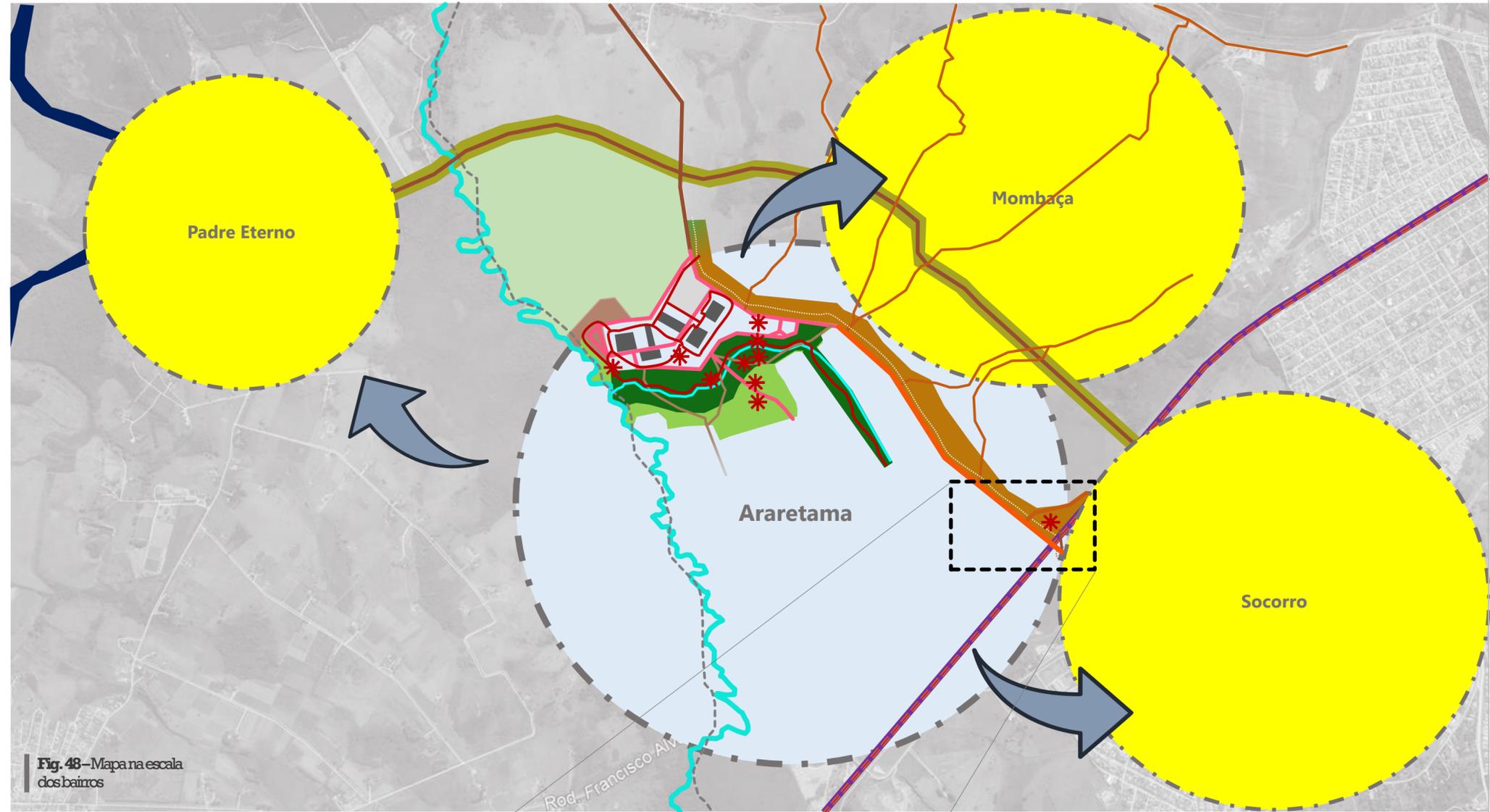


Fig. 48 – Mapa na escala dos bairros

O “Via Parque” neste projeto surgiu como uma alternativa de trajeto pedonal e cicloviário que fosse mais seguro e confortável que a via principal de acesso – a Estrada Carlos Lopes Guedes Filho. A designação assim se justifica pois idealizou-se o que poderia vir a ser um Parque e em função disso as diretrizes projetuais buscam promover uma estrutura que permita o desenvolvimento não só em termos paisagísticos/urbanísticos, mas também de respaldo ao que já foi citado aqui anteriormente – a previsão de expansão do bairro. O que inclui, portanto, prever a implantação de equipamentos urbanos, comércios, serviços, etc. Dessa forma, seria possível integrar a divisão que o eixo da Estrada Carlos Lopes Guedes Filho cria. Segue sugestão do programa para este item:

- Via parque**
- Ciclovia
 - Percurso para pedestres
 - Mobiliários urbanos
 - Hortas comunitárias
 - Equipamento: SESC
 - Posto comunitário de segurança
 - Sinalizações verticais e horizontais
 - Iluminação
 - Lugares de parada, de estar contemplativos
 - Playgrounds
 - Academias para terceira idade

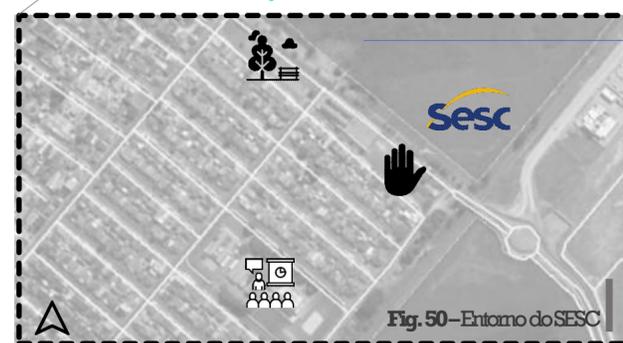


Fig. 50 – Entorno do SESC

O SESC (Serviço Social de Comércio) é uma instituição brasileira privada, mantida pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo, com atuação em todo âmbito nacional, voltada prioritariamente para o bem-estar social dos seus empregados e familiares, porém aberto à comunidade em geral. Atua nas áreas da Educação, Saúde, Lazer, Cultura e Assistência.

Este equipamento foi pensado como um item integrador entre os bairros mais próximos bem como previsto para alcance intermunicipal. Nas proximidades da localização sugerida há um CRAS - Centro de Referência de Assistência Social; uma praça e a Escola Estadual José Falcão permitindo, a partir dessa proximidade, uma possível integração em função da distância curta caminhável.

LEGENDA

ESC: 1:21.000

	Rio Paraíba do Sul		Boulevard
	Rio Una		Pista caminhada
	Área em construção		Estruturação vias de expansão
	Limites municipais		Requalificação do acesso principal
	Conectividades		Novos equipamentos
	Estruturação de via		
	Redesenho dos estacionamentos		
	Área de previsão de expansão		
	Área de convivência		
	Parque linear		
	Área de previsão de expansão Comunidade rural		
	Via parque		
	Bairros		

Nota: As demais diretrizes projetuais encontradas no mapa que não foram esclarecidas nessa prancha, serão abordadas nas próximas páginas.

VIAS E ACESSOS



- LEGENDA**
- Acesso pavimentado sem estrutura
 - Acesso pavimentado com estrutura – calçamento e ciclofaixa
 - Acesso não pavimentado uso pedonal e de ciclistas
 - Acesso não pavimentado uso pedonal, de veículos e ciclistas

Fig. 51 – Mapa de vias e acessos

ESC: 1:10.000

Para desenvolver as diretrizes projetuais no âmbito das vias e dos acessos, foi feito um levantamento dos percursos espontâneos existentes no local utilizados apenas por pedestres e outros de uso misto e, a partir deles, diagnosticado o que deveria ser idealmente proposto. Antecipadamente, todos os novos percursos terão ciclovias/ciclofaixas, calçamento e pavimentação.

LEGENDA

- Área em construção
- Área de previsão de expansão
- Parque linear
- Via parque
- Qualificação dos estacionamentos
- Área tratamento paisagístico intenso
- Área de estacionamento
- Praça do pôr-do-sol
- Praças secas
- Requalificação do acesso principal
- Rio Una
- Córrego
- Boulevard
- Pista caminhada
- Estruturação das vias de expansão
- Limites municipais
- Percorso pedonal
- Percorso misto
- Bolsões de passagem
- Bolsão verde
- Galerias de comércio e serviços
- Pracetas

ESCALA DO CONJUNTO HABITACIONAL

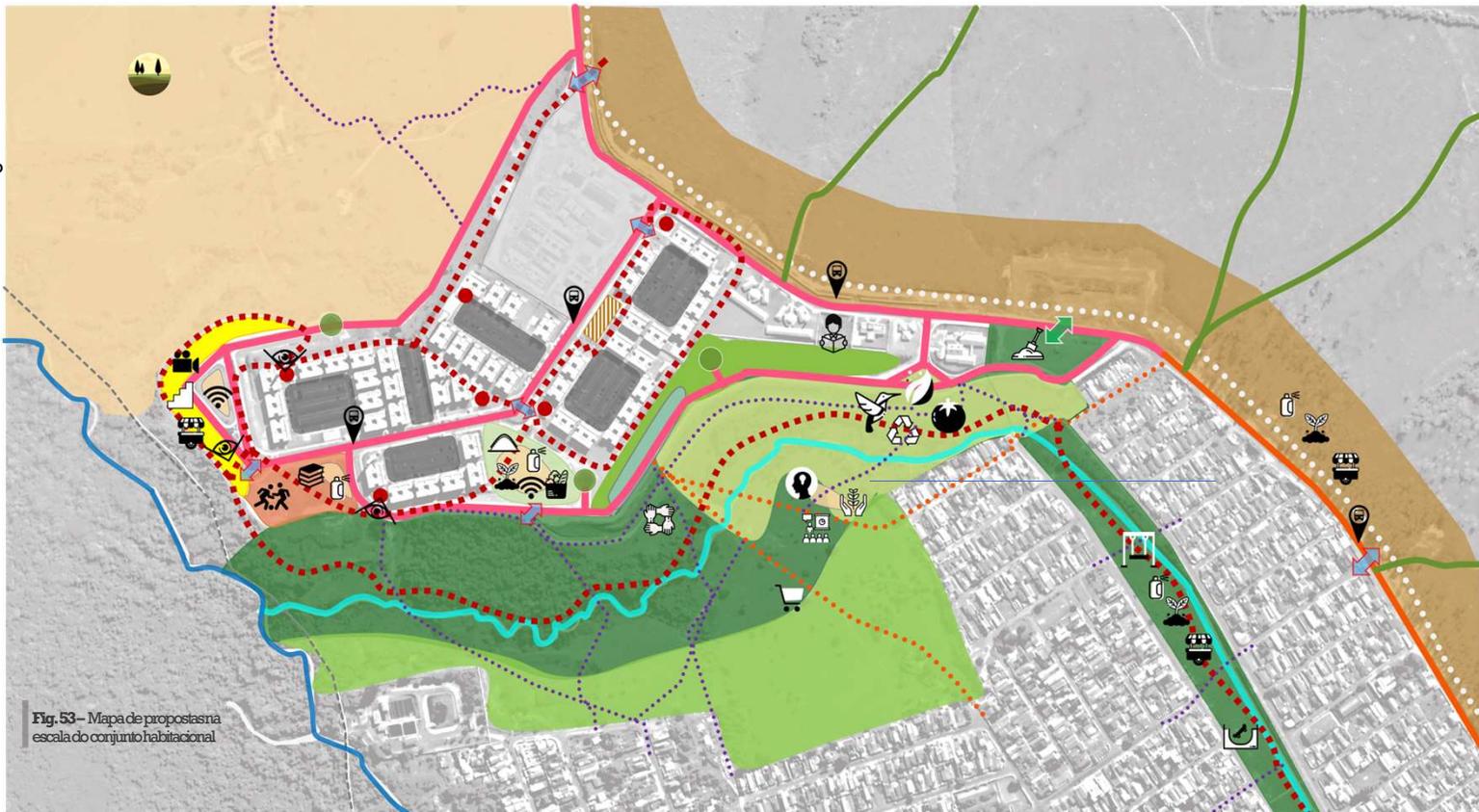


Fig. 53 – Mapa de propostas na escala do conjunto habitacional

ESC: 1:4.000

ESPAÇOS PÚBLICOS

- LEGENDA**
- Espaços públicos de lazer existentes remodelados
 - Espaços públicos de lazer propostos
 - Foco 1 – atividades esportivas, contemplativas e culturais
 - Foco 2 – atividades comerciais e culturais
 - Foco 3 – atividades ambientais, educacionais e de aventura

Fig. 52 – Mapa de espaços públicos e focos

ESC: 1:10.000



De acordo com os levantamentos anteriormente expostos neste trabalho, foram mapeados o que seriam os espaços públicos de lazer já existentes no local, porém, remodelados. Além disso, foram incorporados também novos espaços a fim de alcançar a concepção deste projeto. Diante disso, demarcou-se as áreas de atuação e seus respectivos focos.

- Mercado de médio porte
- Escola ensino-médio
- Centro de educação ambiental
- Centro capacitação profissional
- Produção de hidropônicos e orgânicos
- Viveiro
- Centro de reciclagem
- Portal núcleo ambiental
- Centro de compostagem
- Playground
- Pista de skate
- Biblioteca escolar
- Pontos de ônibus
- Expressão artística
- Concha acústica
- Horta comunitária
- Feira pública
- Centro Comunitário
- Escadaria
- Quiosques
- Projeção de vídeos
- Centro esportivo
- Biblioteca pública
- Vistas contemplativas
- Sinal wi-fi

QUIOSQUES EM GALERIAS E ESPAÇOS DE ENCONTRO

A IMPORTÂNCIA DO CAMINHAR, PARAR, SENTAR, OUVIR E FALAR

Fig. 54 – Mapa com pista de caminhada e a localização das galerias comerciais e de serviços



- LEGENDA**
- Rio Una
 - Córrego
 - Boulevard
 - Pista caminhada
 - Bolsões de passagem
 - Galerias de comércio e serviços
 - Pracetas

No capítulo dos levantamentos preliminares, foram fotografados e analisados os quiosques existentes no local e, a partir de um diagnóstico obtido a partir de visitas *in loco*, como é mencionado no capítulo, constatou-se que praticamente não há uso nesses espaços, pois não foram projetados enquanto ideal urbanístico-paisagístico, mas sim alocados em áreas remanescentes. Atualmente, esses quiosques contam com balcão, algumas tomadas, banheiros feminino e masculino e D.M.L. Com o objetivo de trazer

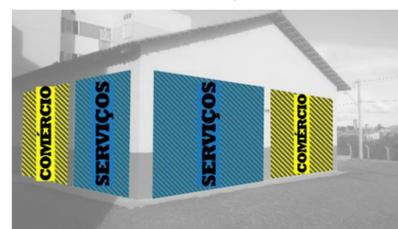


Fig. 55 – Exemplo de disposição dos comércio e serviços nas Galerias

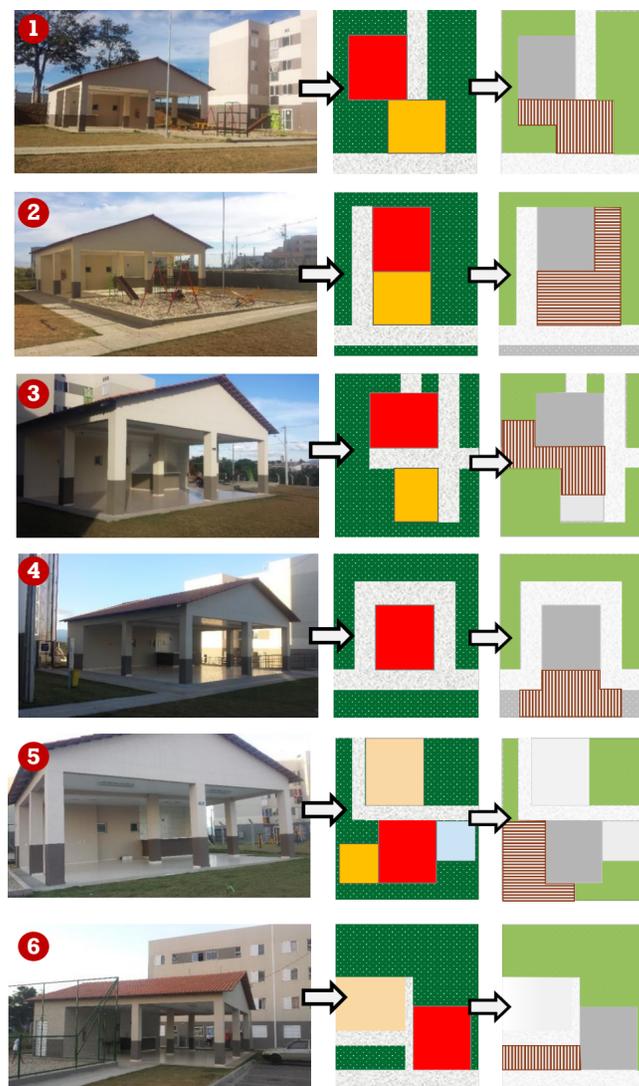
uso à esses equipamentos, foi necessário, portanto, transformar o seu uso para comercial e de serviços, tomando uma nova designação: Galerias. Os quiosques se encontram estruturados em pilares com vão livres, o que já delimitaria os limites de cada comércio e serviço. A Fig. 55 demonstra uma sugestão.

Praticamente todos os quiosques no projeto original contam com algum espaço de lazer ao lado, seja um playground, quadra esportiva, academia para idosos, etc. A partir disso, objetivou-se integrar – o que seriam agora as Galerias – com estes espaços. Portanto, o pergolado se tornou um componente interessante para promover essa integração, pois, uma vez tendo uma área coberta, se torna um local de estar e parar e, conseqüentemente, socializar. Sendo um local de parada, o tratamento paisagístico no entorno então se torna fundamental para promover conforto aos olhos e aos sentidos.

Um ponto relevante é que ao integrar essas Galerias com esses espaços de lazer, automaticamente se cria um interdependência entre esses dois ambientes, fazendo com o que os usuários faça a manutenção e não danifiquem estes espaços, o que promove um dos principais objetivos desse trabalho: Evitar a degradação dos espaços públicos. Como citado, os layouts das Galerias foi remodelado, na Fig. 56 é possível visualizar o antes e o depois de cada uma.

Ao mesmo tempo, para trazer promover comunicabilidade entre os moradores, foi pensada em uma Pista de Caminhada. Essa pista contaria com lugares de parada(bancos), arborização e iluminação e, paralelo a ela, também haveria uma ciclofaixa. O principal objetivo dela é conseguir atrair olhares: Quem a estivesse percorrendo alcançaria o olhar nas outras pessoas, principalmente as que estivessem nas Galerias e, também, alcançar olhares contemplativos, prezando pelo ócio, lazer, contato e convivência entre os moradores.

Um outro elemento importante dessas diretrizes são os Bolsões de passagem. Embora o Boulevard por si só já tenha como norte um tráfego calmo, esses bolsões surgem como travessias ainda mais seguras para os transeuntes, possuindo mobiliários com trabalhos paisagísticos e até bancos, sendo realmente um elemento de “pausa” das vias compartilhadas.



- LEGENDA**
- Quiosques ► Galerias
 - Playground de areia
 - Percursos existentes
 - Pergolados
 - Academia 3ª idade
 - Área permeável - grama
 - Tratamento paisagístico
 - Quadra esportiva

Fig. 56 – Layouts remodelados dos projetos dos quiosques em galerias

Fig. 57 – Mapa com as atividades da Praça pôr-do-sol e outros elementos

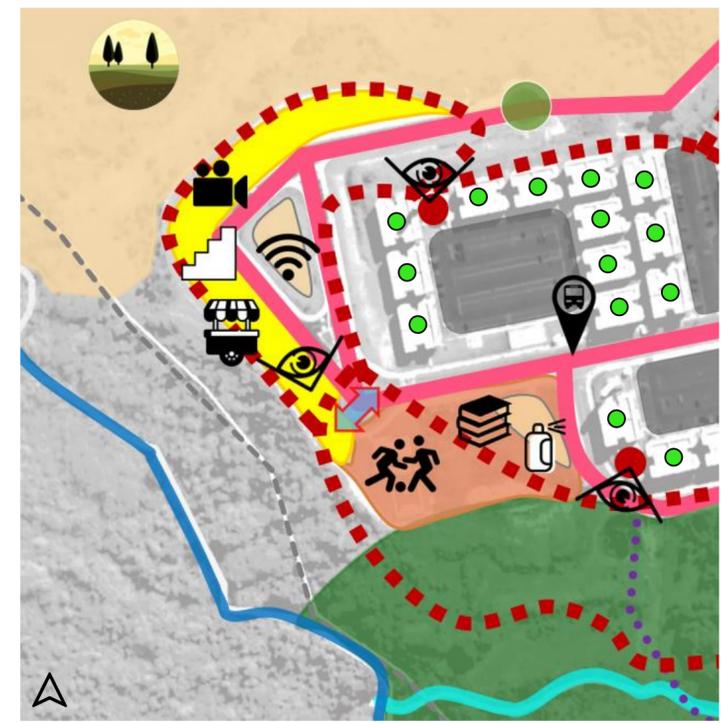
Tendo um potencial incrível para contemplação – como podemos ver na Fig. 57 –, a Praça do Pôr-do-Sol objetiva ser um local de encontro coletivo, urbanidade, prezando pelo ócio criativo, pelas interações, pelos encontro e pelas atividades livres.

Enquanto a grande Escadaria apela a atração para o descanso e vislumbre, os Quiosques como pontos comerciais apelam para outro tipo de atração – o do consumo. No capítulo dos levantamentos vimos que, em função da falta de serviços e comércio no entorno imediato do Conjunto, há manifestação de barracas temporárias que buscam suprir essa falta. Diferente das Galerias anteriormente citadas, os quiosques teriam estrutura similar aos quiosques de orla de praia, ou seja, mais leves e passíveis de serem alteradas de local.

Outros elementos atrativos são as Praças-Secas, que se repetem em outros trechos com o mesmo objetivo – ser um espaço livre para atividades e expressão. Coberta por uma marquise, as praças-secas representam os espaços libertários, embora em todos os espaços públicos neste trabalho haja essa busca incessante pela liberdade.

O Wi-Fi e a área de projeção de filmes – grande mural branco – também são elementos compositores que buscam atrair os moradores para o local e gerar encontros.

Adentrando os edifícios, há o que foi nomeado aqui como “Miolo de Bloco”, que são as partes centrais dos blocos em que se tem um potencial forte para a aplicabilidade do que será visto no Foco 3, de teor ambiental. Ou seja, esses miolos podem receber tratamentos paisagísticos, de plantação de hortas, etc. desenvolvidos pelos próprios moradores, se tomando uma grande aplicação e expressão da Biofilia que se busca com as diretrizes desse projeto. Atualmente já há manifestações espontâneas de plantação de hortas e elementos paisagísticos como podemos ver na foto ao lado, Figura 60.



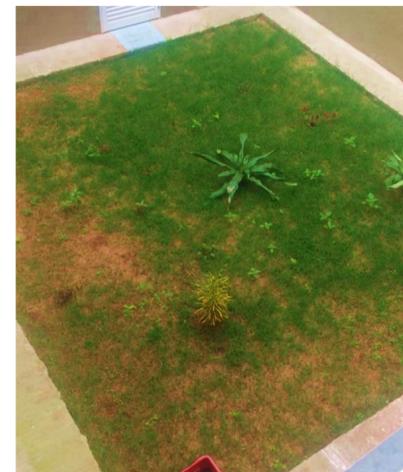
ESC: 1:3.000

Fig. 58 – Referência visual: escadaria

Fig. 59 – Vistas contemplativas



Na área de Esporte e Cultura, se encontram dois equipamentos importantes: o Centro Esportivo e a Biblioteca pública. O Centro Esportivo foi idealizado a partir de uma remodelação de uma área em que já se encontravam 2 quadras esportivas, 2 playgrounds e equipamentos de ginástica. Embora fosse uma área de lazer, os moradores não a utilizavam, portanto, se fez necessário conseguir atrair as pessoas para esse local, uma forma de tornar mais convidativo foi transformar em um equipamento, um Centro Esportivo. Já a Biblioteca Pública, diferentemente da educacional que se encontra no outro trecho abordado mais a frente, busca atender a todas as pessoas interessadas. A área se torna ainda mais convidativa em função da Praça do Pôr-do-Sol e com a praça-seca que permite quaisquer atividades, desde yoga até outras formas de Expressão Artística por murais, galerias de arte, etc.



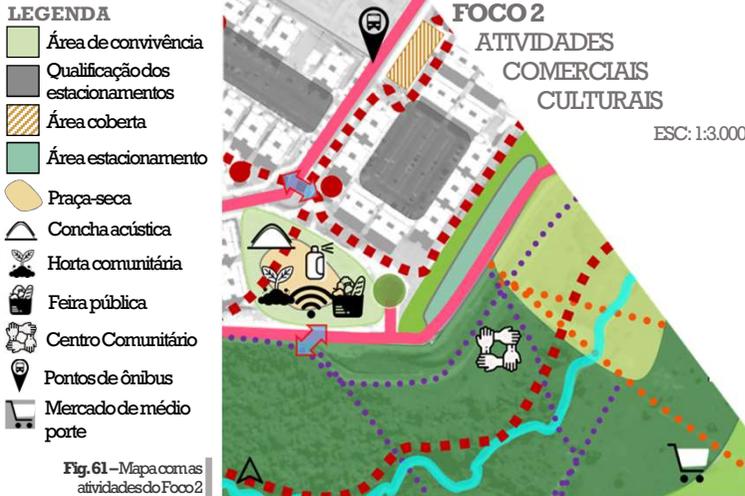
A Área de Expansão, no mapa representada, indica uma zona de possível expansão de moradias. Por ter um caráter mais rural e sabendo da importância da produção agrícola das famílias ali já existentes, esse local foi pensado como a projeção de uma possível Comunidade Rural, buscando o fortalecimento da cultura agrícola de subsistência, assegurando a identidade dos residentes, garantindo a não supressão de seus espaços e modo de vida. No campo do Plano Diretor as diretrizes devem ser delineadas a partir dessa premissa, delimitando gabarito e atividades que condizem com o aspecto rural.

Fig. 60 – Registro fotográfico de um dos miolos de bloco.

FOCO 1 ESPORTIVO CONTEMPLATIVO CULTURAL

LEGENDA

- Área de expansão
- Praça do pôr-do-sol
- Esporte e cultura
- Escadaria
- Quiosques
- Projeção de vídeos
- Centro esportivo
- Biblioteca pública
- Vistas contemplativas
- Sinal wi-fi
- Miolo de Bloco
- Expressão artística



Permanecendo com o ideal de áreas mais flexíveis que permitam a livre apropriação pela população dando oportunidade a partir de espaços públicos fazendo surgir atividades inesperadas e espontâneas, o Foco 2 busca criar um ambiente que desenvolva atividades comerciais flexíveis, rotativas e ajustáveis. A própria população tem a chance de – não só nesse trecho – expressar formas interessantes de ganho de renda, a exemplo de feiras de artesanato, banquinhas de comidas caseiras e artesanais, etc. Por isso nesse trecho encontramos elementos convidativos para esse tipo de apropriação: Temos a própria Feira Pública Livre, sendo uma grande expressão deste conceito; a Horta (ou Jardim) Comunitária permitindo se ter uma dinâmica educadora e social entre adultos, crianças e adolescentes e, a Concha Acústica e também mais uma Área de Expressão Artística, tudo respaldado por mais uma praça-seca com marquise retomando o ideal de atividades flexíveis que gerem a apropriação dos espaços. Alguns outros exemplos de atividades que podem surgir pela livre apropriação são: festividades locais, campeonatos, yoga, roda de capoeira, terapias holísticas, eventos musicais, etc. Ou seja, atividades que decorrem da livre apropriação se configurando como elementos também atrativos para o local com o passar do tempo.

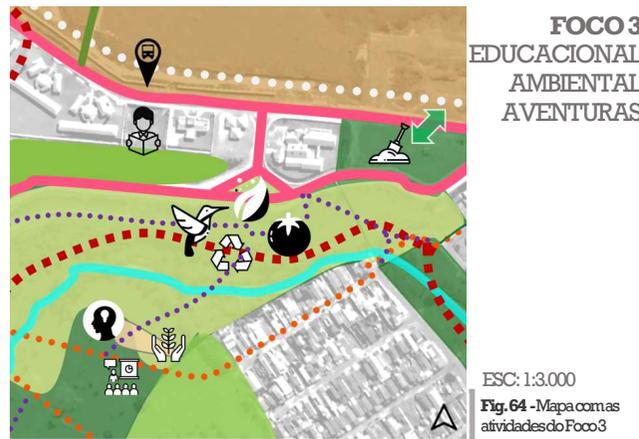
Próximo a esse trecho – e acessível pelos acessos que já foi abordado anteriormente – encontramos o Centro Comunitário. A análise para onde deveria ser localização deste se deu pelo levantamento de onde se encontra o Centro Comunitário mais próximo do Conjunto Habitacional, portanto, temos representado na Fig. 62 que o acesso em amarelo dista 1,5km enquanto o azul 1,4km, ou seja, esta não é uma distância agradável e nem atraente para os moradores do conjunto frequentarem o Centro Comunitário, se fazendo necessário sugerir uma nova opção, agora mais próxima e que gere a conectividade entre essas duas partes praticamente separadas do bairro, como podemos ver pela representação das setas. Dessa forma, seria promovido o encontro entre os moradores, a conexão e o reconhecimento, diminuindo o isolamento em que se encontra o Conjunto a partir das diversas atividades aqui já destrinchadas bem as que seriam desenvolvidas dentro do próprio Centro Comunitário.



A premissa da localização do Mercado de Médio Porte é basicamente a mesma do Centro Comunitário: A de atender as duas partes do bairro, por este motivo inclusive o mercado se encontra em um acesso já apresentado anteriormente, conectando as duas partes promovendo os encontros. Ao mesmo tempo, este equipamento seria um pontapé do desenvolvimento desse eixo mais comercial.

Dois outras propostas relevantes para esse trecho são a “Área de Estacionamento” e a “Área Coberta”. A área de estacionamento foi pensada para atender ao fluxo que viria a surgir pelo uso das atividades localizadas na Praça-Seca (Concha acústica, horta comunitária, feira, etc.) bem como as do Centro Comunitário, dessa forma não interferiria na paisagem do Parque Linear tendo uma distância confortável de deslocamento entre os diferentes ambientes.

Já a proposta da Área Coberta surgiu da necessidade de conferir proteção e alívio do sol neste local que é bastante utilizado pelos moradores, no entanto, majoritariamente, no período noturno, como explicado no capítulo dos Levantamentos Preliminares. Neste espaço estão alocados 2 quadras esportivas, 1 Academia para 3ª idade e 1 playground, que seria toda a extensão de onde seria implantada a cobertura. Seguem as imagens (Figura 63) abaixo para relembrar a composição desse local.



O Foco 3 é o principal trecho em que se encontram atividades norteadoras para promover os sentimentos biofílicos e topofílicos. A localização de cada equipamento foi pensada de forma a gerar a maior conectividade e facilidade de fluxo possível, ou seja, um intercâmbio intenso e realmente integrador entre as atividades. É no Centro de Educação Ambiental que se disponibiliza informações de caráter ambiental, estimulando processos de reflexão crítica sobre os problemas ambientais atuais e da região em que os moradores se encontram, revisando os valores dos indivíduos com os quais se relaciona e promovendo ações de caráter formativas, de capacitação e de treinamento em educação ambiental, bem como o desenvolvimento de atividades interpretativas, de sensibilização e de contato com a natureza.

Conectado por uma praça seca ao Centro de Educação Ambiental, se encontra o Centro de Capacitação Profissional. O objetivo dessa proximidade é complementação entre os cursos de capacitação e suas atividades, prevendo uma interação forte entre eles. Não coincidentemente, logo em frente está alocado a Escola de Ensino Médio – que teve sua relevância na proposta em função de haver apenas Ensino Básico e Fundamental ali nas proximidades –, como já mencionado, o objetivo é promover o maior intercâmbio possível entre as atividades, e por isso, dentro das análises foi imaginado que este contexto seria influenciador e atrativo aos adolescentes que ali estudam, podendo ir aos Centros logo antes das aulas ou depois por uma distância caminhável e já em meio à natureza do Parque Linear.

Ainda abordando essa conectividade, há um acesso direto desse local ao que seria a proposta do Núcleo Ambiental. Nele, haveria um Viveiro em que ocorreria as atividades de plantio de espécies da flora existente com o objetivo de recompor a vegetação, traçando ações que gerassem conscientização ambiental juntamente com iniciativas das escolas próximas, gerando parcerias. Além disso, o Viveiro seria um local para pesquisas e experimentação para aprimorar a produção das plantas.

O Centro de Reciclagem foi pensado como um espaço de triagem e que também poderia acontecer desde o picote de plástico até a confecção de obras de artes com os resíduos, permitindo para os catadores de materiais locais um espaço adequado para o manejo e destinação final dos componentes.

O espaço para Produção de hidropônicos e orgânicos foi inicialmente imaginado como uma forma de expressão – assim como o viveiro – clara da educação e capacitação ambiental, ao mesmo tempo em que, seria um grande atrativo para os moradores de outros loteamentos e outros bairros, afinal de contas, o consumo desses alimentos atualmente está bastante em alta, o que geraria um fluxo comercial interessante nessa área. A partir do momento que moradores de lugares um pouco mais distantes começam a visitar este local para realizar suas compras, parte da problemática deste TOCC – o isolamento – se solucionaria.

Por último neste trecho, porém não menos importante, o Centro de Compostagem surge como elemento gerador de energia que seria destinada para a manutenção do parque linear, do via parque e da iluminação da área inteira, por isso sua localização intermediária, inclusive.



O Parque Linear foi desenvolvido para proteger a APP do Córrego que desemboca no Rio Una (e, posteriormente, no Rio Paraíba do Sul). Ele forma basicamente um corredor verde, prezando pela manutenção da fauna e da flora local. Para tanto, seria necessário 1) promover o tratamento das águas; 2) recuperar a mata ciliar; 3) recompor os aspectos morfológicos; 4) realizar projetos paisagísticos; 5) qualificar os percursos espontâneos em travessias de baixo impacto. As atividades que poderiam ocorrer são das mais diversas, muitas delas se repetem de outros trechos como, por exemplo, as hortas/jardins comunitários, as áreas de expressão artística, playground, os quiosques, etc.

O Bolsão Verde, diferente dos outros bolsões aqui citados, teria a função exclusiva de conseguir promover essa manutenção pretendida. A Pista de Caminhada, anteriormente abordada, percorre todo o Parque, promovendo integração e conectividade de todos os “Focos” destrinchados neste trabalho.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou mostrar a importância de desenvolver o Sentimento de Pertencimento nas diversas escalas em que está inserido o Conjunto Habitacional Bem-Viver, demonstrando que, por muitas vezes, mudanças pontuais podem sim gerar mudanças maiores. No entanto, é preciso um olhar mais atento e uma percepção do geral, da pequena à grande escala e como elas conversam, se influenciam e se conectam.

É preciso resgatar muitos aspectos de uma população que não sabe mais como é conviver em comunidade, urbanidade, sociabilidade, não sabem mais dialogar ou se olhar. As diretrizes projetuais aqui apresentadas buscaram promover algo primordial: O encontro. É a partir dele que tudo se inicia. Seja em uma pista de caminhada, em um parque, um quiosque, um pequeno comércio local ou um ponto de ônibus, as pessoas estarão mais abertas a conversas se o lugar em que elas moram for seguro, confortável, atraente, ou uma paisagem interessante e que ofereça atividades fundamentais que promovam o despertar o coletivo.

Notou-se através das referências teóricas neste trabalho abordadas, que o sentimento de pertencimento está imensamente ligado a própria identidade, formada e determinada a partir da relação do indivíduo com o ambiente que vive. Cada pessoa exprime o sentimento de pertencimento de modo único, e este se define na profundidade individual e social de sua identidade.

O espaço arquitetônico e urbano é um espaço que precisa ser vivenciado, experimentado, a fim de se tornarem lugares, deixando de serem meros espaços físicos. Perceber a possibilidade de que um espaço qualquer possa se transformar em um lugar e ser respeitado como expressão cultural e social para a construção da identidade, por si só já estabelece o seu significado e importância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____ **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983, 312p.

_____ **Landscapes of fear.** New York: Pantheon; Oxford: Blackwell's, 1980, 256p.

_____ **Microfísica do Poder.** Graal, 1990.

_____ **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **Minha Casa Minha Vida, o pacote habitacional de Lula.** Correio da Cidadania, 30 jul. 2009. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetroplites.net/download/gthab/text_ref_outros/fix_e_arant>. Acesso em 15 maio de 2018.

_____. **Biophilia and the conservation ethic.** In: KELLERT, S. R.; WILSON, E. O. (Ed.) *The biophilia hypothesis.* Washington, DC: Island Press, Shearwater Books, 1993, cap.3, p. 31-41.

_____. **O futuro da vida: um estudo da biosfera para a proteção de todas as espécies, inclusive a humana.** Rio de Janeiro: Campus, 2002, 242 p.

ALIPRANDI, Danielly Cozer. **A construção coletiva dos espaços livres públicos: O arquiteto e os procedimentos participativos – recentes experiências em Vitória (ES).** Dissertação de mestrado apresentada para o Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo – UFESVITÓRIA: 2010.

ANTONIADES, Anthony C. **Architecture and Allied Design – An environmental Design Perspective.** Dubuque, Kendal/Hunt Publishing Company, 1981.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço.** São Paulo. Martins Fontes, 2000.

BARROS, José D'assunção. **Os falanstérios e a crítica da sociedade industrial: Revisitando Charles Fourier.** Artigo, 2011.

BAUMAN, Z. **Comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BENEVIDES, Alessiana. **Sentimento de Pertencimento na Arquitetura.** Minas Gerais, 2014.

BONDUKI, N. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula,** 2008. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf> Acesso em: 10 maio de 2018.

BOOKCHIN, Murray. [et. Al]. **O Bairro, a comuna, a cidade... Espaços libertários!** Editora Imaginário. São Paulo, 2003.

BRASIL. Lei n. 9795 de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre Educação Ambiental, Institui a política Nacional de Educação e dá outras providencias.** Brasília: Imprensa Oficial, 1999. Acesso em: 12 mai. 2015.

BRASIL. Portaria nº 465, de 3 de outubro de 2011. **Dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis por meio da transferência de recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR.** Diário Oficial da União, 3 out. 2011. Disponível em . Acesso em: 3 jul. 2014.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, A. T. **Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil.** Org. Adauto Lucio Cardoso. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARDOSO, L.R.A.; ABIKO, A.K. **Construção habitacional por mutirão:** gerenciamento e custos. Boletim Técnico BT/PCC/111, 1995.

CAVALCANTE, Lis. 10 Estratégias para promover a mudança a partir da participação social. 2016. <<https://www.archdaily.com.br/br/873233/jan-gehl-50-anos-de-estudos-e-8-acoes-para-entender-o-uso-dos-espacos-publicos>> Acesso 1 jun. 2018

CHACEL, F. M. **Desenvolvimento sustentável, planejamento paisagístico e ecogênese.** Iniciativa solvin 2006: arquitetura sustentável. p. 22.

CHOAY, Fraçoise. **O urbanismo.** São Paulo: editora Perspectiva, 2013.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz popular:** movimentos sociais e participação no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DONG, H.; ZHU, P. **Smart growth in two contrastive metropolitan areas:** A comparison between Portland and Los Angeles. Urban Studies, v. 52, n. 4, pp.775-792, 2015.

EIKER, Morika, PASTORE, Júlio. **Uma intervenção paisagística no espaço urbano.** In: SERRÃO, Adriana. (Org.). Filosofia e Arquitetura da Paisagem - Intervenções. Portugal: Universidade de Lisboa, 2013. p. 199-212

FILHO, Candito Malta Campos. **Reinvente seu Bairro.** São Paulo: Editora 34, 2003.

FIX, M.; ARANTES, P. **Como o governo Lula pretende resolver o problema habitacional**. Passa Palavra, 6 set. 2009.

FOUCAULT, Michel. **Espaço e Poder**: entrevista de Michel Foucault e Paul Rabinow. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, 1994.

FOURIER, Charles. **Theorie des quatre mouvements**, Oeuvres complètes. Paris: Anthropos, 1966-1968.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável**.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

HERSHBERGER, Robert G. **A study of meaning in architecture**. In: Environmental Aesthetics – Theory, Research & Applications. Cambridge, Cambridge University Press, 1988, pp. 175-197.

JABOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, 510p.

LANA, Sibelle Meyer. **O arquiteto e o processo de projeto participativo**: o caso do RSV. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de arquitetura. 2007.151p.

LAY, M. C. D.; REIS, A. T. L. **Habitação social**: diferenças no papel de espaços abertos comunitários segundo tipos habitacionais. Bahia: ANPUR, 2005.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo. Centauro, 2001.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 227p.

MAGALHÃES, L. E. **A questão ambiental**. São Paulo: Terragraph, 1994.

MALARD, Maria Lúcia et. al. **Avaliação pós-ocupação, participação do usuário e melhoria da qualidade de projetos habitacionais**: uma abordagem fenomenológica como o apoio do Estado. In.: ABIKO, Alex Kenya; ORNSTEIN, Sheila Walbe. Inserção Urbana e avaliação pós ocupação (APO) da habitação de interesse social. São Paulo: FAUUSP, 2002. (Coletânea Habitare/FINEP)

MARGARIDO, Aluizio F. **Um Enfoque dos Materiais nas Estruturas**. Anais do Seminário “Avaliação-Pós-Uso-APU”. São Paulo, FAUUSP, FUPAM, jun. 1989, pp. 17-27.

- MARIN, Andréia Aparecida; OLIVEIRA, Luiz Cláudio Batista de. **Percepção ambiental e teoria estética: bases epistemológicas comuns e significados para a educação ambiental.** In: OLAM – Ciência & Tecnologia – Rio Claro/SP, v.6, n.1, maio/2006.
- MASCARÓ, Juan Luis. **O custo das decisões arquitetônicas.** São Paulo, Nobel, 1985.
- MAZZOLA, Ettore Maria. **Designing the Sense of Belonging – Theory and Didactics.**
- MÜLLER, Nice Lecocq. **O fato urbano na Bacia do Rio Paraíba.** São Paulo. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1969.
- OKAMOTO, Jun. **Percepção ambiental e comportamento.** Editora Mackenzie, 2002.
- PRONSATO, Sylvia Adriana Dobry. **Arquitetura e Paisagem: projeto participativo e criação coletiva.** São Paulo: Annablume. Fapesp, 2005.
- SANTAELLA, Luca. **A PERCEPÇÃO** uma teoria semiótica.1998, São Paulo.
- SEMPRINI. A. **Multiculturalismo.** Bauru: Edusc, 1999.
- SHEA, Andrew. **Designing for Social Change: Strategies for Community-Based Graphic Design.** New York, USA: Princeton Architectural Press, 2012.
- STEINER, R. **A arte da educação II: metodologia e didática.** São Paulo: Antroposófica. 2003
- The architecture of happiness. Alain de Botton. Local: Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, 2008. 120 minutos, documentário, legendado, colorido.
- TORRES, N. R. **Planejamento numa sociedade em rede.** Práticas de planejamento colaborativo no Brasil. Cadernos Metrôpole. São Paulo, v. 11, n. 22, pp. 571-591, 2009.
- TRACHANA, Angelique. **Urbe Ludens.** Astúrias, Espanha: Trea, 2014.
- TUAN, Y-fu. **Topofilia:** um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.
- WEBER, Max. **Comunidade e sociedade como estruturas de socialização.** In: FERNANDES, F. (org.). **Comunidade e sociedade.** São Paulo: Biblioteca Universitária, 1973
- WILSON, Edward Osborne. **Biophilia.** Cambridge: Haward University Press, 1984, 157p.